



This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

- + *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
- + *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
- + *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
- + *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at <http://books.google.com/>



Esta é uma cópia digital de um livro que foi preservado por gerações em prateleiras de bibliotecas até ser cuidadosamente digitalizado pelo Google, como parte de um projeto que visa disponibilizar livros do mundo todo na Internet.

O livro sobreviveu tempo suficiente para que os direitos autorais expirassem e ele se tornasse então parte do domínio público. Um livro de domínio público é aquele que nunca esteve sujeito a direitos autorais ou cujos direitos autorais expiraram. A condição de domínio público de um livro pode variar de país para país. Os livros de domínio público são as nossas portas de acesso ao passado e representam uma grande riqueza histórica, cultural e de conhecimentos, normalmente difíceis de serem descobertos.

As marcas, observações e outras notas nas margens do volume original aparecerão neste arquivo um reflexo da longa jornada pela qual o livro passou: do editor à biblioteca, e finalmente até você.

Diretrizes de uso

O Google se orgulha de realizar parcerias com bibliotecas para digitalizar materiais de domínio público e torná-los amplamente acessíveis. Os livros de domínio público pertencem ao público, e nós meramente os preservamos. No entanto, esse trabalho é dispendioso; sendo assim, para continuar a oferecer este recurso, formulamos algumas etapas visando evitar o abuso por partes comerciais, incluindo o estabelecimento de restrições técnicas nas consultas automatizadas.

Pedimos que você:

- Faça somente uso não comercial dos arquivos.
A Pesquisa de Livros do Google foi projetada para o uso individual, e nós solicitamos que você use estes arquivos para fins pessoais e não comerciais.
- Evite consultas automatizadas.
Não envie consultas automatizadas de qualquer espécie ao sistema do Google. Se você estiver realizando pesquisas sobre tradução automática, reconhecimento óptico de caracteres ou outras áreas para as quais o acesso a uma grande quantidade de texto for útil, entre em contato conosco. Incentivamos o uso de materiais de domínio público para esses fins e talvez possamos ajudar.
- Mantenha a atribuição.
A "marca d'água" que você vê em cada um dos arquivos é essencial para informar as pessoas sobre este projeto e ajudá-las a encontrar outros materiais através da Pesquisa de Livros do Google. Não a remova.
- Mantenha os padrões legais.
Independentemente do que você usar, tenha em mente que é responsável por garantir que o que está fazendo esteja dentro da lei. Não presuma que, só porque acreditamos que um livro é de domínio público para os usuários dos Estados Unidos, a obra será de domínio público para usuários de outros países. A condição dos direitos autorais de um livro varia de país para país, e nós não podemos oferecer orientação sobre a permissão ou não de determinado uso de um livro em específico. Lembramos que o fato de o livro aparecer na Pesquisa de Livros do Google não significa que ele pode ser usado de qualquer maneira em qualquer lugar do mundo. As consequências pela violação de direitos autorais podem ser graves.

Sobre a Pesquisa de Livros do Google

A missão do Google é organizar as informações de todo o mundo e torná-las úteis e acessíveis. A Pesquisa de Livros do Google ajuda os leitores a descobrir livros do mundo todo ao mesmo tempo em que ajuda os autores e editores a alcançar novos públicos. Você pode pesquisar o texto integral deste livro na web, em <http://books.google.com/>

Stanford University Libraries



3 6105 120 791 483

STANFORD LIBRARIES

PROVINCIA DE C/BOVEDI

JQ
3661
A5
1893



2023

10

ORGANISAÇÃO ADMINISTRATIVA

DA

PROVINCIA DE CABO VERDE

APPROVADA

POR

DECRETO DE 24 DE DEZEMBRO DE 1892



LISBOA

IMPRESA NACIONAL

1893

JQ3661

AS

1893

RELATORIO

Senhor. — A reforma que temos a honra de apresentar á consideração de Vossa Magestade é mais uma compilação n'um só documento, de providencias hoje dispersas em varios diplomas legislativos, do que propriamente um conjuncto de idéas novas que possam, na sua execução, encontrar difficuldades praticas.

Definiram-se em artigos de intelligencia precisa e clara as attribuições de todo o funccionalismo de Cabo Verde, e impoz-se ao governador da provincia inteira responsabilidade pelos actos da sua administração. Como correlativa consequencia forneceram-se-lhe os meios de poder exercer a sua acção dirigente, auxiliada pela intervenção dos elementos de eleição popular, da qual deriva que os interesses dos cidadãos ficam largamente representados por individuos de sua escolha, conseguindo-se assim levar tão longe quanto possivel o principio fundamentalmente liberal da intervenção fiscalisadora dos elementos populares no governo da provincia.

Reduziu-se o funccionalismo tanto quanto o permittiram circumstancias locais e particularmente quanto o consentiu a severa e efficaz fiscalisação das receitas e despezas publicas.

Até hoje a divisão concelhia da provincia de Cabo Verde não obedecia de uma maneira completa ás necessidades da correlativa administração: pelo regimen proposto a diversa classificação dos concelhos e a extincção de alguns

que hoje ha, e que não têm existencia desafogada e nem mesmo os meios de satisfazerem a todos os preceitos exigíveis sem grave sacrificio dos povos, collocam a administração da provincia em termos mais praticos e menos onerosos para o contribuinte, sem que deixem de dar-se, sob o ponto de vista da sua administração local, todas as garantias do seu futuro desenvolvimento, todas as bases de uma efficaz direcção politica e fiscal.

De novo na reforma para que solicitâmos a approvação de Vossa Magestade ha a criação de tribunaes locais que julgam das questões contenciosas administrativas, incluindo as municipaes.

A estes tribunaes se deram factores electivos por escolha indirecta dos mais interessados no regimen economico das finanças locais, acompanhando-os com os elementos officiaes de indubitavel competencia e indispensabilidade.

Assim se regulou a formação do conselho de provincia e da ultima instancia especial, o conselho do governo, que, como o antigo conselho d'estado, conserva pelo que se refere á provincia funcções politicas e contenciosas, terminando-se d'este modo na localidade, sem despezas e sem delongas, os recursos que no appello para a metropole se tornavam por extremo demorados e não poucas vezes irrealisaveis ou pelo menos de difficil solução por falta de informação adequada.

A civilisação successiva das nossas colonias e particularmente da provincia de Cabo Verde aconselhava este principio de descentralisação administrativa, aliás, a nosso ver, perfeitamente acautelada no regimen proposto contra os excessos que os mais exigentes possam attribuir-lhe.

Alterou-se fundamentalmente o systema da fiscalisação das despezas publicas, creando-se uma entidade de que esperâmos os mais efficazes resultados e n'isto nos referimos ao tribunal de contas provincial.

Não sendo sympathica a restauração das antigas juntas de fazenda, porque é sempre difficil apurar responsabilidades de administração de fazenda a um corpo colectivo, creou-se um meio termo entre o antigo regimen e o até hoje em vigor, que, a despeito da boa vontade de quem o decretou, e das intenções de assimilação á legislação metropolitana, que presidiram á sua adopção, não tem sido isento dos defeitos que ás antigas juntas se attribuiram, nem sempre, justo é que se diga, com uma grande razão de equidade.

A idéa do projecto n'esta especialidade resume-se a evitar os conflictos de auctoridade entre os empregados de fazenda e o governador geral, dar a este a suprema administração com a correlativa responsabilidade, prover com um tribunal local á necessidade de se julgarem as contas e prepararem de fórma que, com a junta consultiva do ultramar por instancia de superior e final recurso, se complete de uma fórma mais rapida o pensamento geral de concentrar na direcção geral do ultramar o exacto e perfeito conhecimento da fórma por que nas colonias se administram e fiscalisam os dinheiros publicos.

Ao passo que se dão ao governador geral as mais amplas faculdades de administrar, colloca-se ao seu lado o elemento electivo derivado do contribuinte, para que este, no julgamento das contas, faça a apreciação d'essa administração, que não tem senão a lucrar no seu prestigio e na força da sua acção dirigente quando, pela concordancia com esse elemento, provar que a sua responsabilidade é compartilhada por aquelles, cujo destino lhe cumpre dirigir.

Como é claro, não se poderia impor aos elementos constitutivos do tribunal de contas provincial o encargo de trabalhar sem remuneração proporcional ao esforço exigido; por isso se regularam as cousas de fórma a que, com a percepção de uma percentagem sobre as contas ajustadas distribuida pelos vogaes eleitos, se consiga o necessario estímulo nos julgadores, para que se não accumulem desleixos ou se não demore o julgamento de contas em prejuizo assim da fazenda como dos responsaveis.

É certo que d'ahi provirá um pequeno augmento de despesa: será elle, porém, compensado com a economia que derivará de uma fiscalisação efficaz e segura; e tendo-se feito economias notaveis perante o orçamento actual, tendo-se reduzido a despesa de 25:345\$000 réis, o saldo economico a favor da medida que propomos ainda é representado pela quantia de 25:157\$000 réis, ou digamos pela percentagem de 11 por cento.

A organização proposta está de completo accordo com a medida geral adoptada para regular o serviço de obras publicas de todo o ultramar e não menos com a que regula a nova fórma de ser do pessoal aduaneiro das provincias de Africa occidental; terá, porém, de ser completada com os regulamentos essenciaes á sua execução, que não serão difficeis de elaborar pelo governador geral, em conselho, em face do cuidado com que no regimen proposto se especificaram todas as competencias com uma mi-

nucia por vezes mais regulamentar do que é normal usar-se em documentos semelhantes na Europa.

A circumstancia a que acabámos de alludir e pela qual nos parece termos definido com toda a individuação as attribuições de todos e de cada um, e até as precedencias hierarchicas, tem, a nosso ver, a maxima importancia pratica no ultramar, attenta a tendencia em todas as colonias, não só nacionaes como estrangeiras, tantas vezes evidenciada, de se invadirem attribuições e de se crearem fortissimos attritos á administração, exclusivamente baseados nas questões de hierarchia ou de predominio official, que, por futeis que pareçam na metropole, têm ali toda a importancia de questões graves.

A ninguem que tenha vivido nas colonias é estranha esta especialidade pratica, que póde comprovar-se facilmente nos archivos da direcção geral do ultramar, cheios de documentos affirmativos da asserção produzida, e que, menos vulgar nas colonias regidas pelos povos do norte, encontra ainda assim n'essas mesmas uma demonstração pratica por tal forma repetida, que quasi faz pensar que representa mais particularmente um effeito dos climas tropicaes do que um erro propositado dos que tantas vezes põem em evidencia tão singular defeito.

A muitos se tem afigurado que á provincia de Cabo Verde se deveria dar uma organização semelhante á dos archipelagos dos Açores e Madeira, apoiando esta affirmativa na relativa civilisação dos povos caboverdeanos e sua indole pacifica e benevola.

Não nos parece que tal affirmativa, apesar de se apoiar nos dois elementos perfeitamente verdadeiros a que alludimos, possa acceitar-se como uma verdade scientifica, porquanto de uma tão rapida transformação não poderão resultar vantagens, e antes por mais avisado temos que primeiro se colloque a provincia em condições economicas e financeiras, que possam supportar o augmento de despeza que de uma tal organização necessariamente adviria, tanto mais que a perturbação no regimen aduaneiro e no das contribuições directas mais contribuiria para diminuir as receitas e augmentar as despesas, do que para felicitar os povos caboverdeanos, que são dignos de toda a consideração pelas suas tendencias civilisadoras, pela vida de familia que tanto apreciam e respeitam, pelas virtudes civicas que professam, mas aos quaes faltam ainda os elementos de educação scientifica para uma situação que poderia lisonjear-lhes o amor proprio, mas que, por não

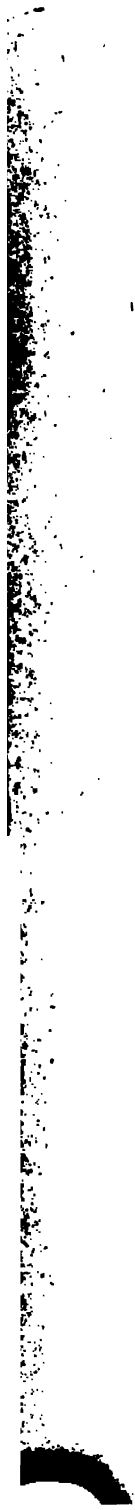
estar em relação com aquelle factor essencial, seria quasi inexequível.

De resto o regimen que propomos e que temos esboçado nos seus traços geraes destina-se pela intervenção popular na administração da provincia a preparar a evolução desejavel de conduzir a provincia de Cabo Verde n'um futuro mais ou menos proximo á situação a que temos alludido.

Tal *desideratum* só poderá, porém, obter-se, quando pela diffusão da instrucção, tanto agricola como litteraria, pelo desenvolvimento successivo das forças vitaes da provincia, se possa esperar que, o que hoje se nos afigura menos pratico, venha a constituir uma aspiração e um objectivo, não, como hoje, cheio de encargos e de contrariedades, mas como a consequencia de um progresso effectivo que representem um direito e uma realidade.

Em face do exposto, e sendo, a nosso ver, dispensavel justificar nos seus pormenores o projecto de decreto que temos considerado na generalidade, e que contém a grande maioria, se não a totalidade, das indicações feitas pela commissão nomeada pela portaria de 26 de dezembro de 1891 para formular o orçamento de Cabo Verde, esperâmos que poderá merecer a approvação de Vossa Magestade a seguinte organização da provincia de Cabo Verde, que faz parte do projecto de decreto alludido.

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar,
24 de dezembro de 1892. = José Dias Ferreira = Francisco Joaquim Ferreira do Amaral.



DECRETO

Tendo em consideração o relatório que me foi apresentado pelo presidente do conselho de ministros e ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda e interino dos do reino, e pelo ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar;

Usando da auctorisação conferida pela carta de lei de 26 de fevereiro do corrente anno;

Tendo ouvido a junta consultiva do ultramar e o conselho de ministros:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º É approvada a organização administrativa da provincia de Cabo Verde, que d'este decreto faz parte e baixa assignada pelo ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Os mesmos ministros e secretarios d'estado assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 24 de dezembro de 1892.—REI.—*José Dias Ferreira*—*Francisco Joaquim Ferreira do Amaral*.

SECRET

The following information was obtained from a confidential source who has provided reliable information in the past. It is being furnished to you for your information only and should not be disseminated to other personnel.

The source has advised that the following information was obtained from a confidential source who has provided reliable information in the past. It is being furnished to you for your information only and should not be disseminated to other personnel.

The source has advised that the following information was obtained from a confidential source who has provided reliable information in the past. It is being furnished to you for your information only and should not be disseminated to other personnel.

The source has advised that the following information was obtained from a confidential source who has provided reliable information in the past. It is being furnished to you for your information only and should not be disseminated to other personnel.

The source has advised that the following information was obtained from a confidential source who has provided reliable information in the past. It is being furnished to you for your information only and should not be disseminated to other personnel.

The source has advised that the following information was obtained from a confidential source who has provided reliable information in the past. It is being furnished to you for your information only and should not be disseminated to other personnel.

The source has advised that the following information was obtained from a confidential source who has provided reliable information in the past. It is being furnished to you for your information only and should not be disseminated to other personnel.

The source has advised that the following information was obtained from a confidential source who has provided reliable information in the past. It is being furnished to you for your information only and should not be disseminated to other personnel.

The source has advised that the following information was obtained from a confidential source who has provided reliable information in the past. It is being furnished to you for your information only and should not be disseminated to other personnel.

The source has advised that the following information was obtained from a confidential source who has provided reliable information in the past. It is being furnished to you for your information only and should not be disseminated to other personnel.

ORGANISACÃO ADMINISTRATIVA

DA

PROVINCIA DE CABO VERDE

TITULO I

Divisão administrativa, auctoridades, corpos e tribunaes administrativos

CAPITULO I

Artigo 1.º O archipelago de Cabo Verde constitue uma provincia ultramarina, e um districto administrativo, regido pelo codigo administrativo de 1842 em tudo quanto pelo presente decreto não for alterado: a sua administração é confiada a um magistrado com a denominação de *governador geral* e as attribuições conferidas por este decreto.

Art. 2.º A provincia de Cabo Verde divide-se em seis concelhos de 1.ª classe com as sédes em Ribeira Grande, S. Vicente, S. Nicolau, Praia, Santa Catharina e Fogo, e em tres de 2.ª classe com as sédes em Boa Vista, Sal e Brava.

Art. 3.º Os concelhos dividem-se em parochias segundo a tabella seguinte:

Concelhos de 1.ª classe

Ilhas	Freguezias
Ilha de Santo Antão	{ Nossa Senhora do Rosario. Santo Crucifixo. S. Pedro Apostolo. Santo Antonio das Pombas. S. João Baptista.
Ilha de S. Vicente	{ Nossa Senhora do Rosario.

Ilhas	Freguezias
Ilha de S. Nicolau	{ Nossa Senhora do Rosario. Nossa Senhora da Lapa. Nossa Senhora da Luz, da ilha de Maio. Nossa Senhora da Graça.
S. Thiago e Maio — concelho da Praia	{ Nossa Senhora da Luz, de S. Thiago. S. Nicolau Tolentino. S. Thiago Maior. S. Lourenço dos Orgãos. S. Salvador do Mundo. S. João Baptista. Santissimo Nome de Jesus.
Ilha de S. Thiago — concelho de Santa Catharina	{ Santa Catharina. S. Miguel. Santo Amaro Abbade. Nossa Senhora da Conceição.
Ilha do Fogo	{ S. Lourenço. Nossa Senhora da Ajuda. Santa Catharina.

Concelhos de 2.ª classe

Ilhas	Freguezias
Ilha do Sal	{ Nossa Senhora das Dores.
Ilha da Boa Vista	{ Santa Izabel. S. João Baptista.
Ilha Brava	{ S. João Baptista. Nossa Senhora do Monte.

§ unico. De accordo com a auctoridade ecclesiastica, poderá o governo alterar a divisão parochial sempre que o julgar opportuno.

Art. 4.º Junto do governador geral ha um conselho de governo e um conselho de provincia.

Art. 5.º Constituem o conselho de governo:

- 1.º O governador geral, presidente;
- 2.º O bispo da diocese; na sua ausencia da séde do governo a auctoridade superior ecclesiastica da capital;
- 3.º O secretario geral do governo;
- 4.º O juiz de direito da comarca de Sotavento, sendo letrado;
- 5.º O chefe de serviço de saude ou quem suas vezes fizer na capital;
- 6.º O delegado do ministerio publico da comarca de Sotavento, sendo letrado;
- 7.º O secretario de fazenda;
- 8.º O official do exercito da metropole ou do ultramar mais graduado em serviço na capital;
- 9.º O director das obras publicas em serviço na capital;

10.º O presidente da camara municipal ou, na sua ausencia, o vice-presidente;

11.º Dois dos quarenta maiores contribuintes do concelho da capital propostos cada um em lista triplice pela camara municipal da Praia, escolhidos e nomeados pelo governador geral para servirem durante o tempo que durar a camara proponente; devendo a mesma camara propor por igual processo dois supplentes que, tambem escolhidos e nomeados pelo governador geral, substituirão os effectivos durante os impedimentos por mais de um mez.

Art. 6.º A precedencia dos vogaes do conselho de governo faz-se segundo a ordem por que são mencionados no artigo antecedente.

Art. 7.º A precedencia entre os dois vogaes escolhidos d'entre os quarenta maiores contribuintes estabelece-se pelas idades, preferindo o mais velho.

Art. 8.º Presidindo o governador geral ou o prelado, serve de secretario o secretario geral do governo; presidindo o secretario geral do governo, serve de secretario o secretario de fazenda, e quando em tal hypothese este esteja impedido ou ausente, quem legalmente o substitua no conselho.

Art. 9.º Os vogaes que estiverem servindo na ausencia ou impedimento dos proprietarios regulam as suas precedencias entre si segundo as d'aquelles que são chamados a substituir, sendo porém sempre considerados na ordem hierarchica depois do ultimo dos effectivos que esteja presente.

Art. 10.º Quando o conselho se reuna na ausencia do governador geral, bispo ou secretario do governo, presidirá o vogal que estiver mais classificado dos presentes e a ordem de convocação designará o secretario que houver de servir *ad hoc*; se este não estiver presente, servirá de secretario um dos vogaes, escolhido nas mesmas condições pelo que presidir.

Art. 11.º Compõem o conselho de provincia:

1.º O secretario geral, presidente;

2.º Um vogal escolhido pelo governador geral de entre os propostos em lista triplice pela camara da cidade da Praia;

3.º Um vogal escolhido por a mesma fórma pela camara de S. Vicente.

§ unico. Servirá de ministerio publico o delegado da comarca de Sotavento, e de secretario, sem voto, um empregado da secretaria do governo escolhido pelo governador geral.

Haverá tambem dois vogaes substitutos escolhidos por fórma analoga á ordenada para os effectivos.

Art. 12.º Em cada concelho haverá um administrador e uma camara municipal composta de cinco vereadores nos concelhos de 1.ª classe, e de tres nos de 2.ª, eleitos directamente pelos eleitores do municipio.

§ unico. Haverá tambem substitutos em numero igual ao dos vereadores effectivos.

Art. 13.º Em cada parochia haverá um regedor e uma junta que, presidida pelo parochio, terá tambem dois vogaes de eleição, dos quaes um será o thesoureiro.

CAPITULO II

Do governador geral

Art. 14.º O governador geral será nomeado dentro da classe civil ou militar; deverá ter os precisos conhecimentos de administração, bem como a necessaria prudencia e energia para bem desempenhar as attribuições que lhe são commettidas.

§ 1.º Quando o governador geral for nomeado da classe militar terá, sem prejuizo de antiguidade dos officiaes mais antigos da sua classe e arma, um posto de accesso, que só lhe será confirmado se exercer o logar durante tres annos.

§ 2.º Sendo da classe civil, terá um acrescimo de gratificação de 400\$000 réis annuaes sobre o que está designado no orçamento annexo a este decreto, e que aos governadores geraes da classe militar compete.

Art. 15.º O governador geral, qualquer que seja a classe a que pertença, reúne em si toda a auctoridade superior da provincia, assim administrativa, como militar, considerando se para todos os effeitos o delegado do poder executivo em tudo quanto a este pertença regular e decidir.

Art. 16.º Junto ao governador geral haverá um ajudante de campo subalterno ou capitão do exercito, da escolha do governador geral, que será ao mesmo tempo o chefe da repartição militar da provincia, e outro official tambem de alguma d'aquellas patentes do exercito ou armada, ou um individuo da classe civil tambem da escolha do governador geral, que servirá de seu secretario particular.

§ 1.º A este secretario, sendo da classe militar, abonar-se-ha o soldo respectivo e a gratificação de 10\$000 réis mensaes, se for capitão, ou 5\$000 réis, se for subal-

terno; pertencendo, porém, a alguma arma scientifica, terá a correspondente gratificação d'essa arma.

§ 2.º Se for da classe civil e não tiver ordenado pago pelo estado, abonar-se lhe-ha um vencimento que seja equivalente ao soldo e gratificação de capitão; sendo funcionario do estado, terá, alem do ordenado que perceber, a gratificação mensal de 25\$000 réis.

Art. 17.º Ao ajudante e secretario particular tem o governador geral o dever de dar alojamento e mesa na sua residencia, quando com elle se achem em qualquer ponto da provincia.

Art. 18.º Compete ao governador geral:

1.º O *direito suspensivo* nas resoluções municipaes que se destinem a augmentar encargos ou crear impostos.

2.º O mesmo direito em todas as posturas municipaes que possam affectar desnecessariamente os costumes do paiz, ou d'onde possam derivar-se alterações da ordem publica ou grave transtorno á marcha geral da administração.

§ 1.º Findo o praso de quarenta dias, se o governador geral não tiver usado do *direito suspensivo*, ou se dentro d'este praso declarar que o não usa, julga-se definitiva a resolução.

§ 2.º As resoluções sobre nomeação de empregados municipaes só póde o governador geral applicar o *direito suspensivo*, se houver offensa de lei ou de direitos de terceiro, previamente julgada pelo governador geral em conselho do governo.

§ 3.º Da applicação do *direito suspensivo* cabe reclamação para o governo da metropole.

3.º Dissolver as camaras municipaes precedendo consulta do conselho do governo; devendo, dada a dissolução, conjunctamente com a portaria provincial justificativa que a determinar, nomear uma commissão administrativa de tres vogaes para administrar o municipio até nova eleição, cuja epocha se deve na mesma portaria designar para uma data não posterior a quarenta dias depois da dissolução.

4.º Representar a provincia em todas as suas relações quer com as auctoridades nacionaes estranhas á provincia, quer com as auctoridades estrangeiras.

5.º Approvar os regulamentos de policia municipal, sem o que não podem ter effeito legal.

6.º Regulamentar em conselho todas as leis e todos os decretos regios que de tal necessitem, submettendo os respectivos regulamentos á approvação do governo.

§ unico. Estes regulamentos têm execução provisoria immediata, e considera-se esta definitiva, se tres mezes depois de publicados não forem alterados pelo governo da metropole.

7.º Prestar ás auctoridades judiciaes todo o apoio, e conservar com ellas a mais completa harmonia, mantendo-se na exclusiva esphera de acção do seu dever como representante do poder executivo, dando conta ao governo central do que sobre este ramo da administração publica julgar necessario informal-o.

8.º Dar posse aos juizes e delegados quando para isso se lhe apresentem estes magistrados devidamente encartados, ou munidos de diplomas do poder central que assim o determinem.

9.º Nomear juizes substitutos para cada comarca nos termos das disposições em vigor.

10.º Nomear, sobre proposta do juiz de direito respectivo, os individuos que terão de exercer os logares de escrivães no impedimento e ausencia dos proprietarios por menos de seis mezes, e bem assim tambem sobre a proposta previa já indicada, todos os empregados menores dependentes do poder judicial, como continuos, serventes, etc.

11.º Suspender os delegados das comarcas que lhe desobedeçam em qualquer ordem, de que dependa o bem do estado.

12.º Informar sobre o comportamento e qualidades dos delegados do ministerio publico, e vigiar o seu procedimento, principalmente no que diz respeito aos interesses da fazenda nacional e á promoção rapida no andamento dos processos crimes e orphanologicos.

13.º Ter sob as suas immediatas ordens a força publica da provincia, da qual será o chefe hierarchico, ainda mesmo quando da classe civil.

14.º Superintender em toda a administração de fazenda e promover o exacto cumprimento das prescripções orçamentaes e mais legislação fiscal em vigor.

15.º Auctorisar, mediante consulta affirmativa do conselho do governo, a transferencia de verbas orçamentaes dentro do mesmo capitulo, ou ainda de capitulo para capitulo nos casos urgentes, e que não possam esperar pela resolução do governo na metropole.

16.º Dispôr da força naval ao serviço da provincia, e ainda da que accidentalmente se ache nos limites da sua jurisdicção, para tudo quanto respeitar aos interesses da provincia e do paiz, assumindo a responsabilidade de qualquer

alteração nas instrucções dadas aos commandantes, quando o bem publico assim o exija.

§ unico. Não se comprehendem n'esta incumbencia do governador geral a disciplina, regimen e administração interna dos navios, que são da exclusiva responsabilidade dos commandantes.

17.º Superintender em todo o serviço das capitancias dos portos, cujos chefes lhe são immediatamente subordinados, e não poderão corresponder-se com qualquer auctoridade estranha á provincia, senão por intermedio do governador geral, a não ser quando por este auctorisados, e só nos casos urgentes.

§ unico. Quando os capitães dos portos usarem d'esta auctorisação, mandarão immediatamente ao governador geral copia da correspondencia trocada.

18.º Superintender em todo o serviço de obras publicas que lhe está inteira e absolutamente subordinado, não podendo os empregados respectivos corresponder-se officialmente com auctoridade ou individuo fóra da provincia, a não ser por intermedio do governador geral, a quem devem informar como technicos com toda a exactidão, mas a quem têm de obedecer em tudo o que respeita aos seus deveres profissionaes.

19.º Informar sobre o merecimento e circumstancias dos propostos para consules estrangeiros, a quem tenha de conceder-se o regio *exequatur*.

20.º Determinar em conselho as epochas para a reunião dos collegios eleitoraes por occasião das eleições geraes ou supplementares, tudo de accordo com a carta constitucional da monarchia e legislação em vigor.

21.º Dissolver as corporações administrativas locaes, como juntas de parochia, mesas e corpos gerentes das associações de piedade e beneficencia, e exercer sobre ellas acção tutelar por intermedio dos administradores dos concelhos.

§ unico. Dissolvida qualquer junta de parochia ou corporação administrativa, deve o governador geral nomear no mesmo diploma uma commissão que substitua a corporação dissolvida, e marcar novo dia para a eleição, dentro do praso maximo de quarenta dias.

22.º Responder pela ordem publica em toda a provincia, garantindo a todos os seus direitos e cohibindo todos os abusos.

23.º Conceder ou denegar licença na capital, para quaesquer reuniões publicas, fazendo n'ellas respeitar a ordem e a lei.

24.º Transmittir por meio do boletim official ou por officios ás diversas auctoridades, as leis, ordens e regulamentos que tenham de ser cumpridos na provincia.

25.º Prover por acto seu a todas as necessidades urgentes e imprevistas do serviço publico, e mórmente por occasião de epidemias, sinistros ou qualquer calamidad publica.

26.º Promover o expediente rapido de todos os negocios publicos, simplificando a correspondencia e reduzindo-a a termos os mais simples e concretos.

27.º Promover a organisação da estatistica em todos os ramos do serviço publico da provincia, fazendo publica no boletim official todos os dados, por insignificantes que pareçam, mas que possam concorrer para o exacto conhecimento da estatistica geral da provincia.

28.º Dar ou mandar dar posse aos empregados da provincia.

29.º Prover a todos os empregos auctorisados pelas disposições orçamentaes que não tenham modo especial de nomeação, e em geral a todos os que por impedimento do proprietario precisarem de substituto eventual, por o não haver designado na lei.

30.º Designar o empregado da secretaria do governo geral que ha de servir de secretario do conselho de provincia, e o seu substituto.

31.º Nomear, suspender e demittir os administradores de concelho.

32.º Nomear interinamente e por um anno todos os empregados da administração provincial com ordenado de categoria até 300\$000 réis.

33.º Confirmar os empregados nomeados, em virtude do numero anterior, que durante um anno tenham bem exercido os cargos em que tenham sido interinamente providos

34.º Suspender, por castigo, até seis mezes, do exercicio e vencimentos todos os funcionarios dependentes da sua alçada administrativa; em nenhum caso porém a suspensão póde dar-se sem audiencia do suspenso.

§ unico. Da suspensão dos funcionarios ordenada pelo governador geral e quando exceda a trinta dias, ha reverse do interessado, sem effeito suspensivo, para o governo da metropole, se o empregado tiver nomeação regia

35.º Receber todas as reclamações contra os orçamentos municipaes approvedos pelo conselho de provincia.

36.º Exigir, quando entenda opportuno, a convocação extraordinaria de todas as corporações e tribunaes admi

nistrativos, designando-lhes o assumpto de que deverão occupar-se.

37.º Consultar as camaras municipaes sobre todos os assumptos em que entender dever ouvir-as, cumprindo ás camaras responder com a maxima brevidade á instancia recebida.

38.º Auctorisar o compromisso de qualquer confraria ou irmandade que quizer ser fabriqueira, retirando-lhe a auctorisação quando o entender opportuno.

39.º Auctorisar as juntas de parochia a collectar, para as despezas da fabrica, as irmandades e confrarias precedendo audiencia d'estas, sem prejuizo das suas despezas obrigatorias e na proporção dos seus rendimentos.

40.º Nomear os corpos administrativos e os gerentes das associações, sob a sua tutela, quando os eleitores o não quizerem fazer em duas convocações successivas.

41.º Superintender sobre todos os funcionarios e corpos administrativos da provincia, e em todos os objectos da competencia d'elles; procedendo ou mandando proceder a inqueritos e syndicancias sobre a sua administração, examinando ou mandando examinar o estado dos cofres publicos ou das corporações ou estabelecimentos publicos, e providenciando no que for das suas attribuições.

42.º Superintender nos estabelecimentos de instrucção publica, conforme as leis especiaes;

43.º Vigiar o exercicio da auctoridade ecclesiastica, dando conta ao governo dos abusos que notar.

44.º Exercer a respeito dos bens e rendimentos da fazenda publica as funcções que lhe incumbem as leis e regulamentos especiaes.

45.º Demittir os empregados de sua nomeação.

46.º Suspender do exercicio e vencimentos, dando logo parte ao governo, os empregados de nomeação d'este.

47.º Tomar, ou mandar tomar pelos seus delegados, juramento aos funcionarios publicos, se a lei não designar auctoridade competente para isso.

48.º Conceder licenças aos empregados seus subordinados.

49.º Mandar processar as folhas dos vencimentos dos empregados de sua dependencia, conforme os regulamentos.

50.º Approvar, precedendo consulta do conselho de provincia, os estatutos das associações e institutos de recreio, de protecção ás pessoas ou animaes, instrucção publica, piedade e beneficencia, e os seus regulamentos organicos ou dos estabelecimentos por estas corporações administrados.

51.º Fixar, sobre proposta dos administradores do concelho, o numero de amanuenses e officiaes de diligencias das administrações dos concelhos, precedendo audiencia das camaras e parecer do conselho de provincia.

52.º Mandar proceder ás eleições de todos os corpos administrativos e auctoridades electivas nos prazos e dias marcados na lei.

53.º Approvar as deliberações das juntas de parochia, nos termos da lei.

54.º Enviar ao tribunal de contas provincial ou ao conselho de provincia, conforme as suas competencias, e no praso de quinze dias, contados desde que as receber, as contas de gerencia dos exactores de fazenda e dos corpos administrativos, e corporações de piedade e beneficencia, accompanhando-as das informações que julgar convenientes.

55.º Levantar conflictos de jurisdicção e competencia entre as auctoridades administrativas e judiciaes na conformidade das leis e regulamentos especiaes.

56.º Visitar a provincia sempre que seja possivel, provendo ás necessidades publicas quanto couber em suas attribuições, e dando conta ao governo do seu estado, e melhoramentos de que carecer.

57.º Enviar annualmente ao governo um relatorio minucioso sobre o estado da provincia, dando conta das providencias que tomou para melhorar a sua administração e propondo conjunctamente as medidas que julgar necessarias para o seu progressivo desenvolvimento.

58.º Exercer finalmente quaesquer outras attribuições que as leis lhe incumbam.

Art. 19.º O governador geral tem attribuições policiaes e a este respeito compete-lhe :

1.º Dar, executar e fazer cumprir todas as providencias necessarias para manter a ordem publica, proteger as pessoas e a propriedade, reprimir os actos contrarios á moral e á decencia publicas, auxiliando-se para estes fins da força á sua disposição ;

2.º Exercer a fiscalisação necessaria sobre os estrangeiros existentes na provincia ;

3.º Conceder passaportes, licenças para theatros e espectaculos publicos na capital da provincia ;

4.º Tomar providencias :

a) Sobre as loterias e rifas auctorizadas e sobre as casas publicas de jogo, hospedarias, estalagens, botequins e semelhantes ;

- b) Para repressão da mendicidade e vadiagem ;
 - c) Sobre musicos ambulantes, toques de sino, fogueiras e fogos de artificio ;
 - d) Sobre pregões, cartazes e annuncios em logares publicos, ou exposição n'elles de figuras, quadros, estampas, imagens ou quaesquer publicações obscenas ou offensivas da moral publica ou do decoro e honra dos funcionarios e dos particulares ;
 - e) Sobre estabelecimentos ou agencias de serviços.
- 5.º Providenciar sobre licenças para as casas de emprestimos sobre penhores, excepto as estabelecidas por bancos, monte pios, sociedades de soccorros mutuos e outros estabelecimentos com estatutos approvados pelo governo ;
- 6.º Decidir sobre licenças aos estabelecimentos insalubres, incommodos ou perigosos, conforme os respectivos regulamentos ;
- 7.º Regular a policia das meretrizes ;
- 8.º Dirigir sob consulta da junta de saude os differentes serviços de hygiene e salubridade publica, na fórmula das leis e regulamentos especiaes, adoptando em caso de necessidade as convenientes providencias, para precaver a provincia ou alguma das suas povoações de epidemias, enfermidades contagiosas, fòcos de infecção e outros males semelhantes, dando logo conta ao governo ;
- 9.º Superintender na segurança das prisões e sustento dos presos ;
- 10.º Dirigir superiormente os corpos de policia civil e militar exercendo a este respeito as attribuições que lhe competem pelas leis e regulamentos especiaes ;
- 11.º Executar e fazer executar as leis e regulamentos de policia e as providencias convenientes para o livre exercicio das funções das auctoridades e repartições publicas ;
- 12.º Superintender no serviço de saude e sanidade maritima conforme as leis e regulamentos ;
- 13.º Exercer quaesquer outras attribuições policiaes que as leis lhe incumbam, podendo, com voto affirmativo do conselho do governo, ou do governo central, tomar em relação a todas ellas providencias de execução permanente na falta de leis ou regulamentos geraes.
- Art. 20.º Ao governador geral pertence igualmente :
- 1.º Exercer a inspecção superior das irmandades, confrarias e institutos de piedade e beneficencia ;
 - 2.º Regular por meio de instrucções a sua escripturação e contabilidade ;

3.º Approvar os seus orçamentos e auctorisar as deliberações que possam influir nos mesmos, incluindo o levantamento de empréstimos, aquisição de bens immobiliarios, a alienação d'estes bens e de quaesquer capitaes, a applicação a despezas correntes de capitaes distractados, ou do seu fundo, ou de heranças, doações ou legados não deixados com esta clausula;

4.º Ordenar ás associações que organisem novos estatutos em harmonia com os regulamentos ou instrucções geraes do governo, podendo obrigar as já existentes ou as futuras a applicar, pelo menos, a decima parte da sua receita ordinaria á beneficencia no concelho e ao auxilio do ensino primario da respectiva freguezia;

5.º Extinguir as irmandades e confrarias que, ainda que legalmente erectas, não tiverem, pelo menos, o dobro do numero dos irmãos necessarios para constituirem a mesa, ou estiverem por elles abandonadas, intimando-as previamente a constituirem-se na conformidade dos seus estatutos; podendo, no caso de recusa, applicar os seus bens e valores em beneficio de algum estabelecimento de caridade do concelho ou da respectiva junta de parochia, precedendo voto affirmativo do conselho do governo;

6.º Extinguir as irmandades e confrarias illegalmente erectas ou sem estatutos devidamente approvados, encorporando seus bens e valores na respectiva junta de parochia, se no praso de quinze dias depois de intimadas se não constituirem legalmente;

7.º Inspeccionar os monte-pios ou associações fundadas exclusivamente no principio da mutualidade, corrigindo por acto de sua propria jurisdicção os abusos que n'elles houver.

Art. 21.º As resoluções do governador geral que sejam declaratorias de direitos, ou tenham servido de base a alguma sentença judicial ou decisão dos tribunaes administrativos, não podem ser por elle modificadas ou revogadas.

Art. 22.º Todos os seus actos podem ser emendados ou revogados pelo governo em todo o tempo, salvo havendo prejuizo de direitos adquiridos.

Art. 23.º Dos seus actos cabe recurso para o supremo tribunal administrativo, interposto pelos interessados, nos casos de incompetencia, excesso de poder, violação e offensa de direitos.

Art. 24.º O governador geral não póde ser demandado, civil ou criminalmente, sem auctorisação do governo, por factos relativos ao exercicio das suas funcções.

CAPITULO III

Conselho do governo

Art. 25.º Ao conselho do governo compete:

1.º Decidir em ultima instancia todas as questões contenciosas, administrativas, municipaes e das corporações administrativas, entendendo-se que cessa a sua jurisdição desde que o pleito for sobre propriedade ou sobre assumptos da exclusiva competencia dos tribunaes judiciais;

2.º Consultar sobre todas as questões ácerca das quaes o governador queira ouvir-o e em que pela lei esta consulta for obrigatoria.

§ 1.º As funcções do conselho do governo só são deliberativas nos casos do n.º 1.º d'este artigo, sempre que funcionar como tribunal de recurso, e naquelles que n'este decreto especificadamente se designam.

§ 2.º Os recursos para o conselho do governo são interpostos em identicos termos e nos mesmos prazos estabelecidos para os do conselho de provincia.

Art. 26.º É essencial o voto affirmativo do conselho do governo:

1.º Para se declarar urgente qualquer medida de caracter legislativo, e para que esta possa ser promulgada, segundo o disposto no § 2.º do artigo 15.º do primeiro acto adicional á carta constitucional da monarchia;

2.º Para a transferencia de qualquer verba orçamental, dentro do mesmo capitulo, ou de um capitulo para o outro;

3.º Para a suspensão das garantias nos casos tão urgentes que não possam esperar pelas ordens do governo da metropole;

4.º Para levantamento de recursos e supprimentos immediatos nos casos considerados de calamidade publica;

5.º Para todos os casos em que deva promulgar-se a annullação de collectas por calamidade publica;

6.º Para todas as circumstancias em que leis especiaes o designem e especifiquem.

CAPITULO IV

Do conselho de provincia

Art. 27.º Ao conselho de provincia compete:

1.º Julgar em 1.ª instancia as questões contenciosas de administração publica da provincia, excepto aquellas que

por lei competem á jurisdicção de outros tribunaes ou autoridades;

2.º Dar consultas nos assumptos em que as leis especiaes exijam o seu voto, ou em que for ouvido pelo governador geral.

Art. 28.º São suas attribuições julgar:

1.º Sobre reclamações das deliberações dos corpos administrativos por nullas ou offensivas de direitos fundados nas leis e regulamentos de administração publica;

2.º Sobre reclamações dos actos dos administradores do concelho por incompetencia de poder, violação de lei ou offensa de direitos, sem prejuizo da competencia do governador da provincia para a emenda dos actos arguidos;

3.º Sobre reclamações das eleições dos corpos administrativos, das irmandades, confrarias e associações de piedade ou beneficencia;

4.º Sobre inelegibilidade dos eleitos, por não estarem comprehendidos nos recenseamentos; sobre a exclusão das funções dos corpos administrativos, perda de logar dos vogaes por incompatibilidade legal, e reclamações sobre a legitimidade das suas faltas e impedimentos;

5.º Sobre a verificação de falta de eleições dos corpos administrativos e procedimento a seguir, nos termos do codigo administrativo;

6.º Sobre escusas dos eleitos para os corpos administrativos;

7.º Sobre reclamações relativas á constituição das assembléas eleitoraes para as eleições dos corpos administrativos;

8.º Sobre a admissão ou exclusão dos irmãos ou associados e actos das respectivas mesas ou direcções de irmandades, confrarias e outras associações pias ou de beneficencia e monte-pios e associações de soccorros mutuos que envolvam violação de lei ou de regulamento de administração publica, dos seus estatutos ou compromissos, ou offensa de direitos;

9.º Sobre o sentido das clausulas dos contratos entre a administração do municipio ou parochia e os emprehendedores ou arrematantes de rendas, obras ou fornecimentos;

10.º Sobre servidões, distribuções de aguas e uso dos bens e fructos de logradouro commum dos habitantes dos concelhos ou parochias;

11.º Sobre as contas de gerencia dos corpos administrativos, irmandades, confrarias, associações, estabelecimentos pios e de beneficencia;

12.º Sobre as reclamações ácerca do lançamento ou repartição e cobrança das contribuições directas do estado, conforme as leis especiaes;

13.º Finalmente, sobre quaesquer questões ou negocios de natureza contenciosa, que as leis especiaes lhe commetterem.

§ unico. As questões sobre titulos de propriedade ou posse, ou quaesquer outras relativas a exercicio de direitos civis, não podem ser julgadas principal ou incidentemente pelo conselho de provincia.

Art. 29.º O recurso das decisões das camaras e outras corporações administrativas para o conselho de provincia, é obrigatorio no que respeita a receitas e despezas, contas e orçamentos; em tudo o mais é facultativo e terá de interpor-se no praso de dez dias, a contar da data da decisão recorrida.

Art. 30.º Tratando-se de questão contenciosa de interesse pessoal, o praso para o recurso conta-se da data da intimação ao interessado ou da publicação da decisão das camaras ou corporações administrativas, visto como é só então que a decisão é completa para todos os seus effeitos legaes.

§ unico. Para esta ultima hypothese a publicação entende-se na localidade da provincia onde o recorrente ou o seu representante auctorizado estiverem; no caso da ausencia de ambos, entende-se a publicação na capital.

Art. 31.º O recurso terá de ser presente á camara ou corporação recorrida, que em quinze dias o enviará com sua informação ao conselho de provincia por intermedio do administrador do concelho, que tambem o informará, para o que não poderá conservar o processo na sua mão mais de oito dias, entregando-o dentro d'este praso na secretaria do governo, se for na cidade da Praia, e no correio, se se tratar de outro concelho, cobrando n'uma e outra hypothese recibo duplicado, do qual uma via será enviada na mesma occasião que os autos.

Art. 32.º O ministerio publico junto do conselho de provincia é responsavel pela fiscalisação dos prazos de que tratam os artigos anteriores.

Art. 33.º Pela demora do recurso nas camaras municipaes ou outras corporações administrativas, alem do praso de quinze dias, é responsavel o presidente ou quem o substitua; pela demora do processo em mão do administrador do concelho é este responsavel.

Art. 34.º O presidente da camara ou corporação ad-

por lei competem á jurisdicção de outros tribunaes ou autoridades;

2.º Dar consultas nos assumptos em que as leis especiaes exijam o seu voto, ou em que for ouvido pelo governador geral.

Art. 28.º São suas attribuições julgar:

1.º Sobre reclamações das deliberações dos corpos administrativos por nullas ou offensivas de direitos fundados nas leis e regulamentos de administração publica;

2.º Sobre reclamações dos actos dos administradores do concelho por incompetencia de poder, violação de lei ou offensa de direitos, sem prejuizo da competencia do governador da provincia para a emenda dos actos arguidos;

3.º Sobre reclamações das eleições dos corpos administrativos, das irmandades, confrarias e associações de piedade ou beneficencia;

4.º Sobre inelegibilidade dos eleitos, por não estarem comprehendidos nos recenseamentos; sobre a exclusão das funções dos corpos administrativos, perda de logar dos vogaes por incompatibilidade legal, e reclamações sobre a legitimidade das suas faltas e impedimentos;

5.º Sobre a verificação de falta de eleições dos corpos administrativos e procedimento a seguir, nos termos do código administrativo;

6.º Sobre escusas dos eleitos para os corpos administrativos;

7.º Sobre reclamações relativas á constituição das assembleas eleitoraes para as eleições dos corpos administrativos;

8.º Sobre a admissão ou exclusão dos irmãos ou associados e actos das respectivas mesas ou direcções de irmandades, confrarias e outras associações pias ou de beneficencia e monte-pios e associações de soccorros mutuos que envolvam violação de lei ou de regulamento de administração publica, dos seus estatutos ou compromissos, ou offensa de direitos;

9.º Sobre o sentido das clausulas dos contratos entre a administração do municipio ou parochia e os emprehendedores ou arrematantes de rendas, obras ou fornecimentos;

10.º Sobre servidões, distribuções de aguas e uso dos bens e fructos de logradouro commum dos habitantes dos concelhos ou parochias;

11.º Sobre as contas de gerencia dos corpos administrativos, irmandades, confrarias, associações, estabelecimentos pios e de beneficencia;

12.º Sobre as reclamações ácerca do lançamento ou repartição e cobrança das contribuições directas do estado, conforme as leis especiaes;

13.º Finalmente, sobre quaesquer questões ou negocios de natureza contenciosa, que as leis especiaes lhe commetterem.

§ unico. As questões sobre titulos de propriedade ou posse, ou quaesquer outras relativas a exercicio de direitos civis, não podem ser julgadas principal ou incidentemente pelo conselho de provincia.

Art. 29.º O recurso das decisões das camaras e outras corporações administrativas para o conselho de provincia, é obrigatorio no que respeita a receitas e despezas, contas e orçamentos; em tudo o mais é facultativo e terá de interpor-se no praso de dez dias, a contar da data da decisão recorrida.

Art. 30.º Tratando-se de questão contenciosa de interesse pessoal, o praso para o recurso conta-se da data da intimação ao interessado ou da publicação da decisão das camaras ou corporações administrativas, visto como é só então que a decisão é completa para todos os seus effectos legaes.

§ unico. Para esta ultima hypothese a publicação entende-se na localidade da provincia onde o recorrente ou o seu representante auctorizado estiverem; no caso da ausencia de ambos, entende-se a publicação na capital.

Art. 31.º O recurso terá de ser presente á camara ou corporação recorrida, que em quinze dias o enviará com sua informação ao conselho de provincia por intermedio do administrador do concelho, que tambem o informará, para o que não poderá conservar o processo na sua mão mais de oito dias, entregando-o dentro d'este praso na secretaria do governo, se for na cidade da Praia, e no correio, se se tratar de outro concelho, cobrando n'uma e outra hypothese recibo duplicado, do qual uma via será enviada na mesma occasião que os autos.

Art. 32.º O ministerio publico junto do conselho de provincia é responsavel pela fiscalisação dos prazos de que tratam os artigos anteriores.

Art. 33.º Pela demora do recurso nas camaras municipaes ou outras corporações administrativas, alem do praso de quinze dias, é responsavel o presidente ou quem o substitua; pela demora do processo em mão do administrador do concelho é este responsavel.

Art. 34.º O presidente da camara ou corporação ad-

ministrativa, por cuja culpa o recurso se demorar mais de quinze dias, será condemnado em policia correccional em multa não menor de 100\$000 réis nem maior de 500\$000 réis; o administrador que demorar o processo de recurso mais de oito dias será suspenso de vencimentos durante um mez pelo governador, e se reincidir será exonerado.

Art. 35.º Das contas de gerencia das camaras municipaes haverá sempre recurso para o conselho do governo, que decidirá em ultima instancia, e no praso de trinta dias.

CAPITULO V

Do administrador do concelho

Art. 36.º Em cada concelho ha um administrador effectivo e outro substituto.

Art. 37.º Ao administrador do concelho compete :

1.º Assistir ás sessões da respectiva camara municipal, sendo ouvido quando o pedir, e tomando assento á esquerda do presidente;

2.º Exigir a convocação extraordinaria da camara municipal e juntas de parochia, resolvendo as duvidas sobre o local da reunião das juntas;

3.º Servir de intermedio na correspondencia da camara com o governador geral;

4.º Prestar informações sobre as deliberações da camara municipal que tiver por illegaes ou contrarias ao interesse publico;

5.º Remetter ao governador geral até o 1.º de maio os orçamentos das irmandades, confrarias e estabelecimentos pios ou de beneficencia com a sua informação;

6.º Representar o governo no concelho em todos os assumptos das suas attribuições e nos que não estiverem encarregados especialmente a outros funcionarios.

Art. 38.º O administrador do concelho e o seu substituto são nomeados por portaria do governador geral. O administrador é immediatamente subordinado ao governador geral, e presta juramento nas mãos d'este por si ou por procuração.

§ unico. Nas faltas e impedimentos simultaneos do effectivo e substituto e de nomeação de um interino pelo governador geral, faz as suas vezes o presidente da camara, que cessa n'esse caso de exercer as funcções de vereador.

Art. 39.º O administrador do concelho póde ser suspenso pelo governador geral, transferido ou demittido:

1.º Por infracção da lei em actos ou decisões suas;

2.º Por desobediencia ou falta de acatamento ás ordens dos seus superiores ;

3.º Por negligencia ou omissão de que resulte prejuizo ao interesse publico ou ao serviço a seu cargo ;

4.º Por procedimento irregular que o impossibilite de exercer decorosamente as suas funcções.

Art. 40.º Compete ao administrador executar e fazer executar no seu concelho as leis de administração publica, e n'esta qualidade tem a seu cargo :

1.º Vigiar pela execução de todo o serviço administrativo, conforme as leis e regulamentos respectivos ;

2.º Delegar, se as necessidades do serviço o exigirem, nos seus subalternos, com auctorisação do governador geral, algumas das suas attribuições ;

3.º Examinar annualmente o estado das escolas primarias publicas ou particulares, o estado dos archivos, escripturação e cofres da camara, juntas de parochia, irmandades, confrarias, misericordias, hospitaes e outros institutos de piedade e beneficencia, verificando se os seus livros e documentos estão sellados conforme as leis e os regulamentos, e enviando no fim do anno ao governador geral um relatorio circunstanciado em que proponha as providencias convenientes ;

4.º Dar parte ao governador geral dos actos das camaras municipaes e juntas de parochia, nullos ou contrarios ao interesse publico e dos actos das administrações das irmandades e institutos de piedade e beneficencia, que envolvam offensa de lei ou regulamento de administração publica ou dos seus compromissos e estatutos com a copia authentica d'essas deliberações ;

6.º Remetter-lhe, com informação circunstanciada, a conta da gerencia das camaras municipaes, juntas de parochia e corporações pias e de beneficencia dentro de quinze dias desde que as receber ;

7.º Fiscalisar o serviço dos expostos e das creanças desvalidas ou abandonadas, conforme as leis e regulamentos ;

8.º Fiscalisar o serviço dos estabelecimentos de instrucção e educação nos termos das leis especiaes ;

9.º Remetter ao governador geral, logo que os receba, os resumos e copias authenticas das deliberações das camaras municipaes e juntas de parochia ;

10.º Prestar a estas corporações e a todas as aucteridades publicas o auxilio de que precisarem para o desempenho dos seus deveres officiaes ;

11.º Suspender, depois de ouvidos, os funcionarios administrativos immediatamente seus subordinados, participando ao governador geral;

12.º Deferir juramento aos empregados publicos do concelho, se para isso não houver outra auctoridade designada por lei;

13.º Conceder licença por quinze dias aos empregados administrativos seus subordinados para dentro do concelho;

14.º Abrir e registar os testamentos e receber as escusas dos testamenteiros nos termos do codigo civil;

15.º Tomar contas do cumprimento dos legados com applicação pia ou de utilidade publica, conforme a legislação especial;

16.º Finalmente exercer quaesquer outras attribuições que lhe forem commettidas por lei.

Art. 41.º Como auctoridade policial incumbe ao administrador do concelho:

1.º Fazer executar as leis e regulamentos de policia geral e municipal;

2.º Conceder bilhetes de residencia conforme os regulamentos;

3.º Vigiar pela segurança das cadeias e sustentação dos presos;

4.º Fazer a policia das casas publicas de jogo, hospedarias, estalagens, botequins e outras semelhantes; as das prostitutas, mendigos, musicos ambulantes, vadios e vagabundos;

5.º Conceder licenças para fabricar, importar, vender ou usar armas brancas ou de fogo e fazer a policia respectiva;

6.º Fazer a policia sanitaria, nos termos dos regulamentos;

7.º Fazer a policia sobre pregões;

8.º Regular a policia das festas e divertimentos publicos, e fazer manter a ordem nos templos e solemnidades religiosas;

9.º Conceder licenças para theatros e espectaculos publicos fóra da capital da provincia, e fazer a policia respectiva;

10.º Providenciar sobre a divagação das pessoas alienadas, fazendo-as recolher n'um estabelecimento proprio, ou entregar a quem, segundo a lei, pertencer tomar conta d'ellas;

11.º Impedir a divagação de animaes malfazejos e providenciar sobre a sua extincção;

12.º Proteger a segurança das pessoas e das cousas nos casos de incendios, inundações, naufragios e outros semelhantes, promovendo a prestação e distribuição de soccorros nas calamidades publicas;

13.º Proteger a liberdade, a propriedade e a segurança dos habitantes do seu concelho;

14.º Prevenir e reprimir os actos contrarios á ordem, á moral ou decencia publica, requisitando para isso a força necessaria;

15.º Conceder licenças, na fórmula dos regulamentos, para estabelecimentos insalubres incommodos ou perigosas;

16.º Fiscalisar os pesos e medidas;

17.º Levantar autos de investigação dos crimes publicos de que tiver conhecimento, inquirindo testemunhas, tomando declarações, colligindo documentos e quaesquer provas para esclarecimento dos tribunaes, remettendo tudo ao ministerio publico com a sua informação;

18.º Participar ao ministerio publico as contravenções em que este houver de ser accusador;

19.º Prender ou mandar prender os culpados a requisição da auctoridade judicial, e, quando não se exija previa formação de culpa, pondo-os logo á disposição do juiz competente;

20.º Dar buscas e proceder a apprehensões para investigação dos factos criminosos, mas com as formalidades que para estes actos se exigem das auctoridades judiciaes;

21.º Conceder as licenças policiaes que não competirem a outra auctoridade;

22.º Prestar o auxilio requisitado pelos empregados de justiça, da fazenda publica ou municipal e pelos arrematantes de impostos do estado ou do municipio;

23.º Exercer quaesquer outras attribuições policiaes que lhe incumbam por lei ou regulamento.

Art. 42.º Compete-lhe igualmente :

1.º Propor ao governador geral a nomeação de regedores e substitutos ;

2.º Suspender os regedores e seus substitutos, dando parte ao governador geral, não podendo porém demittil-os, porque isso é attribuição d'este magistrado ;

3.º Deferir juramento aos regedores e seus substitutos, aos secretarios da administração, aos amanuenses e officiaes de diligencias da mesma ;

4.º Propor ao governador geral o seu secretario ;

5.º Nomear interinamente o empregado ou pessoa estranha que ha de substituir o secretario nos seus impedimentos temporarios, o que, se for por mais de trinta dias, carece de confirmação do governador geral;

6.º Nomear o secretario do regedor sobre proposta d'este, e podendo suspendel-o e demittil-o;

7.º Prender o que o ameaçar ou insultar no exercicio das suas funcções, formando auto, que enviará em vinte e quatro horas ao agente do ministerio publico;

8.º Propor ao governador geral a nomeação dos empregados seus subordinados, e os seus vencimentos e lotações;

9.º Transmittir ao governador geral a nomeação dos empregados das camaras municipaes e das juntas de parochia.

Art. 43.º Para ser demandado por actos relativos ás suas funcções carece de licença do governador geral em conselho.

CAPITULO VI

Das camaras municipaes

Art. 44.º As camaras municipaes têm uma sessão ordinaria por semana, no dia e hora designado na primeira de cada anno, e as extraordinarias que forem precisas. Póde todavia a camara alterar os dias e horas das sessões, annunciando-o tres dias antes por editaes affixados nos logares do estylo.

Art. 45.º Não é preciso convocação para as sessões ordinarias; para as extraordinarias faz o presidente convocação por iniciativa sua, ou quando isso lhe seja requerido pelo administrador do concelho ou por dois vogaes.

Art. 46.º As camaras municipaes correspondem-se directamente pelo seu presidente com as auctoridades e repartições publicas da provincia; com o governador geral por intermedio do administrador do concelho. Com as repartições superiores no reino correspondem-se por meio de representações assignadas pelo presidente e transmittidas por via do governador geral, que as informará.

Art. 47.º As camaras municipaes entregam ao administrador para este enviar ao governador geral um resumo das deliberações, dentro de tres dias depois de cada sessão, e dão-lhe copia authentica do seu teor, e das actas e contratos referentes, se este as pedir; devendo de tudo passar recibo o administrador.

§ unico. Os documentos de que trata este artigo são também enviados ao governador geral pelo administrador com a sua informação, se os actos lhe parecerem illegaes ou oppostos aos interesses publicos.

Art. 48.º As camaras municipaes devem affixar por oito dias na porta do edificio municipal, nota do resumo das deliberações no mesmo dia em que as enviarem ao administrador do concelho.

Art. 49.º As camaras municipaes :

1.º Têm a seu cargo os bens e interesses do concelho, e bem assim promover e realisar todos os melhoramentos moraes e materiaes da sua circumscripção, que por lei não sejam commettidos a outros corpos ou auctoridades ;

2.º Têm attribuições deliberativas e consultivas na execução de serviços de interesse geral e parochial, nos casos declarados nas leis ;

3.º Têm attribuições consultivas em assumptos em que forem ouvidas pelo governador geral e administrador do concelho.

Art. 50.º São attribuições das camaras, sujeitas, porém, á acção tutelar do conselho de provincia e *direito suspenso* do governador geral, as seguintes deliberações :

1.º Sobre administração dos bens, celleiros communs, e estabelecimentos municipaes e sua applicação aos usos a que são destinados ;

2.º Sobre aquisição ou alienação de bens mobiliarios ou immobiliarios necessarios ou dispensaveis para os serviços dos concelhos ;

3.º Sobre acceitação de heranças, legados ou doações ;

4.º Sobre licenças para estabelecimento de caminhos de ferro americanos ou de outro melhoramento de viação nas ruas, estradas ou terrenos municipaes ;

5.º Sobre obras de construcção, reparação e conservação de propriedades municipaes ;

6.º Sobre subsidios a estabelecimentos de beneficencia, instrucção e educação, de que não seja administradora, mas de utilidade para o concelho ou para uma parte importante d'elle ;

7.º Sobre construcção, conservação e reparação das estradas municipaes depois de approvados os projectos pelo governador geral em conselho technico ;

8.º Sobre nomeação, suspensão e demissão dos seus empregados, devendo as nomeações ser sempre provisorias e por um anno, findo o qual serão confirmadas pelo governo geral da provincia ;

- 9.º Sobre instauração e defeza de pleitos ;
- 10.º Sobre contratos para execução de obras, serviços e fornecimentos ;
- 11.º Sobre arrendamentos ;
- 12.º Sobre construcção e conservação de fontes, pontes, canos e aqueductos que não excedam a despeza fixada ;
- 13.º Sobre construcção e administração das cadeias comarcãs conforme os planos e regras das leis especiaes ;
- 14.º Sobre regulamentos dos estabelecimentos e serviços municipaes ;
- 15.º Sobre a organização do tombo dos seus bens immobiliarios e dos do logradouro commum ;
- 16.º Sobre a conveniencia de se decretar a utilidade publica ou a urgencia das expropriações, e sobre a realisação das já decretadas por lei ou pelo governo ;
- 17.º Sobre a denominação das ruas e logares publicos e numeração dos predios ;
- 18.º Sobre serviços de incendios, ou para attenuar as calamidades publicas ;
- 19.º Sobre as deliberações das juntas de parochia que carecem de approvação da camara ;
- 20.º Sobre nomeação das juntas de parochia, se a eleição não tiver dado resultado e depois de segunda convocação dos eleitores ;
- 21.º Sobre licenças para edificações e reedificações junto das ruas e logares publicos, fixando os alinhamentos e as cotas de nivel, adquirindo ou cedendo os terrenos para isso necessarios, com louvação de peritos, tudo mediante previa consulta do conselho technico das obras publicas ;
- 22.º Sobre demolição de edificios arruinados ou sua reparação conforme a legislação especial, que é tambem applicavel ás condições de segurança publica ou individual nos predios em construcção ;
- 23.º Sobre saneamento das populações, demolição ou reparação das habitações insalubres, conforme o parecer de peritos, na fórmula das leis relativas aos predios em ruinas ou em estado perigoso para a segurança publica ou particular ;
- 24.º Sobre plantação e córte de mattas ou arvoredos municipaes ;
- 25.º Sobre arroteamento e sementeira de terrenos municipaes incultos, e esgoto de pantanos em terrenos municipaes ;
- 26.º Sobre tudo o que interesse á segurança e commoidade de transito nas ruas, praças, caes e outros logares

publicos, a limpeza e illuminação publica, a remoção de pejamientos, ou do que prejudique os transeuntes, ou cause exhalações nocivas ;

27.º Sobre administração dos expostos e creanças desvalidas e abandonadas até aos sete annos ;

28.º Sobre o objecto das deliberações ácerca dos emprestimos, sendo ouvidos os quarenta maiores contribuintes da contribuição predial com antecipação de tres dias á deliberação da camara ; devendo, se não comparecerem estes em maioria, ou não houver vencimento, ser convocados segunda vez, pela mesma fórma, constituindo-se com qualquer numero ; e sendo o seu parecer enviado ao governador geral conjunctamente com o resumo das deliberações da camara ;

29.º Sobre applicação das propriedades municipaes a usos diversos d'aquelles a que são destinadas ;

30.º Sobre orçamentos, dotação de serviços e fixação de despesas ;

31.º Sobre impostos municipaes ;

32.º Sobre criação de estabelecimentos uteis para o concelho, sua dotação, extincção e regulamentos ;

33.º Sobre criação e extincção de empregos e sua dotação, incluindo partidos de facultativos, parteiras, veterinarios e agronomos ;

34.º Sobre acordos com outras corporações administrativas para melhoramentos de interesse commum ;

35.º Sobre criação, duração, suppressão, ou mudanças de feiras e mercados ;

36.º Sobre aposentações de empregados, se a receita municipal exceder a 10:000\$000 réis, deducções nos seus vencimentos para ellas, e sobre pensões de individuos, que se impossibilitarem por desastre no serviço do concelho ;

37.º Sobre taxas por logares e terrenos de uso e logradouro publico, occupados momentaneamente ;

38.º Sobre regulamentos para a exploração dos bens, pastos e fructos do logradouro commum dos povos do concelho ou de mais de uma freguezia d'elle, podendo taxar-se o uso ;

39.º Sobre posturas e regulamentos de policia urbana e rural ;

40.º Sobre desistencia, confissão e transacções sobre pleitos ;

41.º Sobre concessões de servidão em bens municipaes, as quaes ficarão sempre precarias ;

42.º Sobre construcção de lavadouros, de banhos publicos, de aguas medicinaes, casas para mercados e mata-douros;

43.º Sobre venda de carnes verdes, podendo-a declarar livre ou arrematar o fornecimento, ou estabelecer açougues de conta propria, se os conluios dos arrematantes justificarem esta medida extraordinaria.

Art. 51.º A camara faz posturas e regulamentos sobre os assumptos seguintes:

1.º Policia de caes, docas, praias, estradas e campos, caça e pesca nas aguas concelhias e particulares;

2.º Policia das aguas communs municipaes;

3.º Policia dos vendilhões e adelos, quer ambulantes quer com logares fixos;

4.º Limpeza de chaminés e fornos, serviços de incendios e contra inundações; conservação e limpeza de ruas, estradas municipaes, praças, caes, boqueirões, canos e despejos publicos;

5.º Divagação de animaes nocivos;

6.º Prospecto e alinhamento dos edificios dentro das povoações ou junto de estradas municipaes, observando a legislação respectiva, e collocação nas janellas, varandas e telhados de objectos que ponham em risco a segurança dos cidadãos;

7.º Policia de feiras e mercados, e de carros e vehiculos;

8.º Condições dos recipientes de immundicies e sua remoção, dentro das povoações;

9.º Em geral sobre quaesquer objectos de policia urbana ou rural, comtanto que o assumpto não seja da competencia de auctoridade ou repartição diversa.

Art. 52.º O presidente da camara municipal convoca esta por sua iniciativa ou a requerimento de dois vereadores, ou por exigencia do governador geral ou administrador do concelho, para sessões extraordinarias, pertencendo-lhe:

1.º Fazer executar as deliberações da camara; e é especialmente encarregado de publicar as posturas, resoluções e avisos, propor os orçamentos, ordenar as despesas conforme estes e as resoluções da camara, represental-a em juizo ou fóra d'elle, escolhendo os advogados e procuradores, assignar a correspondencia e inspecionar superiormente todos os estabelecimentos e serviços municipaes;

2.º Apresentar á camara a conta geral da gerencia dentro de sessenta dias, depois de findo o anno civil.

§ unico. Não preside ás sessões da camara em que se discutir a conta que apresentar, nem está presente ás respectivas deliberações.

CAPITULO II

Receitas e despezas municipaes

Art. 53.º A receita municipal ordinaria é constituida:

- 1.º Pelos rendimentos dos bens proprios;
- 2.º Juros de credito e de fundos consolidados;
- 3.º Dividendos de acções de bancos e companhias;
- 4.º Rendimentos de estabelecimentos municipaes;
- 5.º Multas por transgressão de posturas ou regulamentos de policia municipal;
- 6.º Taxas de occupações de terrenos e logares publicos, ou pelo uso dos bens de logradouro commum;
- 7.º Impostos;
- 8.º Dividas activas;
- 9.º Multas aos que comprarem, venderem, conduzirem, transportarem caça no tempo defeso;
- 10.º Quaesquer rendimentos permanentes destinados por lei.

Art. 54.º A receita municipal extraordinaria compõe-se:

- 1.º De heranças, legados, doações e donativos;
- 2.º Do producto de emprestimos;
- 3.º Do de alienação de bens;
- 4.º Dos subsidios do estado; dos de outros municipios para melhoramentos ou instituições de interesse commum, ou dos provenientes de companhias ou sociedades, ou de concessão a companhias ou particulares; e de outros quaesquer incertos ou eventuaes.

Art. 55.º A receita não votada pela camara e necessaria para despezas obrigatorias é supprida por deliberação do governador geral.

Art. 56.º São despezas municipaes obrigatorias:

- 1.º As da construcção, reparação e conservação dos pagos do concelho, tribunaes de justiça de 1.ª instancia com séde no concelho, propriedades municipaes, fontes, pontes e aqueductos, ruas e estradas municipaes, na fórma das leis respectivas, cemiterios municipaes e cadeias;
- 2.º As dos vencimentos dos funcionarios e empregados municipaes, inclusivè os aposentados, quando pagos pelo cofre municipal;
- 3.º As da instrucção primaria a seu cargo, na fórma das leis de instrucção;

4.º As da sustentação dos estabelecimentos de utilidade para o concelho, creados pela camara;

5.º As do serviço dos incendios;

6.º As do custeamento e expediente da administração do concelho, se os emolumentos d'este forem insufficientes, e as de seu proprio expediente;

7.º As da renda da casa e mobilia da conservatoria e da administração do concelho, se não poder funcionar nos paços municipaes;

8.º As da aposentadoria dos juizes, ministerio publico e officiaes de justiça que os acompanharem por occasião de diligencia de serviço publico, ou as dos magistrados administrativos em diligencia extraordinaria;

9.º As resultantes de contratos legaes;

10.º As de illuminação das povoações, quando hajam sido incluídas nos orçamentos dos tres ultimos annos;

11.º Os impostos e encargos de propriedades ou rendimentos municipaes;

12.º As dos litigios;

13.º As de alinhamentos e letreiros de ruas e praças;

14.º As da policia e segurança do concelho;

15.º As do recenseamento eleitoral, expediente das eleições politicas, administrativas ou judiciaes e as do censo da população;

16.º As de livros e expediente do registo parochial e dos registos a seu cargo;

17.º As de pagamento das dividas exigiveis;

18.º As da dotação de todos os serviços municipaes, regularmente estabelecidos;

19.º As de saneamento das povoações e extincção de pantanos ou focos de insalubridade;

20.º As dos expostos e creanças desvalidas ou abandonadas até á idade de sete annos;

21.º Emfim, quaesquer outras, postas por lei a cargo das camaras.

Art. 57.º São facultativas todas as outras despesas de utilidade para o concelho e consequentes do exercicio das attribuições legaes das camaras.

Art. 58.º As despesas municipaes são ordenadas pelos presidentes das camaras nos termos dos orçamentos.

§ 1.º As obrigatorias não contempladas no orçamento, ou, sem receita n'este para ellas, são suppridas por deliberação do conselho de provincia ou do governador geral.

§ 2.º As despesas auctorizadas e liquidadas, cujo pagamento o presidente recuse, podem ser ordenadas pelo go-

vernador geral, ouvido o conselho de provincia, se os interessados, tendo-o requerido á camara e tendo-o esta recusado, o reclamarem.

CAPITULO VIII

Juntas de parochia

Art. 59.º Nas freguezias de mais de 1:000 habitantes a junta de parochia é composta de cinco vogaes e de tres nas de menor numero de habitantes. A população verifica-se pelo ultimo recenseamento geral. Passando uma freguezia a ter população superior a 1:000 habitantes é o governador geral que designa quando se deve effectuar a primeira eleição e o numero de vogaes que hão de ser eleitos.

§ 1.º Todos os vogaes, á excepção do parochico que é o presidente da junta de parochia, serão de eleição.

Art. 60.º Assiste ás sessões o regedor; é ouvido, quando o pede, e toma assento á esquerda do presidente.

Art. 61.º A junta de parochia tem sessões ordinarias de quinze em quinze dias, no dia e hora designada na primeira; e as extraordinarias que forem precisas. Todas podem ser aos domingos. Póde, porém, mudar-se o dia das sessões ordinarias, annunciando préviamente por editaes affixados tres dias antes, pelo menos.

§ 1.º As sessões ordinarias não carecem de convocação; e das extraordinarias é feita por iniciativa do presidente, regedor ou administrador.

§ 2.º A junta reúne-se na sacristia da igreja parochial, ou em qualquer casa de despacho que escolher, mas nunca na igreja.

§ 3.º As duvidas a respeito do local da reunião resolve-as o administrador.

Art. 62.º A junta de parochia corresponde-se directamente por via do presidente com as auctoridades e repartições do concelho; com o governador geral, porém, e auctoridades e repartições superiores corresponde-se por meio de representações entregues ao administrador do concelho.

Art. 63.º Dentro de tres dias, depois da sessão, remette a junta de parochia ao administrador, para enviar ao governador geral, um resumo das deliberações tomadas; e quando o administrador o exigir dá-lhe copia authentica de teor das mesmas deliberações e dos actos e contratos a que se referirem.

No dia em que remette o resumo, affixa uma copia d'elle na porta do edificio onde funciona, a qual deve permanecer ali oito dias.

Art. 64.º A junta de parochia tem a seu cargo a administração dos bens e interesses peculiares da parochia, quando por lei não estejam a cargo de outras corporações ou auctoridades.

Art. 65.º Tem em especial a administração dos bens e rendimentos da fabrica da igreja parochial e suas dependentes; mas pôde ceder estas attribuições a qualquer irmandade ou confraria erecta na mesma igreja e para isso auctorizada pelo governador geral no respectivo compromisso, comtanto que a cedencia diminua os encargos dos parochianos com a fabrica. Esta auctorisação do governador geral pôde ser revogada a todo o tempo.

Art. 66.º Tem attribuições consultivas nos assumptos em que for ouvida pelos magistrados administrativos ou camara municipal.

Pôde emittir votos consultivos de sua iniciativa, mas só em assumptos da sua competencia, levando-os á presença das auctoridades e poderes superiores do estado, nos termos do disposto no artigo 62.º

Art. 67.º Delibera provisoriamente pelas vias competentes:

1.º Sobre administração dos bens e rendimentos da fabrica da igreja parochial, sendo fabriqueira; dos bens e rendimentos legados ou doados á parochia com applicação ao culto; e dos das ermidas ou capellas dependentes da igreja parochial e dos das irmandades e confrarias illegalmente erectas; mas a incorporação d'estes bens na junta é feita pelo governador geral;

2.º Sobre acceitação de heranças, legados e doações á parochia, sem encargos, condições ou reclamações;

3.º Sobre aquisição ou alienação de bens mobiliarios ou immobiliarios necessarios ou dispensaveis aos serviços da parochia;

4.º Sobre obras de construcção, reparação e conservação dos caminhos vicinaes do uso exclusivo da parochia, não estando classificados como estradas municipaes;

6.º Sobre contratos para execução de obras, serviços ou fornecimentos que devam ter effeito, por tempo não excedente a um anno;

7.º Sobre pleitos a intentar ou defender;

8.º Sobre a conveniencia de ser decretada de utilidade publica ou a urgencia de expropriações, e a realisação

d'aquellas que estiverem declaradas por lei ou decretadas pelo governo;

9.º Sobre nomeação ou suspensão, até sessenta dias em cada anno, de empregados parochiaes;

10.º Sobre a fruição dos bens, pastos e fructos do logradouro exclusivo e commum dos parochianos, podendo impor taxas pelo seu uso;

11.º Sobre empréstimos, sua dotação e encargos;

12.º Sobre arrendamentos e suas condições por qualquer tempo;

13.º Sobre plantação e córte de mattas e arvoredos parochiaes;

14.º Sobre arroteamento e sementeira de terrenos incultos e esgoto de pantanos em terrenos parochiaes;

15.º Sobre orçamentos, dotações de serviços, fixações de despesas e lançamento de impostos;

16.º Sobre estabelecimento de cemiterios fóra da capital do concelho, sua ampliação e suppressão, ficando resalvados os direitos da junta a qualquer que haja ali construido;

17.º Sobre criação de empregos, sua dotação e extincção;

18.º Sobre accordos com outras corporações administrativas para melhoramentos communs;

19.º Sobre as taxas pelo uso dos bens do logradouro parochial;

20.º Sobre applicação dos bens e edificios parochiaes a usos diversos d'aquelles a que são destinados;

21.º Sobre fundação, doação e extincção de institutos de utilidade para a parochia.

Art. 68.º Não pertencem á sua administração:

1.º Os bens e rendimentos de irmandades e confrarias legalmente erectas, ou de ermidas ou capellas pertencentes a particulares ou a moradores de algum logar da parochia;

2.º Os bens e rendimentos de hospitaes e albergarias;

3.º Os passaes e casas de residencia dos parochos ou de quaesquer outros empregados do culto;

4.º Os rendimentos, benesses e emolumentos applicados á sustentação dos parochos;

5.º As fabricas das cathedraes, as dos templos a cargo do estado como monumentos de arte ou de gloria nacional, e as dos templos que, servindo de parochiaes, forem destinados tambem a outros usos religiosos.

Art. 69.º É dever do presidente inventariar todos os

bens e valores pertencentes á parochia e á fabrica da igreja parochial e suas dependencias, revendo, conferindo e entregando á nova junta esse inventario, logo que se constitua, lavrando-se no livro respectivo autos de todas as alterações occorridas desde a ultima revisão, assistindo o regedor, o thesoureiro e o parochio.

§ 1.º N'esse inventario são descriptos em separado os paramentos, vasos, alfaias e utensilios do culto, e faz-se menção dos titulos ou documentos que lhes dizem respeito.

§ 2.º D'esse inventario ou auto se envia copia ao governador geral, e da parte respectiva ao culto se dá copia ao parochio da freguezia.

Art. 70.º Os vogaes da junta de parochia, que faltarem sem motivo justificado ás sessões d'ella, incorrem na multa de 1\$000 réis por sessão a que faltarem; se as faltas forem mais de dez incorrem ainda na suspensão dos direitos politicos por dois annos.

Art. 71.º Das nomeações dos seus empregados, seus vencimentos e lotações, dá o presidente da junta parte ao governador geral por intermedio do administrador do concelho. As nomeações são sempre provisórias e por um anno, findo o qual deverão ser confirmadas pelo governo da provincia.

Art. 72.º As juntas parochiaes, juntamente com o regedor, constituem a commissão de beneficencia da freguezia, que tem a seu cargo:

1.º Fazer o arrolamento de todas as pessoas necessitadas dos soccorros publicos, promovendó, solicitando e distribuindo esses soccorros;

2.º Fiscalisar o serviço dos expostos, desvalidos e abandonados, conforme as instrucções respectivas, participando os abusos á comoração ou auctoridade que as tiver expedido;

3.º Praticar os demais actos de beneficencia, que lhe forem incumbidos por lei ou pelas auctoridades superiores no desempenho das suas attribuições.

CAPITULO IX

Receitas e despesas parochiaes

Art. 73.º São receitas parochiaes ordinarias as seguintes:

1.º Os rendimentos dos bens e estabelecimentos proprios, e dos applicados á fabrica da igreja parochial ou suas dependentes;

2.º As taxas pelo uso dos bens de logradouro parochial;

3.º Os rendimentos dos direitos que a fabrica por lei ou estylo estiver auctorizada a receber nos baptismos, casamentos e obitos;

4.º O rendimento dos cemiterios parochiaes;

5.º As multas impostas por lei ou regulamentos em beneficio da parochia;

6.º As dividas activas;

7.º Quaesquer outros rendimentos permanentes destinados por lei a constituir receita parochial.

Art. 74.º São receitas extraordinarias parochiaes: as heranças, donativos e legados, o producto dos emprestimos e o de alienação de bens, os subsidios do estado, municipio ou provincia, e quaesquer outros incertos e eventuaes.

Art. 75.º Tambem é receita para melhoramento de caminhos vicinaes um dia de trabalho em cada anno, comprehendendo o serviço de pessoas e cousas do mesmo modo que está regulado para as camaras municipaes.

Art. 76.º É applicavel aos rendimentos e impostos parochiaes o modo de cobrança determinado para os das camaras municipaes.

Art. 77.º Tambem a junta de parochia póde collectar, para as despezas da fabrica da igreja parochial, as irmandades e confrarias n'ella erectas, na proporção dos seus rendimentos, e sem prejuizo das despezas obrigatorias d'ellas, precedendo, porém, audiencia das interessadas e auctorisação do governador geral.

Art. 78.º São despezas parochiaes obrigatorias:

1.º As de construcção, reparação e conservação da igreja parochial e suas dependentes e dos edificios parochiaes;

2.º As de reparação de residencia parochial a que o parochio não for obrigado como usufructuario; entendendo-se que este é obrigado ás reparações ordinarias, e que estas são as que no anno em que forem necessarias não excederem duas terças do rendimento liquido d'esse anno;

3.º As do culto, paramentos, vasos sagrados, alfaias e guizamentos;

4.º As do vencimento do seu secretario e outros empregados parochiaes, e do secretario do regedor;

5.º As do expediente da junta e da regedoria da parochia;

6.º As dos impostos, pensões e encargos das propriedades e rendimentos parochiaes;

- 7.º As dos litigios da parochia ;
 8.º As do pagamento das dividas exigiveis ;
 9.º As de construcção e conservaço dos cemiterios parochiaes ;
 10.º As de conducção para os cemiterios de cadaveres encontrados em qualquer logar da freguezia, bem como dos das pessoas pobres, cujos parentes não possam satisfazer-as, se não houver misericordia ou corporação de beneficencia com esse encargo ;
 11.º As resultantes de contratos legaes ;
 12.º As dos livros necessarios para o registo parochial ;
 13.º As da dotação dos serviços parochiaes ;
 14.º As de construcção, reparação, conservaço e limpeza dos caminhos vicinaes ;
 15.º Quaesquer outras que por lei lhe forem impostas.

Art. 79.º São despezas facultativas todas as demais que forem de utilidade para a parochia e consequentes do exercicio das suas attribuições legaes.

§ unico. Sobre a sua fixação delibera provisoriamente a junta de parochia, e esta deliberação carece de approvaço do governador geral.

Art. 80.º Suppre o governador geral o ordenamento das despezas obrigatorias não contempladas no orçamento ou sem receita para ellas votada, mas dentro dos limites das attribuições da junta de parochia.

CAPITULO X

Das eleições

Art. 81.º São eleitores para os cargos de vereadores e de vogaes das juntas de parochia os que o são dos deputados, segundo o recenseamento processado na conformidade da legislação eleitoral.

Art. 82.º São elegiveis para os cargos de vereadores e vogaes das juntas de parochia os eleitores das respectivas circumscripções, comtanto que saibam ler, escrever e contar.

§ unico. Não podem ser eleitos para as juntas de parochia os que não pertencerem á religião catholica.

Art. 83.º As eleições ordinarias serão feitas no ultimo anno do triennio do exercicio, sendo as dos vereadores no primeiro domingo e as dos vogaes das juntas de parochia no ultimo domingo de novembro.

Exceptuam-se as eleições a que tiver de proceder-se em virtude de dissoluço, as quaes se verificarão no dia marcado na conformidade da lei.

Art. 84.º As eleições fazem-se por assembleás dos electores das respectivas circumscripções, havendo uma só assembleá nas eleições parochiaes, e uma ou mais nas eleições municipaes, devendo adoptar-se, tanto quanto possível, a mesma divisão de assembleás das eleições para deputados.

Art. 85.º As assembleás eleitoraes serão convocadas pelo governador geral, com a antecedencia necessaria e com as formalidades e publicidade usadas nas eleições para deputados.

No diploma que ordenar a convocação das assembleás eleitoraes deverá declarar-se:

1.º O dia da eleição e a hora a que começa;

2.º As assembleás que são convocadas e os logares das reuniões de cada uma d'ellas;

3.º Os cargos para que se faz a eleição, numero de voaes que têm de ser eleitos, condições requeridas para a eleição, e periodo por que os eleitos têm de servir.

Art. 86.º As commissões recenseadoras remetterão aos presidentes das assembleás eleitoraes, pelo menos dois dias antes do designado para a eleição, cadernos em duplicado, contendo o recenseamento dos electores e elegiveis.

Art. 87.º Os actos eleitoraes effectuam-se pela fórma determinada na legislação eleitoral para as eleições de deputados.

Art. 88.º Todo o elector tem direito a reclamar contra a illegalidade das operações eleitoraes.

Art. 89.º As reclamações serão julgadas pelo conselho de provincia; mas considerar-se-ha confirmada a eleição a que se refiram, se não houverem sido resolvidas aquellas reclamações quinze dias depois de terem sido apresentadas ao conselho.

TITULO II

Dos empregados administrativos

CAPITULO I

Secretaria do governo da provincia

Art. 90.º Junto do governo da provincia ha uma secretaria do governo dirigida por um secretario geral, que é o chefe superior da secretaria da administração da provincia, por a qual correm todos os negocios administrativos em

que tenha de intervir o governador geral; e por intermédio do secretario geral se faz toda a correspondencia que não seja de negocios de fazenda.

§ 1.º Na secretaria do governo ha uma secção militar dirigida pelo ajudante do governador geral.

§ 2.º Pertence ao secretario particular a correspondencia confidencial, cujo registo e expediente serão por elle só feitos e concluidos.

Art. 91.º Na secretaria do governo haverá uma repartição de negocios de fazenda dirigida por o secretario de fazenda, por onde correrão todos os negocios da administração de fazenda e onde se fará toda a contabilidade da provincia, e se prepararão as contas para serem julgadas pelos tribunaes competentes.

Art. 92.º O secretario geral é o responsavel pela disciplina e economia de todas as repartições da secretaria, incluindo a de fazenda.

Art. 93.º O secretario geral assigna toda a correspondencia administrativa que não disser respeito a negocios de fazenda e transmite as ordens do governador geral, em nome de cuja auctoridade deverá sempre fazel-o.

Art. 94.º A correspondencia sobre assumptos de fazenda é assignada e transmittida pelo secretario respectivo e tambem sempre em nome do governador geral.

Art. 95.º Ao secretario geral deve ser dirigida toda a correspondencia que não versar sobre assumptos de fazenda; ao secretario respectivo a que tratar d'estes negocios.

Art. 96.º Despacham com o governador geral, cada um na sua especialidade, os secretarios geral e de fazenda.

Art. 97.º O governador geral é immediatamente responsavel por todos os actos de administração da provincia e como tal tem todas as faculdades e póde dar quaesquer ordens aos secretarios sobre assumptos da sua competencia; ficando-lhe a elle a responsabilidade da ordem dada e aos executores a da execução.

Art. 98.º As ordens de despeza do orçamento ordinario, respeitantes ao pessoal consignado nas tabellas orçamentaes, são pagas só com o ordenamento feito pelo secretario de fazenda; o que por igual succederá ás que disserem respeito ao pagamento auctorisado por lei de quaesquer verbas destinadas á aquisição de material, cuja compra tiver sido auctorisada pelo governador geral por si ou por algum dos seus delegados nos concelhos dentro dos limites da alçada respectiva.

Art. 99.º Fôra do que estiver designado no orçamento não pôde o governador geral auctorisar despeza alguma, a não ser mediante consulta affirmativa do conselho do governo e nos casos previstos no presente decreto.

§ unico. Não se entende n'esta disposição a administração e distribuição da verba orçamental, destinada a despezas eventuaes e imprevistas.

Art. 100.º Nos casos excepçionaes em que o governador geral houver de ordenar qualquer despeza, que não tenha consignaço especial no orçamento e que não possa por isso fazer-se sem consulta do conselho do governo, deverá publicar, no boletim official da provincia, portaria que claramente justifique o seu arbitrio, acompanhada da acta do conselho do governo que o auctorisar a assim proceder.

Art. 101.º Toda a despeza extra-orçamental, ordenada pelo governador geral por determinação do governo da metropole, exigirá para poder ser satisfeita a publicação da ordem do governo que a determinar no boletim official da provincia, juntamente com a portaria provincial que a fizer executar.

Art. 102.º Todo o abono ordenado pelo governador geral fôra das condições designadas n'este decreto importará a sua demissão e ser-lhe-ha carregada a sua importancia como divida á fazenda, sem prejuizo da comminaço penal correspondente ao crime de desvio de fundos da sua applicação legal, que for sentenciada pelos tribunaes competentes.

Art. 103.º É absolutamente prohibido ao governador geral sob as penas do artigo anterior crear logares que excedam os respectivos quadros ou auctorisar gratificações extraordinarias que não venham mencionadas nos orçamentos.

Art. 104.º Á secretaria do governo geral compete a coordenação da estatistica de todos os serviços da provincia.

Art. 105.º Os chefes de repartição responsaveis pela estatistica dos serviços que dirigem, que não cumprirem as ordens recebidas do secretario geral sobre este ramo de serviço, e que dentro do praso de tres mezes depois de findo o anno civil a que devam dizer respeito taes esclarecimentos, não enviarem á secretaria geral os mappas estatisticos devidamente visados, serão suspensos dos seus vencimentos até que cumpram este preceito essencial.

Art. 106.º O secretario de fazenda é responsavel pela estatistica das alfandegas e impostos directos, e bem assim pela organização das propostas de orçamentos, que deverá sujeitar á approvaço do governador geral, que antes de as enviar para a metropole, o que deverá ter lo-

gar tres mezes antes de findar o anno economico corrente, as sujeitará ao exame e consulta do conselho do governo.

Art. 107.º Os delegados das comarcas são responsaveis pela remessa, á secretaria geral do governo, dos mappas de registo criminal, movimento dos processos assim civeis como criminaes, do movimento das cadeias, e em geral de tudo que disser respeito ao serviço judicial.

Art. 108.º Os commandantes das companhias de policia deverão enviar á secretaria geral um mappa annual da força sob o seu commando, com a indicação das alterações que mensalmente tiverem tido logar, designadas em globo, e das culpas e castigos applicados.

Art. 109.º Os administradores de concelhos são responsaveis pela estatistica da população tanto quanto possível por idades, sexos, naturalidades e profissões, areas cultivadas, genero de cultura, sua producção, consumo e exportação, e em geral de tudo quanto a outros funcionarios especificadamente não compita informar.

Art 110.º Os capitães de portos são responsaveis pela estatistica do movimento do porto em procedencia, destino, numero e tonelagem dos navios entrados e saídos, sua nacionalidade, tripulação e numero de passageiros, genero de carga desembarcada ou embarcada, dias de demora nos portos, em geral todos os esclarecimentos que auxiliem um juizo seguro sobre este factor importante do movimento commercial.

Art. 111.º Os directores dos correios são responsaveis pela estatistica postal feita de conformidade com as convenções internacionaes correlativas.

Art. 112.º Os directores das alfandegas são responsaveis pelas estatisticas aduaneiras, e os escrivães de fazenda pela dos impostos directos, falhas, execuções fiscaes e dividas relaxadas, e mais serviços a seu cargo.

Art. 113.º Os directores de obras publicas são responsaveis pela estatistica das obras feitas e em construcção, comprehendendo materiaes comprados, operarios empregados, unidades de preço de trabalho nas diversas localidades da provincia, estudos feitos e seu preço.

CAPITULO II

Do secretario geral

Art. 114.º Ao secretario geral compete :

1.º Substituir o governador geral em todos os seus impedimentos legitimos ;

2.º A responsabilidade da transmissão das ordens do governador geral em concordancia com os despachos d'esta auctoridade ;

3.º A responsabilidade da publicação do boletim official ;

4.º Cumprir e fazer cumprir as ordens do governador geral.

Art. 115.º Quando não haja governador geral nomeado, ou não tenha ainda tomado posse, compete ao secretario geral o governo da provincia ; durante os impedimentos do governador geral, ou, na sua ausencia da capital, administra a provincia nos casos occorrentes e em nome do governador geral segundo as instrucções que d'elle receber.

Art. 116.º O secretario geral é inspector de instrucção publica e como tal exerce todas as funcções que n'essa conformidade lhe competirem pelas leis e regulamentos em vigor.

Art. 117.º O secretario geral é responsavel pela publicação no boletim de todos os dados estatisticos que deverá exigir das diversas repartições e que deverão estar publicados até seis mezes depois do anno civil a que digam respeito.

Art. 118.º Qualquer falta no exercicio d'estas attribuições especiaes, que não possa justificar por absoluta impossibilidade do seu cumprimento, importa a sua demissão immediata sem prejuizo de qualquer pena que lhe possa ser applicada como desleixado ou desobediente.

CAPITULO III

Secretario de fazenda

Art. 119.º Compete ao secretario de fazenda :

1.º Dirigir sob as ordens do governador geral todo o serviço de fazenda.

2.º Promover a rapida e exacta apresentação das contas dos exactores de fazenda.

3.º Sujeitar a despacho do governador geral todos os assumptos em que houver de tomar-se resolução.

§ 1.º O governador geral póde delegar no secretario de fazenda quaesquer attribuições que lhe compitam pela lei de receita e despeza ; terá, porém, de fazel-o em portaria que especifique quaes os despachos para que delega a sua competencia, commissão que em qualquer occasião póde suspender no todo ou em parte, por documento igual ao que a conceder.

§ 2.º A delegação no secretario de fazenda não pôde dizer respeito a auctorisacção de despezas que não estejam mencionadas no orçamento.

4.º Preparar a conta geral da provincia, que deve referir-se ao cofre central, no qual se devem suppor entradas todas as receitas da provincia, e pelo qual se devem fazer todas as despezas, dando-se entrada e saída ás diversas verbas, segundo as contas dos responsaveis por cada cofre parcial.

5.º Distribuir pelos empregados seus subalternos o serviço a desempenhar, informando o governador geral dos seus meritos, propondo a este magistrado os premios e castigos que julgue competir-lhes.

Art. 120.º O secretario de fazenda é responsavel pela contabilidade de toda a provincia e como tal compete-lhe:

1.º Não abonar, sem ordem escripta do governador geral, qualquer vencimento a qualquer exactor de fazenda que tres mezes depois de finda a sua gerencia annual não tenha apresentado as suas contas;

2.º A responsabilidade perante o governador geral por o exacto cumprimento da lei do sêllo e de todas as leis fiscaes por parte de todo o funcionalismo da provincia.

Art. 121.º O secretario de fazenda tem sob a sua jurisdicção todos os funcionarios aduaneiros e fiscaes, e é inspector de todos os serviços respectivos.

Art. 122.º No exercicio das funcções marcadas nos artigos antecedentes compete-lhe:

1.º Preparar todas as contas dos exactores de fazenda para o exame e julgamento do tribunal de contas provincial;

2.º Despachar com o governador geral em todos os negocios que digam respeito ao exercicio das funcções dos seus subordinados.

Art. 123.º Pôde o secretario de fazenda ser suspenso pelo governador geral em todos os casos em que não cumpra as suas instrucções ou as leis e regulamentos em vigor; cessando a sua responsabilidade em tudo que por o governador geral lhe for por escripto ordenado.

CAPITULO IV

Tribunal de contas provincial

Art. 124.º Para julgar as contas dos exactores de fazenda haverá um tribunal de contas provincial, que será composto de:

- 1.º Governador geral da provincia, presidente ;
- 2.º Secretario de fazenda, secretario ;
- 3.º Presidente da camara municipal da Praia ;
- 4.º Tres vogaes eleitos pelos quarenta maiores contribuintes da cidade da Praia.

§ 1.º Para substituir os vogaes eleitos, os quarenta maiores contribuintes elegerão tres supplentes.

§ 2.º A substituição pelos supplentes faz-se segundo a sua maior idade.

Art. 125.º É fiscal da fazenda junto do tribunal de contas provincial o delegado da comarca de Sotavento.

Art. 126.º Do tribunal de contas provincial ha recurso para a junta consultiva do ultramar, no praso de quinze dias, a contar da intimação da sentença ao interessado.

§ 1.º São competentes para recorrer o ministerio publico e a parte interessada.

§ 2.º As contas do thesoureiro provincial são sempre definitivamente julgadas pela junta consultiva do ultramar.

Art. 127.º A eleição dos vogaes electivos do tribunal de contas provincial terá logar na capital, ao meio dia do primeiro domingo do mez de dezembro de cada anno, e far-se-ha em reunião publica dos quarenta maiores contribuintes do concelho da Praia, para esse fim convocada e presidida pelo secretario de fazenda, servindo de secretario o administrador do concelho e de escrutinador o mais novo dos eleitores presentes.

Art. 128.º É competente para fazer parte do tribunal todo o cidadão que á condição de eleitor reunir a de elegivel para deputado, segundo a lei eleitoral que vigorar.

Art. 129.º Os processos, tanto no tribunal de contas como no conselho da provincia, serão distribuidos á sorte, segundo as formulas adoptadas no tribunal superior administrativo.

Art. 130.º A verba de 1:500\$000 réis fixada na tabella junta, para gratificação aos vogaes electivos do tribunal de contas provincial, será dividida por elles na proporção do numero dos processos que houverem relatado e sobre que houver recaído sentença.

§ unico. As contas do thesoureiro geral, sendo a compilação das de todos os exactores de fazenda, não dão direito ao emolumento de que trata este artigo.

Art. 131.º São exactores de fazenda, e terão, por isso, que prestar contas ao tribunal de contas provincial:

- 1.º Thesoureiro geral ;
- 2.º Recebedores dos concelhos ;

- 3.º Thesoureiros das alfandegas ;
- 4.º Conselhos administrativos das companhias de policia;
- 5.º Governadores dos fortes ;
- 6.º Directores dos hospitaes ;
- 7.º Directores das pharmacias do estado ;
- 8.º Directores dos correios ;
- 9.º Capitão dos portos ;
- 10.º Director de obras publicas ;
- 11.º Todos os responsaveis pelos dinheiros do estado.

Art. 132.º Tres mezes depois de findo o anno economico, os exactores de fazenda e quaesquer responsaveis pela administração dos dinheiros publicos são obrigados a mandar ao tribunal as contas annuaes da sua gerencia devidamente documentadas.

§ unico. A falta de cumprimento do determinado n'este artigo importa a immediata suspensão dos vencimentos, que durará até que se cumpra o que n'este artigo se determina.

Art. 133.º Quando durante o anno economico qualquer exactor de fazenda seja mudado de situação, não poderá mudar de responsabilidade, nem receber vencimentos pelo novo emprego em que for provido, sem que tenha entregado as suas contas em devida regra.

Art. 134.º Ao tribunal de contas provincial compete :

- 1.º Ajustar as contas dos exactores de fazenda.
- 2.º Formular a conta geral do thesoureiro geral da provincia, e ajustal-a para ser presente á junta consultiva do ultramar, para seu final julgamento.
- 3.º Consultar o governo e o governador geral sobre todos os assumptos de contabilidade em que pretendam ouvir-o.
- 4.º Propor os regulamentos provinciaes precisos para se fazer a contabilidade de uma maneira pratica e expedita.
- 5.º Conhecer e decidir de todos os recursos sobre impostos directos, lei do sêllo, decima de juros e outros, que não sejam aduaneiros ou municipaes.

§ unico. Das decisões em materia de impostos ha recurso para a junta consultiva do ultramar, quando o recurso for assignado por mais de vinte contribuintes contra uma dada formula de applicação do imposto, ou mesmo por um, quando a importancia do lançamento exceder 500\$000 réis para o interessado.

6.º Conhecer e decidir em ultima instancia dos recursos ácerca da inclusão ou exclusão na lista dos quarenta maiores contribuintes.

7.º Conhecer e decidir em ultima instancia de todos os

actos dos escrivães de fazenda que importem violação de lei ou de direitos de terceiro.

§ 1.º São competentes para recorrer para o tribunal de contas provincial os interessados, dentro de vinte dias, a contar da intimação ou publicação do despacho recorrido, e o ministerio publico.

§ 2.º Para esta hypothese a publicação entende-se na localidade da provincia onde residir o recorrente ou o seu representante auctorizado; em caso de ausencia da provincia, do interessado ou seu representante, entende-se a publicação na capital.

Art. 135.º Póde recorrer-se nos casos previstos n'este decreto para a junta consultiva do ultramar, no praso maximo de quinze dias, a contar da publicação no boletim official da provincia, quando o despacho recorrido disser respeito a qualquer contribuinte da cidade da Praia; este praso nas outras localidades da provincia conta-se desde o dia da chegada e distribuição do boletim, exclusivè.

Art. 136.º Na cidade da Praia os recursos para o tribunal de contas provincial são entregues ao secretario de fazenda: fóra da capital ao administrador do concelho, que deverá d'elles passar recibo em duplicado, um dos quaes juntará ao processo e outro entregará ao interessado para prova de ter este apresentado o recurso dentro do praso legal.

§ unico. Tratando-se de recurso para a junta consultiva, deve elle ser entregue no praso legal ao secretario de fazenda, sob a mesma formula e applicação de recibos.

Art. 137.º Nos recursos para a junta consultiva, o secretario de fazenda é obrigado a apresental-o ao tribunal para n'elle se discutir a informação a dar, e ser enviado á junta com esta informação no praso maximo de vinte dias.

Art. 138.º Antes do tribunal de contas provincial tomar conta de qualquer recurso, examina primeiro se é competente para o resolver e se foi interposto no praso legal, sem o que não passará á discussão da hypothese sujeita ao seu *verdictum*.

CAPITULO V

Secretario da administração do concelho

Art. 139.º O secretario da administração do concelho é proposto pelo administrador e nomeado pelo governador geral.

Art. 140.º Só póde ser demittido, com recurso para o go-

verno, com prévia audiência sua, por desleixo, erro de officio ou mau procedimento.

Art. 141.º Póde ser transferido para outro concelho do mesmo districto.

Art. 142.º É substituido nos seus impedimentos temporarios pelo empregado da mesma administração ou, não o havendo habilitado, por pessoa estranha, que o administrador nomear, mas estas nomeações interinas, para durarem por mais de trinta dias, precisam de ser confirmadas pelo governador geral.

Art. 143.º Incumbe-lhe :

1.º Certificar e authenticar todos os documentos e actos officiaes de administração ;

2.º Preparar o expediente e as informações necessarias para as resoluções do administrador ;

3.º Lavrar os autos e termos officiaes da administração ;

4.º Conservar sob sua guarda e responsabilidade o archivo na casa da administração ;

5.º Dirigir os trabalhos da secretaria, conforme as ordens do administrador.

Art. 144.º Tem o ordenado votado no orçamento municipal não inferior a 240\$000 réis nos concelhos de 1.ª e a 180\$000 réis nos de 2.ª classe, e vence os emolumentos que lhe competirem pela tabella.

CAPITULO VI

Secretario da camara

Art. 145.º Incumbe ao secretario da camara :

1.º Assistir ás sessões e redigir as actas, que fará lançar no respectivo livro, submettendo-as préviamente em minutas á approvação e assignatura dos vereadores na sessão immediata ;

2.º Certificar e authenticar os documentos e actos officiaes da camara ;

3.º Preparar o expediente e as informações necessarias para as resoluções da camara ;

4.º Servir de tabellião nos actos e contratos em que a camara for outorgante ;

5.º Conservar o archivo sob sua guarda e responsabilidade nos paços do concelho ;

6.º Dirigir os trabalhos da secretaria sob as ordens da camara e seu presidente ;

7.º Sob sua responsabilidade conservar os livros e papéis do recenseamento eleitoral enviados pelos secretarios das commissões recenseadoras, e remetter ao governador geral, por via do administrador, até ao fim de julho de cada anno, uma copia d'esse recenseamento ;

8.º Mandar imprimir sob sua responsabilidade os exemplares do recenseamento que lhe forem requeridos por um ou mais cidadãos que se obriguem ás despezas, entregando-lh'os authenticados, dentro de trinta dias da data da requisição.

Art. 146.º É nomeado em concurso, que se terá aberto por trinta dias ao menos e será annuciado na folha official da provincia e em algum periodico do concelho e da capital da provincia, havendo-os, devendo no annuncio declarar-se o vencimento que competir ao logar.

Art. 147.º Prefere para o provimento o bom serviço nas secretarias das camaras e repartições administrativas e as habilitações scientificas e litterarias, especialmente formatura em direito ou o curso de direito administrativo ou de commercio.

Art. 148.º Não podem ser nomeados :

1.º Os vereadores da mesma camara, ou paes, filhos ou irmãos e affins nos mesmos graus, dos vereadores ;

2.º Os que tenham com a camara litigio judicial ou administrativo ;

3.º Os directa ou indirectamente interessados em fornecimentos da camara ;

4.º Os seus devedores e fiadores.

Art. 149.º É incompativel o seu logar com qualquer outro emprego publico.

Art. 150.º Tem o ordenado não inferior a 240\$000 réis nos concelhos de 1.ª classe e a 180\$000 réis nos de 2.ª, alem dos emolumentos respectivos.

CAPITULO VII

Regedor de parochia

Art. 151.º Ha um regedor em cada parochia, ou parochias annexadas administrativamente.

Art. 152.º É nomeado pelo governador geral sobre proposta do administrador do concelho, de quem é delegado immediato e representante em todos os assumptos das suas attribuições, e nos que não estiverem especialmente commettidos a outras auctoridades.

Art. 153.º Só o póde ser o residente ha mais de um anno na parochia, que souber ler, escrever e contar.

Art. 154.º Não vence ordenado, e só tem os emolumentos que lhe competem, e não póde ser obrigado a servir por mais de um anno, mas sim depois de por outro anno ter deixado de servir o cargo.

Art. 155.º Enquanto serve é isento de aboletamento em tempo de paz e da prestação do imposto de trabalho.

Art. 156.º As suas funcções são compatíveis com as de juiz de paz e incompatíveis com quaesquer outras.

Art. 157.º Tem substituto nomeado e proposto como elle, e ambos podem ser suspensos pelo administrador do concelho, dando este d'isso parte ao governador geral, e só por este ultimo póde ser demittido.

Art. 158.º Presta juramento, bem como o seu substituto, nas mãos do administrador por si ou por procuração.

Art. 159.º Incumbe-lhe :

1.º Participar ao administrador as faltas e irregularidades das administrações de irmandades, confrarias e estabelecimentos pios e das da junta de parochia ;

2.º Dar parte ao mesmo circunstanciadamente dos factos criminosos de que tiver noticia, e das provas que se possam obter para descoberta dos criminosos ;

3.º Vigiar a execução das providencias policiaes dos cemiterios parochiaes e exercer as funcções de policia sanitaria que lhe forem commettidas pelas leis e regulamentos ;

4.º Providenciar sobre a desobstrucção das ruas e caminhos parochiaes ;

5.º Abrir os testamentos na presença dos apresentantes e de duas testemunhas, fazendo lavrar o auto da abertura, em que se declare o estado em que o testamento é apresentado, e se está ou não nos termos indicados no encerramento ; devendo o auto ser lavrado na folha exterior do testamento ou em folha conjuncta, não havendo espaço n'aquella, sendo remettido tudo em vinte e quatro horas ao administrador do concelho ;

6.º Exercer as funcções delegadas pelo administrador e quaesquer outras que as leis e regulamentos lhe incumbam.

Art. 160.º Póde suspender os cabos de policia, cuja nomeação propõe ao administrador.

Art. 161.º Assiste ás sessões da junta, é ouvido quando o pede e toma assento á esquerda do presidente.

Art. 162.º Tem um secretario nomeado pelo administrador sobre proposta sua, e póde suspendel-o até trinta dias no anno.

Art. 163.º É auxiliado por cabos de policia, cuja nomeação propõe, e que póde suspender.

Art. 164.º Póde requerer a convocação extraordinaria da junta de parochia.

Art. 165.º Representa a auctoridade administrativa nas eleições parochiaes.

CAPITULO VIII

Dos secretarios parochiaes e do regedor

Art. 166.º O secretario parochial é da livre nomeação da junta de parochia, e compete-lhe :

1.º Assistir ás sessões da junta e tomar nota do que se tratar e deliberar, redigindo e lavrando as actas no respectivo livro ;

2.º Certificar e authenticar todos os documentos e actos officiaes da junta ;

3.º Prestar-lhe as informações necessarias para as suas resoluções ;

4.º Conservar sob sua guarda e responsabilidade na casa das sessões o archivo parochial ;

5.º Desempenhar os trabalhos de escripturação e contabilidade que lhe forem incumbidos pela junta e seu presidente.

Art. 167.º Póde accumular o seu cargo com o de escriptura do regedor.

Art. 168.º Vence a gratificação votada no orçamento parochial.

Art. 169.º O secretario do regedor é proposto pelo regedor e nomeado pelo administrador do concelho com a gratificação votada no orçamento parochial, podendo ser suspenso até trinta dias em cada anno pelo regedor, e suspenso por mais tempo ou demittido pelo administrador. Presta juramento nas mãos do administrador.

TITULO III

Disposições diversas e transitorias

Art. 170.º Os quadros dos diferentes serviços da provincia de Cabo Verde serão os fixados nas tabellas juntas a este decreto, e por ellas deverão tambem ser reguladas as demais despesas da dita provincia emquanto legalmente

não forem substituidas as verbas exaradas nas mesmas tabellas, que deverão ser a base das tabellas definitivas da despesa no actual anno economico.

Art. 171.º É extincta a escola principal, devendo os actuaes professores ficar addidos ao seminario.

§ unico. O governador geral, de accordo com o reitor do seminario, propará ao governo as providencias a adoptar para que os professores d'aquella escola sejam desde já encarregados dos serviços em que melhor possam ser aproveitados, e para que sejam de futuro collocados nas cadeiras do dito seminario para que os tornem aptos as suas habilitações.

Art. 172.º A bibliotheca da escola principal passará a fazer parte da secretaria geral, sendo encarregado um dos empregados da secretaria de desempenhar, cumulativamente com as obrigações do seu cargo, as de conservador da dita bibliotheca.

Art. 173.º Salvas as modificações feitas por este decreto, o serviço de fazenda continuará a regular-se pelas leis e regulamentos actuaes.

Art. 174.º O pessoal do serviço de fazenda é o constante da tabella junta a este decreto, devendo ser organisadas pelo governador geral na conformidade da mesma tabella e dos respectivos regulamentos as repartições de fazenda dos concelhos de 1.ª e 2.ª classe.

§ unico. Nas repartições de fazenda dos concelhos de 2.ª classe, os serviços de escrivão de fazenda e de recebedor serão desempenhados pelos empregados das alfandegas designados pelo governador geral sobre proposta do secretario de fazenda.

Art. 175.º O governador geral, ouvindo as repartições competentes, e o conselho do governo, submeterá ao governo uma proposta para a collocação nos quadros modificados por este decreto dos funcionarios actualmente em serviço, devendo porém desde logo ser considerados exonerados os que, excedendo o numero legal do respectivo quadro da secretaria, pertencerem a outro quadro do reino ou do ultramar, ao qual serão mandados recolher.

Art. 176.º Nas propostas enviadas ao governo, para preenchimento de qualquer lugar que tenha vagado na provincia, serão preferidos os empregados que estiverem addidos, e não será attendida a proposta de individuo estranho ao serviço publico da provincia, quando se não justifique a razão por que foram excluidos quaesquer empregados addidos.

Igualmente não poderá o governador geral nomear para qualquer logar, cuja nomeação lhe pertença, individuo n'aquellas condições, sem que na portaria da nomeação declare expressamente a razão porque não nomeou qualquer empregado addido.

Art. 177.º São mantidos os vencimentos actuaes aos empregados que desempenharem logares, cuja remuneração é alterada por virtude d'este decreto, emquanto não tiverem outra collocação ou não terminarem as commissões que exercerem á data da publicação do mesmo decreto.

Paço, em 24 dezembro de 1892. — *Francisco Joaquim Ferreira do Amaral.*

Tabella da despeza ordinaria da provincia de Cabo Verde
Governo e administração geral

ARTIGO 1.º

Governo geral

SECÇÃO 1.ª

1	Governador geral:		
	Ordenado		3:000,000
	Despezas de representação		500,000
			3:500,000

SECÇÃO 2.ª

Secretaria geral

1	Secretario geral:		
	Ordenado	800,000	
	Gratificação	700,000	
			1:500,000
1	Official maior:		
	Ordenado	600,000	
	Gratificação	150,000	
			750,000
2	Officiaes:		
	Ordenado, a 500,000 réis	1:000,000	
	Gratificação, a 120,000 réis	240,000	
			1:240,000
4	Amanuenses:		
	Ordenado, a 250,000 réis	1:000,000	
	Gratificação, a 100,000 réis	400,000	
			1:400,000
1	Porteiro:		
	Ordenado	150,000	
	Gratificação	30,000	
			180,000
1	Continuo:		
	Ordenado	90,000	
	Gratificação	30,000	
			120,000

1	Servente	48,000
	O amanuense que auxiliar o archivista vence mais de gratificação	60,000
	O empregado da secretaria que servir como conservador da bibliotheca vence mais a gratificação	90,000
	Subvenção para a compra de livros e assignatura de revistas	120,000
	Despesas miudas da bibliotheca	42,000
		<u>5:550,000</u>
		9:050,000

11

ARTIGO 2.º

Instrução publica

Ensino primario

1	Professor na ilha de Santo Antão	360,000
1	Professor na ilha de S. Vicente	360,000
4	Professores, a 300,000 réis	1:200,000
2	Professores, a 240,000 réis	480,000
10	Professores, a 200,000 réis	2:000,000
18	Professores, a 120,000 réis	2:160,000
9	Mestras de meninas, a 200,000 réis	1:800,000
		<u>8:360,000</u>

45

ARTIGO 3.º

Imprensa nacional

SECÇÃO 1.ª

1	Director, compositor	360,000
1	Impressor	222,000
1	Aprendiz	180,000
1	Aprendiz	108,000
1	Rolador	72,000
		<u>942,000</u>

5

SECÇÃO 2.ª

	Papel, typo e outras despesas	320,000
		<u>1:262,000</u>

ARTIGO 4.º

Observatório meteorológico

1 Observador, na cidade da Praia — gratificação.....	200,000
1 Observador, em S. Vicente — gratificação.....	200,000
Despesas com o pessoal auxiliar, aquisição e concerto de instrumentos.....	150,000
2	550,000

ARTIGO 5.º

Saude publica

SECÇÃO 1.ª

1 Chefe do serviço de saude:	
Soldo.....	696,000
Gratificação.....	480,000
	<u>1:176,000</u>
5 Facultativos de 1.ª classe:	
Soldo, a 860,000 réis.....	1:800,000
Gratificação, a 408,000 réis.....	2:040,000
	<u>3:840,000</u>
6 Facultativos de 2.ª classe:	
Soldo, a 336,000 réis.....	2:016,000
Gratificação, a 408,000 réis.....	2:448,000
	<u>4:464,000</u>
1 Primeiro pharmaceutico:	
Soldo.....	360,000
Gratificação.....	408,000
	<u>768,000</u>
2 Segundos pharmaceuticos:	
Soldo, a 336,000 réis.....	672,000
Gratificação, a 288,000 réis.....	576,000
	<u>1:248,000</u>
Melhoria de soldo, nos termos do artigo 2.º do decreto de 3 de dezembro de 1874 — ao chefe do serviço de saude.....	522,000
	<u>12:018,000</u>
15	SECÇÃO 2.ª
Despesas da repartição de saude.....	200,000

SEÇÃO 3.ª

Companhia de saúde

1 Primeiro sargento:			
Pret, a 335 réis.....	122,610		
Gratificação, a 220 réis.....	80,520		203,130
4 Primeiros sargentos:			
Pret, a 335 réis.....	490,440		
Gratificação, a 170 réis.....	248,880		739,320
7 Segundos sargentos:			
Pret, a 275 réis.....	704,550		
Gratificação, a 150 réis.....	384,300		1.088,850
9 Fuzileiros:			
Pret, a 255 réis.....	839,970		
Gratificação, a 130 réis.....	428,220		1.268,190
3 Cabos:			
Pret, a 115 réis.....	126,270		
Gratificação, a 60 réis.....	65,880		192,150
13 Soldados:			
Pret, a 85 réis.....	404,430		
Gratificação, a 30 réis.....	142,740		547,170
Fardamento para 37 praças, a 30 réis diários.....	406,260		
Pão para 37 praças, a 40 réis diários.....	541,680		
Melhoria de pret a 5 primeiros sargentos.....	54,900		
Melhoria de pret a 2 segundos sargentos.....	21,990		
			5.063,610
SEÇÃO 4.ª			
Ilha de S. Vicente			
12 Guardas, a 240 réis diários.....			1.054,080
			18.395,690

ARTIGO 7.º

Obras publicas

SECÇÃO 1.ª

1 Engenheiro director:		
Ordenado	720,000	
Gratificação	1:200,000	1:920,000
2 Conductores de 1.ª classe:		
Ordenado, a 360,000 réis	720,000	
Gratificação, a 600,000 réis	1:200,000	1:920,000
3 Conductores de 2.ª classe:		
Ordenado, a 300,000 réis	900,000	
Gratificação, a 420,000 réis	1:360,000	2:160,000
	<u>6:000,000</u>	
	SECÇÃO 2.ª	800,000
Ajudas de custo e vencimento de pagadores.....		<u>6:800,000</u>
	SECÇÃO 3.ª	
Iluminação, construção e conservação de pharos.....		8:000,000

Administração de fazenda

ARTIGO 7.º

SECÇÃO 1.ª

Repartição de fazenda provincial

1 Secretario de fazenda:		
Vencimento de categoria.....	1:000,000	
Vencimento de exercicio	500,000	1:500,000

1	1 Desoureiro geral:		
	Vencimento de categoria.....	480,000	
	Vencimento de exercicio.....	120,000	600,000
	Para falhas.....		100,000
	1 Official do exercito do reino encarregado da fazenda militar, tenente:		
	Soldo.....	420,000	
	Vencimento de exercicio.....	180,000	600,000
	1 Primeiro escriptuario, sub-chefe:		
	Vencimento de categoria.....	400,000	
	Vencimento de exercicio.....	400,000	800,000
	8 Segundos escriptuarios:		
	Vencimento de categoria, a 300,000 réis.....	2:400,000	
	Vencimento de exercicio, a 150,000 réis.....	1:200,000	3:600,000
	2 Amanuenses:		
	Vencimento de categoria, a 240,000 réis.....	480,000	
	Vencimento de exercicio, a 120,000 réis.....	240,000	720,000
	1 Continuo:		
	Vencimento de categoria.....	90,000	
	Vencimento de exercicio.....	30,000	120,000
	1 Servente:		
	Vencimento de categoria.....	90,000	
	Vencimento de exercicio.....	—	90,000
	Ao empregado que exerce o serviço de archivista:		
	Vencimento de categoria.....	—	
	Vencimento de exercicio.....	60,000	60,000
	Ajudas de custo no serviço de inspecções ordinarias (artigos 46.º e 50.º)...	225,000	8:415,000

SECÇÃO 2.ª

Percentagem aos seis escripturarios que servem de escriviães de fazenda nos concelhos de 1.ª classe, a 200\$000 réis..... 1:200\$000

SECÇÃO 3.ª

9 Amanuenses para as repartições de fazenda dos diferentes concelhos, a 200\$000 réis..... 1:800\$000
 6 Serventes para as repartições de fazenda dos concelhos de 1.ª classe, a 90\$000 réis..... 540\$000

SECÇÃO 4.ª

Para execução do artigo 243.º do regulamento geral de fazenda das provincias ultramarinas.... 500\$000

SECÇÃO 5.ª

Material para o expediente de todas as repartições..... 800\$000

SECÇÃO 6.ª

Quotas deduzidas da receita..... 2:400\$000
 Despesa com o lançamento das contribuições..... 600\$000

16:255\$000

ARTIGO 8.º

Alfandegas

SECÇÃO 1.ª

Alfandega da Praia

Pessoal interno

1 Administrador	400\$000
1 Chefe de serviço	360\$000
2 Primeiros officiaes, a 300\$000 réis.....	600\$000
2 Segundos officiaes, a 240\$000 réis.....	480\$000
2 Terceiros officiaes, a 180\$000 réis.....	360\$000
6 Primeiros aspirantes, a 150\$000 réis.....	900\$000
6 Segundos aspirantes, a 120\$000 réis.....	720\$000
1 Porteiro.....	150\$000
1 Contínuo.....	84\$000
	960\$000

5.014\$000

4 Ditos, a 60\$000 réis.....	12\$000
8 Remadores, a 60\$000 réis.....	240\$000
8 Ditos, a 48\$000 réis.....	480\$000
	384\$000
	<u>1:322\$140</u>

SECÇÃO 2.ª

Alfandega de S. Vicente

Pessoal interno	
1 Administrador.....	400\$000
2 Chefes de serviço, a 360\$000 réis.....	720\$000
2 Primeiros officiaes, a 300\$000 réis.....	600\$000
4 Segundos officiaes, a 240\$000 réis.....	960\$000
1 Thesoureiro.....	200\$000
3 Terceiros officiaes, a 180\$000 réis.....	540\$000
6 Primeiros aspirantes, a 150\$000 réis.....	900\$000
6 Segundos aspirantes, a 120\$000 réis.....	720\$000
1 Porteiro.....	150\$000
3 Continuos, a 84\$000 réis.....	252\$000
20 Guardas de numero, a 60\$000 réis.....	1:200\$000
	<u>6:642\$000</u>

Pessoal operativo e pessoal externo

1 Guarda de guindaste.....	146\$400
1 Fogueiro.....	216\$000
3 Patrões de escaler, a 120\$000 réis.....	360\$000
4 Ditos, a 60\$000 réis.....	240\$000
10 Remadores, a 100\$000 réis.....	1:000\$000
12 Ditos, a 48\$000 réis.....	576\$000
	<u>2:538\$400</u>

6 72

SECÇÃO 3.ª

Concerto de lanchas e escaletes das alfandegas.....	800\$000
Carvão, aceite, estopa e agua para o escaler da alfandega da ilha de S. Vicente.....	720\$000
	<u>1:520\$000</u>
	<u>17:096\$540</u>

ARTIGO 9.º

Correio

SECÇÃO 1.ª

1 Administrador — o director do correio de S. Vicente — gratificação.....	200,000
Correio da Praia	
1 Director — ordenado.....	400,000
1 Distribuidor — ordenado.....	120,000
1 Continuo — ordenado.....	120,000
<hr/>	
1 Director:.....	400,000
Ordenado.....	100,000
Gratificação.....	300,000
1 Fiel:.....	200,000
Ordenado.....	40,000
Gratificação.....	160,000
1 Distribuidor — ordenado.....	120,000
<hr/>	
7 Directores — gratificação, a 40,000 réis.....	280,000
Correios de Santo Antão, do Sal, da Boa Vista, de S. Nicolau, do Maio, do Fogo e da Brava	
Correio do Tarrafal	
1 Director (recedor particular) — gratificação.....	40,000
1 Delegado em Santa Catharina — gratificação.....	36,000
1 Delegado em S. Miguel — gratificação.....	36,000
<hr/>	
1 Director (recedor particular) — gratificação.....	40,000
Correio do Paul em Santo Antão	
1 Director (recedor particular) — gratificação.....	40,000

Despesas de expediente das chancellarias 200,000 1:140,000

SECÇÃO 2.ª

Inspeção do serviço dos correios, despesas de expediente 200,000 3:492,000

17

Administração de justiça

ARTIGO 10.º

SECÇÃO 1.ª

Juizo de direito

2 Juizes de direito, a 1:300,000 réis	2:600,000
2 Delegados do procurador da corôa e fazenda, a 800,000 réis	1:600,000
Gratificação como conservadores, a 300,000 réis	600,000
2 Ajudantes privativos, ordenados a 400,000 réis	800,000
2 Amanuenses, ordenados a 200,000 réis	400,000
9 Sub-delegados nos julgados de S. Vicente, Santa Catharina, Fogo, Brava, S. Nicolau, Boa Vista, Santo Antão, Maio e Sal, a 180,000 réis	1:620,000
2 Escrivães de direito em Barlavento:	
Ordenados, a 200,000 réis	400,000
Vencimento de exercicio, a 100,000 réis	200,000
3 Escrivães de direito em Sotavento:	
Vencimento de categoria, a 100,000 réis	300,000
Vencimento de exercicio, a 50,000 réis	150,000
4 Officiaes de diligencias em Sotavento, a 43,200 réis	172,800
2 Officiaes de diligencias em Barlavento, a 43,200 réis	86,400

SECÇÃO 2.ª

Alimento aos presos indigentes 1:600,000 10:529,200

Administração ecclesiastica

ARTIGO 11.º

1 Bispo.....		1.000\$000
SECÇÃO 1.ª		
SECÇÃO 2.ª		
Sé cathedral		
1 Deão.....		120\$000
1 Chantre.....		120\$000
1 Thesoureiro mór.....		120\$000
1 Arceidiago.....		120\$000
1 Mestre-escola.....		120\$000
12 Conegos, a 100\$000 réis.....		1.200\$000
4 Capellães, a 40\$000 réis.....		160\$000
1 Cura.....		60\$000
4 Meninos do côro, a 15\$000 réis.....		60\$000
1 Thesoureiro menor.....		20\$000
1 Bedel.....		12\$000
1 Mestre de capella.....		30\$000
1 Organista.....		30\$000
Despezas da fabrica.....		40\$000
Augmento de congrua aos 6 capitulares mais antigos.....		1.200\$000
	3.412\$000	4.412\$000

30

SECÇÃO 3.ª

Parochias

Ilha de S. Thiago

1 Parocho da freguezia de S. Miguel.....		40\$000
1 Parocho da freguezia de Santa Catharina.....		40\$000
1 Parocho da freguezia de S. Lourenço dos Oros.....		40\$000

1 Parocho da freguezia de S. Salvador do Mundo	40\$000
1 Parocho da freguezia de Nossa Senhora da Graça	100\$000
1 Parocho da freguezia de Santo Amaro Abbade	100\$000
1 Parocho da freguezia de S. Nicolau Tolentino	140\$000
1 Parocho da freguezia de S. João Baptista	150\$000
1 Parocho da freguezia do Santissimo Nome de Jesus	140\$000
1 Parocho missionario — congrua e 25 por cento	312\$500
Ilha do Malo	
1 Parocho da freguezia de Nossa Senhora da Luz	140\$000
Ilha do Fogo	
1 Parocho da freguezia de S. Lourenço	80\$000
1 Parocho da freguezia de Nossa Senhora da Ajuda	80\$000
1 Parocho da freguezia de Nossa Senhora da Conceição	100\$000
1 Parocho da freguezia de Santa Catharina	120\$000
Ilha Brava	
1 Parocho da freguezia de S. João Baptista	60\$000
1 Parocho da freguezia de Nossa Senhora do Monte	120\$000
Ilha de S. Vicente	
1 Parocho da freguezia de Nossa Senhora do Rosario	240\$000
Ilha de Santo Antão	
1 Parocho da freguezia de Nossa Senhora do Rosario	60\$000
1 Parocho da freguezia do Santo Crucifixo	60\$000
1 Parocho da freguezia de S. Pedro Apostolo	120\$000
1 Parocho da freguezia de S. João Baptista	120\$000
1 Parocho da freguezia de Santo Antonio das Pombas	100\$000

	Ilha do Sal	
1	Parocho da freguezia de Nossa Senhora das Dores.....	200,000
	Ilha de S. Nicolau	
1	Parocho da freguezia de Nossa Senhora do Rosario.....	60,000
1	Parocho da freguezia de Nossa Senhora da Lapa.....	120,000
	Ilha da Boa Vista	
1	Parocho da freguezia de Santa Izabel.....	150,000
1	Parocho da freguezia de S. João Baptista.....	180,000
1	Coadjuutor.....	40,000
8	Coadjuutores, a 36,000 réis.....	288,000
6	Thesoureiros, a 20,000 réis.....	120,000
22	Thesoureiros, a 10,000 réis.....	220,000
		4:180,000

67

SECÇÃO 4.ª

Material

Acquisição de imagens, decoração dos templos e vestes sagradas ... 400,000

SECÇÃO 5.ª

Seminario

1	Reitor, o prelado da diocese	—
1	Vice-reitor — gratificação	200,000
1	Conego, professor de latim e francez — gratificação.....	150,000
1	Deão, professor de philosophia — gratificação.....	150,000
1	Professor de rhetorica.....	150,000
1	Professor de mathematica elemental	500,000
1	Conego, professor de theologia sacramental — gratificação.....	150,000

1	Conego, professor de theologia dogmatica — gratificação.....	150,000
1	Conego, professor de cantos e ritos — gratificação.....	120,000
1	Conego, professor de portuguez — gratificação.....	150,000
1	Professor de theologia.....	360,000
1	Prefeito.....	200,000
	Augmento do terço do ordenado ao professor de theologia.....	133,335
	Despezas alimenticias para os alumnos.....	1:450,000
	Despezas de mesa e vencimentos para os creados.....	560,000
	Augmento de ordenado ao professor de theologia para perfazer 400,000 réis, se é jubulado.....	40,000
		<u>4:463,335</u>
		13:455,685

11

Administração militar

ARTIGO 12.º

SECÇÃO 1.ª

Commando geral

1	Chefe, o governador geral.....	—
	Ajudante de campo — capitão:	
	Soldo, pela classe a que pertencer.....	—
	Gratificação.....	360,000
		<u>360,000</u>

SECÇÃO 2.ª

Officiaes em commissão

1	Capitão de artilheria — soldo.....	540,000
1	Tenente.....	420,000
1	Alferes — Soldo.....	360,000
		<u>1:320,000</u>

3

SECÇÃO 3.ª

Companhias de policia

		Primeira companhia	
1 Capitão :			
	Soldo.....	540\$000	
	Gratificação.....	240\$000	780\$000
1 Tenente :			
	Soldo.....	420\$000	
	Gratificação.....	120\$000	540\$000
2 Alferezes :			
	Soldo, a 360\$000 réis.....	720\$000	
	Gratificação, a 120\$000 réis.....	240\$000	960\$000
1 Primeiro sargento :			
	Pret, a 315 réis.....	115\$290	
	Gratificação, a 165 réis.....	60\$390	175\$680
4 Segundos sargentos :			
	Pret, a 235 réis.....	344\$510	
	Gratificação, a 125 réis.....	183\$250	527\$760
12 Primeiros cabos :			
	Pret, a 80 réis.....	351\$360	
	Gratificação, a 120 réis.....	527\$040	878\$400
12 Segundos cabos :			
	Pret, a 60 réis.....	269\$520	
	Gratificação, a 90 réis.....	395\$280	658\$800
90 Soldados :			
	Pret, a 60 réis.....	1:977\$180	
	Gratificação, a 90 réis.....	2:965\$770	4:942\$950

8	Corneteiros:	76,1920
	Pret, a 70 réis.....	
	Gratificação, a 80 réis.....	87,1920
		<u>164,1850</u>
1	Espingardeiro:	
	Pret, a 80 réis.....	29,1280
	Gratificação, a 120 réis.....	43,1920
		<u>73,1200</u>
	Fardamento para 139 praças, a 30 réis.....	1:351,1020
	Auxílio para rancho, a 20 réis por praça.....	900,1680
	Pão para 139 praças, a 40 réis.....	1:801,1360
	Azeite para luzes.....	20,1000
	Lenha.....	380,1000
		<u>14:154,1700</u>

127

Segunda companhia

1	Capitão:	
	Soldo.....	540,1000
	Gratificação.....	240,1000
		<u>780,1000</u>
1	Tenente:	
	Soldo.....	420,1000
	Gratificação.....	120,1000
		<u>540,1000</u>
1	Alferes:	
	Soldo.....	360,1000
	Gratificação.....	120,1000
		<u>480,1000</u>
1	Primeiro sargento:	
	Pret, a 315 réis.....	115,1290
	Gratificação, a 165 réis.....	66,1990
		<u>175,1680</u>
4	Segundos sargentos:	
	Pret, a 285 réis.....	84,1510
	Gratificação, a 125 réis.....	189,1250
		<u>527,1760</u>

SECÇÃO 2.ª

Enfermaria da ilha de S. Vicente

Praças da companhia de saúde

1 Enfermeiro, segundo sargento.....	-
1 Ajudante de enfermeiro, soldado.....	-
1 Cozinheiro, soldado.....	-
1 Servente, soldado.....	-
1 Amanuense, gratificação.....	14,5600
	<hr/>
	14,5600

SECÇÃO 3.ª

Ambulancias nas diferentes ilhas

Praças da companhia de saúde

3 Enfermeiros de 2.ª classe, segundos sargentos.....	-
4 Enfermeiros de 3.ª classe, fúrciéis.....	-
	<hr/>
	-

SECÇÃO 4.ª

Medicamentos, instrumentos cirurgicos e appositos.....	2:500,0000
Diétas, combustivel e luzes.....	2:000,0000
Roupas e utensilios.....	600,0000
Lavagem de roupas.....	70,0000
	<hr/>
	5:170,0000

Deduz-se o desconto feito nos vencimentos dos doentes.....	4:800,0000
	<hr/>
	4:829,2000

Administração de marinha

ARTIGO 14.º

Serviços dos portos

1 Capitão dos portos, capitão de fragata da armada:	
Soldo.....	804\$000
Gratificação.....	420\$000
	<hr/>
	1:224\$000
1 Patrão mór da cidade da Praia.....	120\$000
1 Patrão mór da ilha da Boa Vista.....	120\$000
1 Patrão mór da ilha do Sal.....	120\$000
1 Patrão mór da ilha do Maio.....	120\$000
1 Patrão mór da ilha Brava.....	72\$000
1 Patrão mór da ilha de S. Vicente.....	72\$000
1 Patrão mór da ilha de S. Nicolau.....	72\$000
1 Patrão mór da ilha de Santo Antão.....	144\$000
1 Patrão mór da ilha do Fogo.....	72\$000
1 Patrão do escaler da capitania.....	120\$000
4 Remadores, a 100\$000 réis.....	400\$000
	<hr/>
	2:656\$000

15

77

ARTIGO 15.º

Serviço marítimo

Subsidio á empresa nacional pela navegação entre Guiné e o archipelago..... 7:000\$000

Encargos geraes

ARTIGO 16.º

Subsidio a 2 deputados.....	600\$000
8 Assignaturas do <i>Diario do governo</i>	72\$000
8 Exemplares da legislação.....	24\$000
	<hr/>
	696\$000

ARTIGO 17.º

Empregados addidos

Junta da fazenda	500\$000
1 Contador.....	240\$000
1 Amanuense	
Companhia de saude	78\$690
1 Segundo sargento — pret, 215 réis.....	818\$690

ARTIGO 18.º

Juro e amortisação da divida ao banco ultramarino.....	4:987\$160
Juros e amortisação do emprestimo auctorisado pela carta de lei de 22 de junho de 1880.	862\$000
Juros e amortisação do emprestimo auctorisado pela carta de lei de 22 de março e decreto de 25 de junho de 1886—credito em conta corrente.....	1:560\$400

7

7:409\$560

ARTIGO 19.º

Parte pertencente á provincia, a restituir á metropole, da dotação pelos encargos dos emprestimos para obras publicas no ultramar até á quantia de 1.810:000\$000 réis, incluindo o relativo ao exercicio de 1891-1892.....	4:000\$000
---	------------

13:524\$250

Diversas despesas

ARTIGO 20.º

Gratificação aos membros electivos do tribunal de contas provincial.....	1:500\$000
Vencimento ou gratificação do secretario particular do governador.....	540\$000
Telegrammas	900\$000
Subsidio ás camaras municipaes para melhoramentos publicos.....	1:000\$000
Para desenho, gravura e outras despesas da carta e estudos geographicos feitos na metropole, ou pela metropole ordenados.....	500\$000
Ajudas de custo, duplicação de vencimentos e inspecções militares	2:000\$000

Ajuda de custo ao governador geral e aos juizes de direito, por serviço de vistas.....	1:020,000
Passagens aos funcionarios publicos	5:000,000
Frete.....	500,000
Despezas eventuaes	2:000,000
Dotação do museu colonial.....	125,000
Móbiia e material para as diversas repartições, hospital e escolas.....	2:000,000
Arborisação e sementeira de purgueira.....	1:000,000
Trabalhos de estatística feitos na metropole ou pela metropole ordenados.....	400,000
Impressão de relatórios, orçamento e tabellas.....	800,000
Para melhoria do rancho, nos termos da ordem do exercito n.º 46 de 17 de novembro de 1890	63,400
	<u>19:348,400</u>

Exercicios findos

ARTIGO 21.º

Para pagamento de despesas de exercicios findos.....	1:600,000
	<u>192:194,455</u>

Tabella da despeza extraordinaria e de vencimentos de inactividade da provincia de Cabo Verde

ARTIGO 1.º

Ferías, material e outras despesas de obras publicas.....	24:000,000
---	------------

ARTIGO 2.º

Despezas extraordinarias e variaveis	3:000,000
--	-----------

ARTIGO 3.º

Reformados, aposentados, jubilados e pensionistas	18:681,464
	<u>45:681,464</u>

Paço, em 24 de dezembro de 1892. — *Francisco Joaquim Ferreira do Amaral.*

7



1

STANFORD LIBRARIES
HOOVER INSTITUTION

To avoid fine, this book should be returned on
or before the date last stamped below

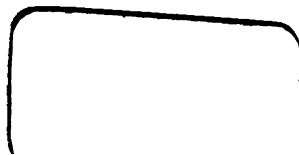
20M-6-72-32413

	FOR USE IN LIBRARY ONLY	
--	----------------------------	--

JQ366

AS

1893



#1



STANFORD LIBRARIES

Stanford University Libraries

 3 6105 120 791 491

267
244-

et considérations
 Relatives

aux

Droits du Portugal

par

Le Vicomte de Pa' da Gondaira

1851

JQ3651
S1114

STANFORD LIBRARIES

STANFORD LIBRARIES



FAITS ET CONSIDÉRATIONS
RELATIVES
AUX
DROITS DU PORTUGAL

SUR LES TERRITOIRES
DE
MOLEMBO, DE CABINDE, ET D'AMBRIZ
ET AUTRES LIEUX
DE
LA CÔTE OCCIDENTALE D'AFRIQUE

SITUÉE ENTRE
LE 5° DEGRÉ 12 MINUTES ET LE 3° DEGRÉ DE LATITUDE AUSTRALE

PAR
LE VICOMTE DE SÁ DA BANDEIRA.



LISBONNE

IMPRIMERIE NATIONALE.

1856.

STANFORD LIBRARIES

229697

FAITS ET CONSIDÉRATIONS

RELATIVES

AUX

DROITS DU PORTUGAL

SUR LES TERRITOIRES

DE MOLEMBO, DE CABINDE, ET D'AMBRIZ

ET AUTRES LIEUX

DE

LA CÔTE OCCIDENTALE D'AFRIQUE

SITUÉE ENTRE

LE 5° DEGRÉ 12 MINUTES ET LE 8° DEGRÉ DE LATITUDE AUSTRALE

PAR

LE VICOMTE DE SÁ DA BANDEIRA,

Bernardo de

Albuquerque de

Figueiredo, Marq

de.



LISBONNE

IMPRIMERIE NATIONALE

1855.

de

JQ 3651
S1114

AVERTISSEMENT.

La lecture de l'excellent Mémoire de Mr. le Vicomte de Santarem, qui a été publié le mois passé, au sujet des droits de la Couronne de Portugal sur les territoires de Molembo, de Cabinde et d'Ambriz, m'a décidé à rédiger cet écrit, dans lequel se trouvent quelques notices qui peuvent être ajoutées aux preuves présentées par cet illustre auteur, et d'autres de faits importants modernement arrivés, relatives à ces mêmes droits et à ces mêmes territoires. Les pièces officielles citées dans ce Mémoire se trouvent dans les archives du Gouvernement.

Lisbonne, Novembre 1855.

L'Auteur.

INDEX.

SECTION I.

- Faits divers arrivés sur la côte Occidentale d'Afrique, située entre le 5° degré 12 minutes et le 8° degré de latitude Sud. Convention de 1786 entre le Portugal et la France. Conquête du Mossulo en 1790 et 1791..... 5

SECTION II.

- Traités entre le Portugal et l'Angleterre, et intelligence de ces mêmes Traités par le Gouvernement Britannique jusqu'au mois de Septembre de 1846 16

SECTION III.

- La Charte Constitutionnelle de la Monarchie Portugaise. Les territoires de Cabinde et de Molembo. La Constitution de 1838 et le Gouvernement Britannique..... 25

SECTION IV.

- Notices diverses relatives à la domination Portugaise, à la Traite des nègres et au commerce licite sur la côte Africaine. Consultations du Conseil d'Outremer, proposant l'occupation d'Ambriz 29

SECTION V.

- Question suscitée par le Gouvernement Anglais en 1846 sur l'intelligence des Traités. Examen de cette question 43

SECTION VI.

Objections du Gouvernement Britannique..... 50

SECTION VII.

Occupation d'Ambriz en 1855. Procédé des Autorités Portugaises. Correspondances des Commandants de la croisière Anglaise. Traite des nègres. Commerce licite. Conclusion 57

Plan Topographique du Pays de Mossulo, levé en 1790 et 1791.

Plan du Fort construit sur le bord du Loge en 1791.

Plan d'Ambriz.

SECTION I.

FAITS DIVERS ARRIVÉS SUR LA CÔTE OCCIDENTALE D'AFRIQUE,
SITUÉE ENTRE LE 3° DEGRÉ 12 MINUTES, ET LE 8° DEGRÉ DE LATITUDE SUD.
CONVENTION DE 1786 ENTRE LE PORTUGAL ET LA FRANCE.
CONQUÊTE DU MOSSULO EN 1790 ET 1791.

Mr. le Vicomte de Santarem, dans un Mémoire récemment publié, prouve que, dès le temps du Roi Dom Jean II, la Couronne de Portugal se considéra comme Souveraine de toute la Côte comprise entre le Cap de Lobo Gonçalves et le Cap Negro, c'est-à-dire, à peu près depuis le 1^{er} jusqu'au 16° degré de latitude australe.

Dans le dix-septième siècle, le Gouvernement d'Angola étendait sa juridiction, plus ou moins directe, sur les terres maritimes, qui se trouvent entre les deux caps; où la domination Portugaise était assurée par le moyen de factoreries ou de forts qu'il y avait dans les ports de Loango et de Cabinde, dans l'île de Pinda sur le Zaire, et à Sonho sur la rive méridionale de ce même fleuve où il y avait aussi un hospice de Missionnaires envoyés de Portugal, dont il reste encore des ruines; et de la même manière le pays était dominé depuis le Zaire, jusqu'aux rives du Dande. Les principaux établissements qu'avaient les Portugais au Sud de cette rivière étaient Loanda, le vieux Benguella, et le nouveau Benguella.

Les Roitelets (1) ou Chefs, les plus notables du pays, reçurent des Rois de Portugal des titres de noblesse en récompense de leurs services, et en signe de vasselage; et beaucoup de ces titres on,

(1) En portugais Régulos, petits rois.

été conservés jusqu'aujourd'hui par les successeurs de ceux à qui ils furent conférés, tels que ceux de Comte de Sonho, Duc de Bamba, Duc de Quina, Marquis de Pemba, Marquis de Mossulo et autres; ils usent en outre du titre honorifique de Dom, qu'ils mettent devant les noms propres Portugais qu'ils adoptent, comme par exemple, Dom Affonso, Dom André, etc.

Le Capitaine Général Salvador Corrêa de Sá ayant, en 1648, chassé de Loanda et d'autres points d'Angola les troupes Hollandaises qui y étaient en garnison, envoya sans délai attaquer les forts et les factoreries de Loango et de Pinda et autres, qui furent en effet subjugués.

Plus tard des mésintelligences s'étant élevées entre les Gouverneurs d'Angola et les Rois du Congo, il s'en éleva aussi entre les Chefs Portugais des factoreries et des forts, et les Roitelets voisins, qui, profitant des circonstances, et se laissant guider par leurs intérêts particuliers, tantôt obéissaient comme vassaux de Portugal, tantôt se disaient vassaux du Roi du Congo, et quelquefois aussi se déclaraient Souverains indépendants.

La rébellion la plus remarquable fut celle du Comte de Sonho; car une force Portugaise, étant tombée dans une embuscade, fut défaite par les nègres de ce Roitelet.

Ensuite les Gouverneurs d'Angola, voulant concentrer à Loanda des forces considérables, abandonnèrent les forts du Nord, ce qui donna lieu à des navires d'autres nations, de faire tout à leur aise la traite des nègres dans ces ports. On calcule qu'il y eut des années où les Français en tirèrent plus de vingt mille nègres.

Les esclaves exportés d'Angola étant destinés presque exclusivement pour le Brésil, et ceux qui sortaient de Loanda et de Benguella suffisant pour les besoins de cette vaste colonie, ce fut là la raison principale pour laquelle les Gouverneurs d'Angola regardèrent avec indifférence l'abandon des ports du Nord; et ces Gouverneurs trouvaient même plus convenable de concentrer toute la traite dans les ports de Loanda et de Benguella, parce qu'il devenait plus facile de contrôler les droits perçus sur l'exportation des esclaves. Tel est aussi le motif pour lequel ceux qui étaient achetés dans le port de Loango dans celui de Pinda, et dans les ports du nord, étaient transportés sur des bateaux de là à Loanda, où les navires du Brésil les recevaient.

Cependant la Couronne de Portugal soutint toujours ses droits de souveraineté sur toute la partie de la côte d'Afrique, qui s'étend au Sud de Molembo; comme le prouvent différents faits, dont nous allons rapporter quelques-uns.

Ce sera en premier lieu, l'extrait d'un ouvrage relatif au Roi D. Jean V, composé par François Xavier da Silva, et imprimé à Lisbonne en 1750; c'est le suivant:

« Sa Majesté, ayant appris que quelques armateurs ou pirates Anglais, poussés par l'ambition et par l'intérêt de leur commerce, avaient formé un établissement sur la côte de Guinée à Cabinde, qui est entre Angola et Congo au Nord du fleuve Zaire, et qui était alors inhabité, envoya aussitôt le Capitaine de vaisseau Joseph de Semedo Maya, sur le vaisseau de ligne Notre Dame d'Atalaya, pour remédier à cet excès, non seulement parce que cela avait été commis sans la permission du Souverain, mais à cause du dommage que cela pouvait causer à l'avenir au commerce d'Angola et des Iles adjacentes de cette côte. Le Capitaine, qui était un homme expérimenté et plein de résolution et de courage, sortit le 16 Mai 1723 de la barre de Lisbonne, et dirigeant sa route vers Angola, arriva en ce port le 12 Septembre. Après s'être informé de la situation de Cabinde, et du fort que les Armateurs y avaient élevé, et avoir pris d'autres renseignements qu'il jugea convenables à son expédition, il partit le 6 Octobre pour Cabinde, où, le 23 du même mois, il aperçut le fort, qui était défendu par deux vaisseaux. Il les attaqua, et après les avoir obligés à se rendre, il battit vigoureusement le fort pendant quarante-huit heures, obligea la garnison à capituler et à en sortir, en prit possession le 26, et le fit aussitôt raser, en faisant en même temps encombrer le fossé. Ce fut ainsi que Sa Majesté tâcha, par la voie des armes, de conserver l'utilité du bien commun de son Royaume, qui est une chose d'assez de considération pour mériter la plus grande protection de la part des Monarques, car le commerce fertilise les Etats; et leur procure tout ce qui est nécessaire à la vie de l'homme et à la splendeur des Cours. »

« Le Capitaine trouva dans le fort trente-cinq pièces d'artillerie, dont il prit vingt-quatre à son bord, et en fit clouer et briser onze, qu'il fit enterrer dans le fossé, parce qu'il ne lui était pas possible de les transporter; et comme le manque de gens ne lui

permet pas d'emmener un des vaisseaux, qui servait de magasin, il y fit mettre le feu, sans que la Couronne d'Angleterre se crût offensée de tout cela; car l'étroite liaison et l'amitié qui régnait entre elle et le Portugal, lui fit reconnaître la justice avec laquelle ce dernier avait tâché de se rétablir dans la possession paisible, qu'elle ne lui avait jamais disputée. »

Les lois des 11 et 25 Janvier 1758 rendirent libre et commun à tous les Portugais le commerce d'Angola, du Congo, de Loango, de Benguella, et autres domaines de cette partie de l'Afrique, où tous les monopoles furent défendus.

L'Ordonnance Royale du 5 Août 1769, adressée au Capitaine Général d'Angola D. Francisco Inhencio de Souza Coutinho, où il est question de la Compagnie de la Traite des Nègres, que le Roi fit abolir, ordonne que l'Edit qui abolit cette Compagnie soit publié dans le délai de quinze jours dans la ville d'Angola, à Loango, à Benguella, et dans les autres domaines adjacents.

Le Secrétaire d'Etat Martinho de Mello e Castro, dans une dépêche adressée au Gouverneur et Capitaine Général d'Angola, le 20 Juin 1779, parle du port de Loango comme appartenant à la Couronne de Portugal, et dans cette même année, il ordonna, au Nom de la Reine Dona Maria I^{re}, à ce même Gouverneur, de rétablir l'ancienne domination sur la côte du Nord, en faisant construire un fort dans le port de Quitungo (1), un autre à Cabinde, un autre sur le bord du Zaire, et un autre à Molembó. Mais cet ordre fut modifié en 1782 par le Gouvernement, qui ordonna que, vu la malignité du climat, il fût uniquement construit un fort à Cabinde. Et à cette occasion, le même Secrétaire d'Etat fit observer, que les forts élevés sur la côte d'Afrique ne sont destinés qu'à tenir en respect les nègres et les bâtiments marchands, et non à résister à une forte expédition maritime faite par quelque Puissance Européenne.

Le 17 Juillet 1783, il partit de Loanda pour Cabinde une expédition commandée par le Capitaine de vaisseau Antonio Januario do Valle, et le Lieutenant Colonel Pinheiro Furtado, et il y fut construit un fort, du consentement et de l'aveu du Mambuco et des autres Chefs du pays, qui étant allés à bord de la

(1) Le port de Quitungo est le même que celui d'Ambriz.

Frégate *Graça*, y déclarèrent aux Commandants, que non seulement ils cédaient le terrain nécessaire pour construire le fort, mais qu'ils se soumettaient à tout ce que les dits Commandants leur ordonneraient; ce que l'on voit par la communication officielle du Capitaine de vaisseau, datée du port de Cabinde le 15 Août de la même année.

Le Gouvernement ad intérim d'Angola, écrivant au Commandant de l'expédition le 2 Septembre 1783, pour indiquer l'objet principal de cette expédition, dit: « Que, depuis le temps du Roi D. Jean II, la Couronne de Portugal se considère comme Souveraine des terres comprises entre le Cap de Lopo Gonçalves et le Cap Negro, et qu'en élevant une forteresse à Cabinde, on a pour but principal de manifester la possession effective du domaine. »

Le Commandant de l'expédition ayant mis obstacle à la traite d'esclaves qu'y faisaient deux bâtiments français, les capitaines protestèrent; et les armateurs ayant réclamé par devant leur Gouvernement, se plaignant de ce que la traite des nègres leur était interdite, eurent assez d'influence pour obtenir qu'il fût envoyé en 1784 une division de navires de guerre avec des troupes de débarquement contre le fort de Cabinde. A l'arrivée de l'expédition, le fort n'était pas encore achevé, ayant à peine une batterie du côté de la mer, et un simple retranchement du côté de la terre; et en outre presque tous les hommes qui en formaient la garnison avaient été atteints des fièvres du pays, et étaient par conséquent hors d'état de service.

C'est pourquoi, la garnison ayant été sommée de se rendre par Mr. de Marigny, Commandant de la force française, capitula sous condition de retourner à Loanda; et ce même Commandant fit démolir le retranchement.

Dans l'article 3^{me} de la capitulation pour la reddition du fort, faite le 21 Juin 1784, le Commandant français déclara :

« Que le pavillon de Sa Majesté Très Chrétienne ne sera pas arboré (à Cabinde) pour preuve que l'intention du Roi de France n'a point été de faire une conquête, mais seulement de rétablir et de maintenir l'égalité parfaite du commerce entre toutes les nations Européennes à Cabinde. »

Nous remarquerons ici, que dans une dépêche du Capitaine Général d'Angola au Secrétaire d'Etat de la Marine et d'Outre-

mer, datée du 15 Décembre 1784, où il lui faisait part de ce qui était arrivé à Cabinde, il se louait de la bonne hospitalité que les Capitaines et les équipages des navires Anglais, qui se trouvaient dans ce port, avaient faite aux Portugais de l'expédition.

Mr. de Flassan, dans son Histoire de la Diplomatie Française, dit à ce sujet :

« La bonne harmonie existante entre la France et le Portugal faillit être détruite en 1784. La Cour de Lisbonne, ayant fait élever sur la côte de Cabinde, en Afrique, un fort dont le Commandant entravait la traite des nègres faite par les Français, la Cour de Versailles donna ordre en 1784 au Marquis de Marigny de se porter sur la côte d'Afrique avec une division de vaisseaux, de reconnaître les lieux, et de rétablir la liberté de la traite; mais il paraît que M. de Marigny alla beaucoup plus loin que ses instructions, et qu'il rasa le fort; ce qui amena une contestation entre les deux Cours de France et de Portugal, dans laquelle la Cour de Madrid se rendit médiatrice. »

Cette médiation amena une convention signée à Madrid le 30 Janvier 1786 par les Ambassadeurs de Portugal et de France. L'Ambassadeur de France y déclare au Nom du Roi son Maître :

« Que l'expédition dont a été chargé Mr. de Marigny n'a point été faite avec intention de troubler, affaiblir ni diminuer les droits que la Reine Très-Fidèle prétend avoir à la Souveraineté de la côte de Cabinde, comme faisant partie du Royaume d'Angola, et que, en conséquence, S. M. Très Chrétienne donnera les ordres les plus précis, pour que ses gouverneurs dans les îles, ses Officiers de mer ou autres ses sujets ne mettent, directement ni indirectement, le moindre obstacle, empêchement, ou difficulté soit avec les naturels du pays, soit d'une autre manière, à la dite Souveraineté et à son exercice. »

Lorsque la Convention eut été conclue, le Plénipotentiaire de Sa Majesté Très-Fidèle déclara : « Que cette même Souveraine possède, au Sud du fleuve Zaire, non seulement la côte d'Angola, mais aussi, dans l'intérieur du pays depuis le Congo à l'Est-Nord-Est, et du côté de l'Est jusqu'à Cassange, et du côté du Sud jusqu'à l'extrémité de Benguella, plusieurs Districts et Capitaineries régies par des Gouverneurs dépendants du Gouverneur Général d'Angola, plusieurs paroisses, forteresses militaires avec des gar-

nisons de troupes, et un grand nombre de bourgades et de villages habités par des blancs, des mulâtres et des nègres, qui font leur commerce habituel avec les nations barbares, et dont la Souveraineté et la propriété appartiennent exclusivement à la Couronne de Portugal; c'est pourquoi la Reine Très-Fidèle n'entend, ni ne peut permettre, ni ne reconnaîtra aucun droit de la part d'autres nations à la traite et au commerce sur la dite côte d'Angola, si ce n'est au Nord du susdit fleuve Zaire, mais non sur ce fleuve, ni au Sud du Cap Padron. »

Le Plénipotentiaire Français dit qu'il était autorisé par le Roi, son Maître à déclarer :

« Que Sa Majesté Très-Chrétienne consent à ce que la traite des Nègres par ses sujets ne s'étende pas au Sud du fleuve Zaire au-delà du Cap Padron, pourvu que les autres Nations n'étendent pas la leur au-delà du dit Cap. »

Le Portugal, la France et l'Espagne prirent part à cette Convention.

La France déclara qu'elle respectait les droits que la Couronne de Portugal prétendait avoir sur la partie de la côte en question; et l'Espagne, comme médiatrice, se lia de son côté, au moins, à ce que la France avait stipulé.

L'Angleterre n'y fit aucune objection; et les Anglais qui, lors de l'expédition française étaient à Cabinde, y agirent envers les Portugais en bons amis.

La Hollande n'y montra point non plus d'opposition; et quand cette expédition eut lieu, il y avait dans les ports de Cabinde et de Molembo des bâtiments Portugais, Français, Anglais et Hollandais.

Le Brésil faisait alors partie de la Monarchie Portugaise, et avait les mêmes intérêts et les mêmes droits dans cette question que le Portugal.

Nous allons maintenant passer à un autre fait important.

Le Marquis de Mossulo, Maniquitongo (1), Roitelet puissant, qui dominait le pays situé sur les deux rives du Loge, et qui s'étend de-là jusqu'à celles du Onzo, s'étant révolté en 1790,

(1) Maniquitongo, c'est-à-dire, seigneur de Quitungo, port auquel on donne également ce nom et celui d'Ambriz.

attaqua par surprise, au commencement d'Août de la même année, différents villages sur les rives du Dande et du Bengo, à quelques lieues de Loanda; et en ayant enlevé tout ce qu'il y trouva, ainsi que les esclaves, conduisit ceux-ci, au nombre de deux à trois cents, au port d'Ambriz, où il les vendit aux Capitaines de trois navires Français et d'un Anglais qui y étaient à l'ancre, en échange de cent livres de poudre pour chaque esclave, comme le constate la déposition des témoins qui furent entendus.

A l'effet de punir le rébelle, le Capitaine Général d'Angola fit rassembler, dans la proximité de la rivière Lifune un corps de troupes composé d'Européens et de nègres, sous le commandement du Major Pinheiro de Lacerda, qui, entrant en opérations, passa le Onzo, battit plusieurs fois en bataille rangée le Marquis révolté et ses alliés, occupa le port d'Ambriz, où se trouvaient quelques navires étrangers qu'il traita en amis, et passant le Loge, continua ses opérations sur sa rive Nord, jusqu'au-delà de Luanica, dernière bourgade du Mossulo, située sur la rive droite du Lue. Et ensuite il construisit un fort sur la rive gauche du Loge, à une certaine distance de ce port. (1) C'est à l'embouchure du Lue que se trouve le port nommé l'Ambrizete.

Le journal de la marche de l'armée expéditionnaire constate, que le 22 Décembre de cette année-là, vers les 5 heures du matin, le Commandant de l'expédition avait fait arborer le pavillon Portugais sur le point le plus élevé du terrain qui domine le port d'Ambriz, et que, au Nom de la Reine Dona Maria I^{re}, il avait renouvelé la prise de possession de ce port et des terres adjacentes, en présence de toute l'armée et des navires; qu'il y avait eu à cette occasion, des salves de mousquetterie et d'artillerie, et qu'il avait été dressé de toutes ces circonstances un Procès-verbal, qui avait été signé par les personnes présentes.

Le pays une fois conquis et pacifié, la force expéditionnaire retourna à Loanda.

Peu de temps après, le Roitelet vaincu fit demander au Capitaine Général un pardon, que celui-ci lui accorda; et ensuite

(1) A la fin de ce Mémoire se trouvent la Carte du Pays de Mossulo, levée en 1791, et le plan du fort construit dans la même année, et aussi le plan du Port d'Ambriz.

eut lieu le serment de vasselage dans le Palais du Gouvernement à Loanda le 25 Avril 1792, comme le constate le Procès-verbal dont le titre est comme il suit :

« Acte de undamento (2), soumission et vasselage, que fait le Marquis de Mossulo D. Antonio Manuel, les Sovas et les Macotas ses Potentats, qui n'ont pu comparaître en personne, et qui ayant été défaits et vaincus par les armes de Sa Majesté Très-Fidèle, sont venus se livrer et demander le pardon de leurs excès par devant le Très-Illustre et Très-Excellent Seigneur Manuel d'Almeida e Vasconcellos, Gouverneur et Capitaine Général de ces Royaumes et de leurs conquêtes, qui, au Nom de Sa Majesté, lui pardonne, et lui impose les conditions ci-dessous déclarées. Célébré le vingt-cinq Avril mil sept cent quatre-vingt-douze. »

Comme ce document se trouve imprimé dans le Mémoire, ci-dessus cité, de Mr. le Vicomte de Santarem, il est inutile de le transcrire ici.

Le 8 Août 1791, le Ministre d'Angleterre à Lisbonne, M. Walpole, écrivit au Secrétaire d'Etat des Affaires Etrangères Luiz Pinto de Souza, en lui communiquant les dépositions juridiques des Capitaines et Officiers de quelques bâtimens Anglais, au sujet de plusieurs faits arrivés, disaient-ils, au mois de Décembre de 1790, près de l'embouchure de la rivière d'Ambriz ou Loge, et dans l'intérieur des terres de Mossulo.

Ce Ministre exposait : « Que le Commandant de l'Armée Portugaise avait ordonné aux navires Anglais et aux navires Français, qui se trouvaient dans le port d'Ambriz d'en sortir aussitôt, sans que de leur part il y eût eu aucune provocation, et cela au grand détriment de leurs intérêts; et que les dépositions des Capitaines et Officiers avaient conduit à la persuasion, que les Portugais voulaient rétablir un fort sur la colline où se trouvaient les Factoreries Anglaises, dans le dessein sans doute de s'emparer exclusivement de tout le commerce de ce port, qui avait été franc depuis beaucoup d'années aux Anglais, et très particulièrement aux français, sans le moindre obstacle ou empêchement. Il

(2) Undamento, acte par lequel, autrefois on appliquait avec un petit, fer chaud l'écusson de la Couronne de Portugal, sur une partie du corps du nouveau Vassal; cet usage n'existe plus.

exposait ainsi la nécessité indispensable où se trouvait Sa Majesté Britannique de protéger le commerce de ses Sujets. déjà établi, et auquel cet acte de violence des Officiers Portugais était un obstacle. Et il priait le Ministère Portugais d'expliquer sous quel étatont les principes qu'il prétendait adopter à cet égard.

Le Ministre des Affaires Etrangères lui répondit le 11 Août, et lui dit: « Que, par les dépêches du Gouverneur et Commandant Général d'Angola, Sa Majesté avait appris, qu'un Rôdeur, sujet de la Couronne de Portugal, appelé le Marquis de Mossalé, s'était révolté sans aucune cause, et étant appuyé par d'autres peuples voisins, qui habitent au Sud et au Nord des rives de la rivière d'Ambriz, avait attaqué, dans le courant d'Août de 1796, cinquante-cinq villages du domaine d'Angola, qu'il avait volés, en enlevant les esclaves Portugais, afin d'en faire un commerce avec les Européens sur la dite rivière, démolant les villages par où il passait, volant tous les effets des blancs; et que, étant arrivé à la rive du Bengo, qu'il avait passé, il était allé jusqu'à la distance de deux lieues et demie de la ville de Loanda, ce qu'il avait pu faire, parce qu'il avait réuni un nombreux corps de nègres bien armés, qui avaient fait tout à coup une invasion sur ces terres. »

« Que le Gouverneur d'Angola, pour repousser cette attaque et punir les agresseurs, avait envoyé contre eux une force d'Européens et de nègres; que, dans le mois de Septembre suivant, cette force était entrée sur les terres des rebelles, les avait défaits, et avait chassé l'ennemi tant de la rive Sud, que de la rive Nord de la rivière d'Ambriz, ce qui avait été opéré jusqu'au 17 Décembre. »

« Que l'expédition avait trouvé à l'ancre dans le port d'Ambriz six navires, dont trois étaient Anglais, mais que le Commandant de l'expédition avait été si éloigné de les sommer de partir immédiatement comme on le prétendait, et de leur faire la moindre violence, que, au contraire un des Capitaines Anglais et lui s'étaient traités amicalement, comme le constatait le journal de l'expédition. »

« Que si les Sujets Britanniques avaient souffert dans leur commerce, ou dans leurs spéculations, c'était aux agresseurs seuls qu'ils devaient imputer la faute et les dommages, et non aux Sujets de Sa Majesté Très-Fidèle, qui avaient tout droit de se défendre, et de vaincre leurs ennemis partout où ils les rencontreraient. »

« Que la déposition des Capitaines était diamétralement opposée au journal du Commandant de l'expédition, et aux nombreux renseignements reçus, et qui attestaient le contraire, affirmant qu'il n'avait pas été commis le moindre acte d'autorité contre les navires étrangers, auxquels il avait été déclaré amicalement, qu'ils n'avaient rien à craindre de sa part. »

Il ajoutait « qu'il avait été expédié des ordres au Commandant d'une Frégate qui devait partir pour Angola, afin qu'il fit un bon accueil à tout navire Anglais qu'il trouverait dans le port d'Ambriz, et lui procurât toutes les commodités et les ressources qui dépendraient de lui. Et que la Cour de Lisbonne ne prétendait point renoncer aux droits qu'elle avait sur cette côte. »

Par cette correspondance on voit que le Gouvernement Anglais, tout en prétendant que le commerce britannique continuât à être permis dans le port d'Ambriz, de même qu'il l'était avant la conquête, ne contesta point à la Couronne Portugaise le droit qu'elle soutenait avoir sur cette partie de la côte Africaine.

En 1793, le Colonel Pinheiro de Lacerda, le même qui avait subjugué le Mossulo, marcha de l'embouchure du Dande, à la tête d'une force considérable, afin de châtier et de réduire à l'obéissance les Roitelets de Zalla, de Lundo, d'Onde, le Duc de Quina et plusieurs autres des deux rives du Loge, ainsi que le Dembo Nambuango, qui était le principal d'entre eux.

Le 28 Juin de la même année, tous les Roitelets révoltés se trouvant réunis sur les bords de l'Iolo, il leur fut livré une bataille, où ils furent vaincus par les forces Portugaises. Depuis ce jour jusqu'au 10 Août suivant, il y eut encore avec l'ennemi plusieurs rencontres moins importantes.

La force Portugaise marcha ensuite vers Encoge, d'où le Commandant procéda à diverses opérations pour la sûreté et la pacification du pays soumis; et en 1794 le gros de l'armée rentra dans ses quartiers.

Les Roitelets défaits envoyèrent à Loanda leurs Ambassadeurs prier le Capitaine Général d'accepter leur soumission (1), ce qui leur fut accordé. Ils se rendirent, en conséquence, dans

(1) Dépêche du Capitaine Général du 23 Janvier 1796, au Ministère de la Marine et d'Outre-mer.

exposait aussi la nécessité indispensable où se trouvait Sa Majesté Britannique de protéger le commerce de ses Sujets, déjà établi, et auquel cet acte de violence des Officiers Portugais avait mis obstacle. Et il pria le Ministère Portugais d'expliquer quels étaient les principes qu'il prétendait adopter à cet égard. »

Le Ministre des Affaires Etrangères lui répondit le 11 Août, et lui dit : « Que, par les dépêches du Gouverneur et Capitaine Général d'Angola, Sa Majesté avait appris, qu'un Roitelet, sujet de la Couronne de Portugal, appelé le Marquis de Mossulo, s'étant révolté sans aucune cause, et étant appuyé par d'autres peuples voisins, qui habitent au Sud et au Nord des rives de la rivière d'Ambriz, avait attaqué, dans le courant d'Août de 1790, différents villages du domaine d'Angola, qu'il avait volés, en enlevant les esclaves Portugais, afin d'en faire un commerce avec les Européens sur la dite rivière, désolant les villages par où il passait, volant tous les effets des blancs; et que, étant arrivé à la rive du Bengo, qu'il avait passé, il était allé jusqu'à la distance de deux lieues et demie de la ville de Loanda, ce qu'il avait pu faire, parce qu'il avait réuni un nombreux corps de nègres bien armés, qui avaient fait tout à coup une invasion sur ces terres. »

« Que le Gouverneur d'Angola, pour repousser cette attaque et punir les agresseurs, avait envoyé contre eux une force d'Européens et de nègres; que, dans le mois de Septembre suivant, cette force était entrée sur les terres des rebelles, les avait défaits, et avait chassé l'ennemi tant de la rive Sud, que de la rive Nord de la rivière d'Ambriz, ce qui avait été opéré jusqu'au 17 Décembre. »

« Que l'expédition avait trouvé à l'ancre dans le port d'Ambriz six navires, dont trois étaient Anglais, mais que le Commandant de l'expédition avait été si éloigné de les sommer de partir immédiatement comme on le prétendait, et de leur faire la moindre violence, que, au contraire un des Capitaines Anglais et lui s'étaient traités amicalement, comme le constatait le journal de l'expédition. »

« Que si les Sujets Britanniques avaient souffert dans leur commerce, ou dans leurs spéculations, c'était aux agresseurs seuls qu'ils devaient imputer la faute et les dommages, et non aux Sujets de Sa Majesté Très-Fidèle, qui avaient tout droit de se défendre, et d'offenser leurs ennemis partout où ils les rencontreraient. »

« Que la déposition des Capitaines était diamétralement opposée au journal du Commandant de l'expédition, et aux nombreux renseignements reçus, et qui attestaient le contraire, affirmant qu'il n'avait pas été commis le moindre acte d'autorité contre les navires étrangers, auxquels il avait été déclaré amicalement, qu'ils n'avaient rien à craindre de sa part. »

Il ajoutait « qu'il avait été expédié des ordres au Commandant d'une Frégate qui devait partir pour Angola, afin qu'il fit un bon accueil à tout navire Anglais qu'il trouverait dans le port d'Ambriz, et lui procurât toutes les commodités et les ressources qui dépendraient de lui. Et que la Cour de Lisbonne ne prétendait point renoncer aux droits qu'elle avait sur cette côte. »

Par cette correspondance on voit que le Gouvernement Anglais, tout en prétendant que le commerce britannique continuât à être permis dans le port d'Ambriz, de même qu'il l'était avant la conquête, ne contesta point à la Couronne Portugaise le droit qu'elle soutenait avoir sur cette partie de la côte Africaine.

En 1793, le Colonel Pinheiro de Lacerda, le même qui avait subjugué le Mossulo, marcha de l'embouchure du Dande, à la tête d'une force considérable, afin de châtier et de réduire à l'obéissance les Roitelets de Zalla, de Lundo, d'Onde, le Duc de Quina et plusieurs autres des deux rives du Loge, ainsi que le Dembo Nambuagongo, qui était le principal d'entre eux.

Le 28 Juin de la même année, tous les Roitelets révoltés se trouvant réunis sur les bords de l'Iolo, il leur fut livré une bataille, où ils furent vaincus par les forces Portugaises. Depuis ce jour jusqu'au 10 Août suivant, il y eut encore avec l'ennemi plusieurs rencontres moins importantes.

La force Portugaise marcha ensuite vers Encoge, d'où le Commandant procéda à diverses opérations pour la sûreté et la pacification du pays soumis; et en 1794 le gros de l'armée rentra dans ses quartiers.

Les Roitelets défaits envoyèrent à Loanda leurs Ambassadeurs prier le Capitaine Général d'accepter leur soumission (1), ce qui leur fut accordé. Ils se rendirent, en conséquence, dans

(1) Dépêche du Capitaine Général du 23 Janvier 1796, au Ministère de la Marine et d'Outre-mer.

exposait aussi la nécessité indispensable où se trouvait Sa Britannique de protéger le commerce de ses Sujets, déjà et auquel cet acte de violence des Officiers Portugais a obstacle. Et il pria le Ministère Portugais d'expliquer étaient les principes qu'il prétendait adopter à cet égard.

Le Ministre des Affaires Etrangères lui répondit le et lui dit: « Que, par les dépêches du Gouverneur et Général d'Angola, Sa Majesté avait appris, qu'un Roi de la Couronne de Portugal, appelé le Marquis de Mossoró, révolté sans aucune cause, et étant appuyé par d'autres voisins, qui habitent au Sud et au Nord des rives de d'Ambriz, avait attaqué, dans le courant d'Août de 1762, divers villages du domaine d'Angola, qu'il avait enlevé les esclaves Portugais, afin d'en faire un commerce avec les Européens sur la dite rivière, désolant les villages, volant tous les effets des blancs; et que, sur la rive du Bengo, qu'il avait passé, il était allé jusqu'à deux lieues et demie de la ville de Loanda, pour faire, parce qu'il avait réuni un nombreux corps armés, qui avaient fait tout à coup une invasion dans le territoire d'Angola. »

« Que le Gouverneur d'Angola, pour repousser et punir les agresseurs, avait envoyé contre eux une expédition composée de blancs et de nègres; que, dans le mois de Septembre, cette force était entrée sur les terres des rebelles, les avait vaincus, et avait chassé l'ennemi tant de la rive Sud, que de la rive Nord de la rivière d'Ambriz, ce qui avait été opéré jusqu'au 15 Octobre. »

« Que l'expédition avait trouvé à l'ancre dans la rivière d'Ambriz six navires, dont trois étaient Anglais, mais que le Capitaine de l'expédition avait été si éloigné de les reconnaître, qu'il n'a pu immédiatement comme on le prétendait, et de leur faire violence, que, au contraire un des Capitaines Anglais s'étaient traités amicalement, comme le constate le rapport de l'expédition. »

« Que si les Sujets Britanniques avaient souffert quelque préjudice, ou dans leurs spéculations, c'était aux Anglais qu'ils devaient imputer la faute et les dommages, et non à Sa Majesté Très-Fidèle, qui avaient tout droit de se défendre, et d'offenser leurs ennemis partout où ils les trouvaient. »

cette ville, où, accédant à toutes les conditions que l'on exigea d'eux, ils prêtèrent serment, et signèrent les actes respectifs de soumission et de vasselage à la Couronne de Portugal, qui furent portés sur les livres compétents (1).

Ainsi, le résultat de cette guerre, commencée en 1793, fut le nouvel assujettissement de tous les Roitelets des deux rives du Loge, depuis le fort d'Encoge situé à 7° 30' de Latitude Sud, et 25° 24' de Longitude orientale de Lisbonne, jusqu'à l'embouchure de la même rivière, et de-là vers le Nord, jusqu'au-delà du Lue. Tel était l'état des choses en 1796. Et il faut observer que la juridiction d'Encoge s'étend à plus du vingt lieues vers le Nord, c'est à dire, jusqu'à 6 degrés et demi de latitude méridionale.

SECTION II.

TRAITÉS ENTRE LE PORTUGAL ET L'ANGLETERRE, ET INTELLIGENCE
DE CES MEMES TRAITÉS PAR LE GOUVERNEMENT BRITANNIQUE,
JUSQU'AU MOIS DE SEPTEMBRE DE 1846.

Examinons maintenant ce qui se trouve stipulé dans les Traités entre le Portugal et l'Angleterre, au sujet des territoires en question; et voyons les conséquences qui en résultent.

Dans l'Article X du Traité d'alliance entre le Portugal et la Grande Bretagne, signé à Rio de Janeiro le 19 Février 1810, le Prince Régent promet de ne pas permettre à ses Sujets de faire la traite des nègres. Il excepta cependant celle qui se ferait dans les domaines Africains de la Couronne de Portugal. Ensuite on ajoute :

Mais on doit entendre distinctement, que les stipulations du présent article ne seront pas considérées comme invalidant

It is however to be distinctly understood, that the stipulations of the present article are not to be considered as invalidating

(1) Archives de la Marine et d'Outre-mer, et Annales maritimes et coloniales 5^e Série.

ou affectant en aucune manière les droits de la Couronne de Portugal sur les territoires de Cabinda et de Molembo, les quels droits ont été autrefois disputés par le Gouvernement de France. or otherwise affecting the rights of the Crown of Portugal to the territories of Cabinda and Molembo, which rights have formerly been questioned by the Government of France.

La question suscitée par le Gouvernement de France, à laquelle cet article fait allusion, fut décidée, comme on l'a déjà dit, par la Convention de Madrid du 30 Janvier 1786, dans laquelle il fut stipulé que de la part du Portugal il ne serait point mis d'empêchement à la traite des nègres que faisaient les Français dans les ports de la Côte, situés au Nord du Cap Padron. Et le Gouvernement Français promit de son côté, qu'il donnerait ordre aux Gouverneurs dans les Iles, Officiers de mer et de terre, et autres ses Sujets de ne pas apporter directement ou indirectement, le moindre obstacle, empêchement, ou difficulté, soit avec les naturels du pays, soit d'une autre manière, à la Souveraineté de la Couronne de Portugal, et à son exercice.

Par là, la France reconnut les droits de Souveraineté de la Couronne de Portugal sur cette partie de la côte d'Afrique; mais il fut convenu entre les deux Puissances, que le commerce Français continuerait dans les dits ports.

Par le Traité du 19 Février 1810, l'Angleterre déclara qu'elle considérait comme n'étant invalidés ni affectés en aucune manière les droits de la Couronne de Portugal sur les susdits territoires, que le Gouvernement Français avait disputés.

Or, la conséquence de cette stipulation est que le Gouvernement Britannique reconnut la validité des droits de la Couronne de Portugal, de la même manière que la France les avait reconnus par la Convention de 1786. Et par conséquent il se mit dans la stricte obligation, de même que le Gouvernement Français l'avait fait, de ne pas mettre directement ou indirectement le moindre obstacle, empêchement, ou difficulté, soit avec les naturels du pays, soit d'une autre manière, à la Souveraineté de la Couronne de Portugal, et à son exercice.

Et maintenant nous devons remarquer; 1° que, dans la Convention de Madrid de 1786, il fut déclaré par la France, que l'ex-

pédition dont avait été chargé Mr. de Marigny n'avait pas eu pour but d'entraver, d'affaiblir ou de diminuer les droits que la Reine Très-Fidèle prétendait avoir à la Souveraineté de la Côte de Cabinde, comme partie du Royaume d'Angola; 2° que dans l'art. X. du Traité de 1810, les droits de la Couronne de Portugal sur les territoires de Cabinde et de Molembo sont mentionnés d'une manière absolue. Là on reconnaît les droits que la Souveraine de Portugal prétendait avoir; ici on reconnaît la validité des droits de la Couronne Portugaise.

Il paraît donc évident, que, si l'on avait jugé nécessaire de rendre plus explicite de la part de l'Angleterre l'expression de la reconnaissance des droits du Portugal sur cette partie de la Côte d'Afrique, qu'on ne l'avait fait dans la Convention de 1786, on y serait parvenu, une fois que les parties contractantes auraient adopté la rédaction qu'a effectivement l'article dont il s'agit.

Dans l'art. 2^me du Traité pour l'abolition de la traite des nègres dans tous les lieux de la Côte d'Afrique au Nord de l'Equateur, fait à Vienne, entre le Portugal et la Grande-Bretagne, le 22 Janvier 1815, on trouve ce qui suit :

ARTICLE 2^me.

Son Altesse Royale le Prince Régent de Portugal consent et s'oblige par cet article, à adopter, d'accord avec Sa Majesté Britannique, les mesures qui pourront le mieux contribuer à l'exécution effective de l'accord précédent d'après son véritable objet et son intelligence littérale; et Sa Majesté Britannique s'oblige à donner, d'accord avec Son Altesse Royale, les ordres les plus convenables pour empêcher que pendant le temps où il sera permis de continuer la traite des nègres selon les lois de Portugal et les traités exis-

ARTICLE 2nd

His Royal Highness the Prince Regent of Portugal hereby agrees and binds Himself to adopt, in concert with His Britannic Majesty, such measures as may best conduce to the effectual execution of the preceding engagement according to its true intent and meaning: and His Britannic Majesty engages in concert with His Royal Highness to give such Orders as may effectually prevent any interruption being given to the Portuguese Ships resorting to the actual Dominions of the Crown of Portugal, or to the Territories

tants entre les deux Couronnes, il soit mis aucune entravé aux bâtiments Portugais qui iront faire la traite des nègres au Sud de la ligne; soit dans les domaines actuels de la Couronne de Portugal, soit dans les territoires sur lesquels cette Couronne a réservé son droit dans le susdit Traité d'alliance.

which *are claimed* in the said Treaty of alliance, as belonging to the said Crown of Portugal to the Southward of the Line, for the purpose of trading in slaves as aforesaid, during such period as the same may be permitted to be carried on by the laws of Portugal, and under the Treaties subsisting between the two Crowns.

Ce Traité, se rapportant à celui du 19 Février 1810, confirma ce qui avait été stipulé dans l'article X de celui-ci.

Dans l'article 2^o de la Convention additionnelle au Traité du 22 Janvier 1815 entre le Portugal et la Grande-Bretagne pour l'abolition de la traite des nègres, faite le 28 Juillet 1817, on lit :

ARTICLE 2^{mo}

Les territoires où, d'après le Traité du vingt-deux Janvier mil huit cent quinze, la traite des nègres est permise aux Sujets de Sa Majesté Très Fidèle, sont :

1^o Les territoires que la Couronne de Portugal possède sur les Côtes d'Afrique au Sud de l'Equateur, savoir : Sur la Côte Orientale d'Afrique, le territoire compris entre le Cap Delgado et la Baie de Lourenço Marques; et, sur la Côte Occidentale, tout le territoire compris entre le huitième et le dix-huitième degré de Latitude méridionale.

ARTICLE 2nd

The territories in which the traffic in slaves continues to be permitted, under the Treaty of the twenty second of January one thousand eight hundred and fifteen, to the Subjects of His Most Faithful Majesty, are the following :

1st The territories possessed by the Crown of Portugal upon the Coast of Africa to the South of the Equator, that is to say : upon the Eastern Coast of Africa, the territory laying between Cape Delgado and the Bay of Lourenço Marques; and upon the western Coast, all that which is situated from the eighth to the eighteenth degree of South latitude.

que ci-dessus désignée, selon que les dits Commandants le jugeraient nécessaire; et que ces Traités n'auraient d'autre objet que la suppression de la traite des nègres; que ces Traités une fois faits, on pourrait employer la force pour en assurer l'exécution; et dans l'article vi il était déclaré, que si l'on jugeait nécessaire, pour parvenir au but de la Convention d'occuper quelques points de la Côte d'Afrique ci-dessus indiquée, cette occupation ne pourrait avoir lieu que de commun accord entre les deux Hautes Parties Contractantes.

Le Gouvernement Britannique ayant donné connaissance de cette Convention au Gouvernement Portugais, celui-ci ordonna au Baron de Moncorvo, Ministre Plénipotentiaire de Portugal à Londres, de s'adresser au Gouvernement Anglais, en réclamant contre les dispositions de cette Convention, qui pouvaient porter atteinte aux droits de Souveraineté de la Couronne de Portugal sur une partie très considérable de la Côte Occidentale d'Afrique, immédiatement soumise à sa domination, ou sur laquelle elle avait réservé ses droits. Le Ministre exécuta cet ordre par la note qu'il adressa le 28 Juillet de la même année à Lord Aberdeen, Secrétaire d'État des Affaires Étrangères.

Il y dit, après plusieurs réflexions importantes, que le Gouvernement Portugais s'empresse à faire connaître à celui de Sa Majesté Britannique, quelle est l'intelligence dans laquelle il est disposé à considérer cette Convention, quant à ce qui y peut concerner les domaines Portugais, ce qui se réduit à trois points, dont voici le premier:

Que les stipulations des Articles iv et vi de la dite Convention n'ont rapport, ni ne sont censées applicables aux domaines de la Couronne de Portugal en Guinée et sur la Côte de Mina (1) ni non plus à ces territoires, que par l'article ii de la Convention additionnelle entre le Portugal et la Grande Bretagne du 17 Juillet 1817, on a positivement reconnu que la Couronne de Portugal possédait, ni également à ceux sur lesquels par le dit article ii il a été déclaré que cette Couronne réservait ses droits.

(1) Costa da Mina est le nom par lequel les Portugais connaissent toute la côte Africaine, depuis le Cap des Palmes jusqu'au fond du Golfe de Guinée.

Lord Aberdeen répondit le 20 Septembre à la note du Baron de Moncorvo. Et nous allons donner ici l'extrait de sa dépêche, où, dans un langage plein de courtoisie et d'expressions amicales et conciliatrices, il rend toute justice au procédé du Gouvernement Portugais; il y dit :

« Le soussigné considère comme son premier devoir de déclarer qu'aucune réclamation, qui sera faite au Gouvernement de Sa Majesté Britannique, fondée sur l'alliance et l'amitié qui ont depuis si longtemps et si heureusement existé entre la Grande Bretagne et le Portugal, ne laissera de le trouver disposé à y prêter une sérieuse et favorable attention. »

« La promptitude avec laquelle le Portugal s'est prêté à être le premier État qui unit ses efforts à ceux de la Grande Bretagne pour la suppression de la traite des nègres, ne saurait être oubliée de l'Angleterre; et le Baron de Moncorvo n'ignore pas combien de fois le Gouvernement Britannique a considéré devoir reconnaître la fidélité et la sincérité avec lesquelles les Officiers Portugais ont exécuté le Traité conclu (en 1842) entre les deux pays, ce qui a été un motif de satisfaction sincère pour le Gouvernement Britannique, et ce serait, de la part du soussigné, reconnaître bien mal ce procédé, que d'hésiter à donner maintenant une complète et franche explication, sur les points de la Convention récemment signée entre la Grande Bretagne et la France, qui ont attiré l'attention du Gouvernement Portugais. »

Quant à l'opération des Escadres unies d'Angleterre et de France sur la côte Africaine, y compris cette partie qui est sous la domination de la Couronne de Portugal, ou sur laquelle a été reconnue la réserve des droits du Portugal, le soussigné déclare une fois pour toutes (at once) que la Convention par laquelle la Grande-Bretagne et la France se sont liés, n'a pas eu pour but d'empiéter en aucune manière sur les droits du Portugal.

Voici cette période, telle qu'elle est dans l'original :

« With respect then to the operation of the joint squadrons of England and France upon the African Coast, including that part of it, which is under the dominion of the Portuguese Crown, or the reserved rights over which have been acknowledged to Portugal, the undersigned at once declares, that the engagement by which Great Britain and France have bound themselves, was not

intended, and cannot be made to trench in the slightest degree upon the rights of Portugal. »

Le 11 Septembre 1846 Lord Howard de Walden, Ministre Britannique à Lisbonne, écrivait au Ministre des Affaires Étrangères, le Comte de Lavradio, ce qui suit :

« J'ai l'honneur de porter à la connaissance de Votre Excellence la copie ci-incluse d'une dépêche, en date du 30 Avril dernier, du Vice-Consul de S. M. à Angola, rapportant les circonstances relatives à la saisie par les Autorités locales d'une barque appartenante à une factorerie Anglaise à Ambriz, comme suspecte d'être employée à l'introduction d'objets de contrebande dans la Province, et ajoutant que, quoique cette barque ait été relâchée, et que ce soit la première plainte de ce genre qui lui ait été faite depuis son arrivée à Angola, d'autres barques ont été souvent retenues auparavant pour le même motif, et dans quelques cas confisquées de la manière la plus sommaire. »

« Mr. le Vice-Consul Brand expose avec une grande apparence de raison, que jusqu'à ce que le Gouvernement Portugais ait des Autorités qui résident dans ces autres ports d'Angola, avec lesquels il se fait un commerce odtier de la capitale de cette Province, autorisées à accorder aux navires les dépêches nécessaires, il semble non seulement injuste, mais même impolitique, que le manque de ces documents rende les barques sujettes à la confiscation. »

Par tout ce qui vient d'être exposé dans cette Section, on voit que l'intelligence donnée aux Traités de 1810, 1815 et 1817, pour ce qui concerne les droits réservés de la Couronne de Portugal sur une partie de la Côte Occidentale d'Afrique, était la même entre le Gouvernement Portugais et le Gouvernement Anglais; et le contenu de la note de Lord Aberdeen du 20 Septembre 1845, dans laquelle il déclare que ces droits réservés avaient été reconnus, en est une preuve évidente. La note de Lord Howard du 11 Septembre 1846, où il suggère la convenance d'établir des Autorités Portugaises à Ambriz et dans d'autres ports de cette côte, montre aussi, que, jusqu'à la date de cette note, le Gouvernement Britannique n'avait point changé d'opinion sur cet objet.

SECTION III.

LA CHARTE CONSTITUTIONNELLE DE LA MONARCHIE PORTUGAISE,
LES TERRITOIRES DE CABINDE ET DE MOLEMBO.
LA CONSTITUTION DE 1838, ET LE GOUVERNEMENT BRITANNIQUE.

Dans l'Article 2° de la Charte Constitutionnelle il est déclaré;
que le territoire de Portugal comprend :

« § 1^{er} En Europe—le Royaume de Portugal. »

« § 2° Dans l'Afrique Occidentale—Bissau et Cacheo; sur la
Côte de Mina, le Fort de S. Jean Baptiste d'Ajuda, Angola, Ben-
guella et leurs dépendances, *Cabinde* et *Molembo*, les Iles du Cap
Vert, et celles de S. Thomé et du Prince et leurs dépendances. . . »

« § 3° En Asie. . . »

Dans l'article 3° on lit :

« La Nation ne renonce pas au droit qu'elle peut avoir sur
quelque portion que ce soit de territoire, dans ces trois parties du
Monde, non comprise dans l'article précédent. »

Dans l'article 75° § 8° il est déclaré, que le Pouvoir Exécutif
ne peut faire de Traités de cession ou d'échange de territoire du
Royaume, ou d'une possession, à laquelle le Royaume ait droit,
sans qu'ils aient été préalablement approuvés par les Cortès Gé-
néraux.

Nous transcrivons également ici, dans le but que l'on verra
ci-après, la disposition, relative à ces territoires, qui se trouve
dans la Constitution du 4 Avril 1838, qui a été en vigueur pen-
dant plusieurs années.

Article 2° Le territoire Portugais comprend. . . Dans l'Afri-
que Occidentale, Bissau et Cacheo; le Fort de S. Jean Baptiste
d'Ajuda, sur la Côte de Mina; Angola et Benguella et leurs dé-
pendances, *Cabinde* et *Molembo*; les Iles du Cap-Vert, celles de
S. Thomé et du Prince, et leurs dépendances.

§ unique. La Nation ne renonce à aucune autre portion de
territoire auquel elle ait droit.

Article 37° Il appartient aux Cortès. . .

9° D'approuver, avant qu'ils soient ratifiés, les Traités d'alliance, de subsides ou de commerce, d'échange ou de cession de quelque portion de territoire Portugais, ou de droit à quelque portion de territoire. »

Considérons maintenant ces dispositions et certaines circonstances qui s'y rattachent.

Ce fut le 29 Avril 1826, que le Roi de Portugal D. Pedro IV, Empereur du Brésil, decreta à Rio de Janeiro la Charte Constitutionnelle de la Monarchie Portugaise. Et Sir Charles Stuart étant alors Ambassadeur de la Grande Bretagne au Brésil, ce fut lui-même qui apporta à la Régence de Portugal la dite Charte Constitutionnelle; et à Lisbonne, il contribua efficacement à ce que les ordres qu'il avait apportés du nouveau Roi eussent leur entière exécution.

La Régence ayant ordonné que dans tout le Royaume il fût prêté serment à la nouvelle Loi fondamentale, quelques-uns des régiments de l'Armée se soulevèrent, et se retirèrent tous bientôt en Espagne, d'où, sous la protection du Gouvernement de ce pays-là, ils envahirent le Portugal, et y entretenrent pendant quelques mois la guerre civile.

Ce fut alors que le Gouvernement Britannique, à la tête duquel se trouvait alors Mr. Canning, envoya à Lisbonne une belle division de troupes Anglaises, pour appuyer le nouvel ordre de choses.

Suivirent les événements de 1828; la guerre civile; l'émigration de Portugal de milliers de partisans du système du gouvernement représentatif; l'abolition de ce système; l'établissement d'une Régence à l'Île Terceira; l'Abdication de l'Empereur du Brésil; le débarquement de l'Armée Constitutionnelle en Portugal; et la guerre civile qui se termina en 1834 par le triomphe complet de cette Armée, et par l'établissement du Système Constitutionnel.

Pendant les huit années que dura cette longue lutte entre les défenseurs des principes libéraux et ceux du pouvoir absolu, le Gouvernement de la Grande Bretagne fut dirigé par des hommes d'État éminents, mais qui, quant à la question Portugaise, comme on l'appelait alors, avaient des opinions différentes, qu'ils manifestèrent par leurs actes. Les uns envoyaient des troupes Anglaises

à Lisbonne, afin de défendre le Portugal contre les agressions de l'Espagne, et de prêter en même temps aux Constitutionnels un appui moral. D'autres, par le simple fait de conserver ces troupes à Lisbonne, donnaient un appui moral très-efficace aux ennemis des nouvelles institutions, qui tombèrent en 1828, et ils ordonnaient même, ou permettaient, que des navires de guerre Britanniques attaquaient à coups de canon les émigrés désarmés, qui sur des bâtiments affrétés par eux se trouvaient déjà dans les eaux de l'île Terceira, où flottait un Pavillon reconnu par l'Angleterre, et où ils voulaient entrer; et quelques-uns de ces émigrés furent tués par ces coups de canon. Enfin d'autres Ministres, pendant la guerre faite en Portugal en 1832, 1833 et 1834, donnèrent des preuves de sympathie pour les défenseurs du système libéral.

Et cependant, dans tout ce temps-là, aucun de ces Ministres Britanniques n'éleva le moindre doute sur la validité des droits de la Couronne de Portugal à la partie de la côte occidentale d'Afrique désignée dans la Charte Constitutionnelle, comme faisant partie de la Monarchie Portugaise.

Il est de fait que Sir Charles Stuart fut porteur de la Charte Constitutionnelle, et que l'administration de Mr. Canning envoya des troupes en Portugal pour la défendre, et ces faits prouvent que le Gouvernement Britannique ne faisait aucune objection à l'article qui considère Cabinde et Molembo comme faisant partie de la Monarchie Portugaise. Ni l'administration du Duc de Wellington, ni celle dont était membre Lord Palmerston, en qualité de Ministre des Affaires Étrangères, n'indiquèrent jamais que ce Gouvernement eût à l'égard des susdits territoires, une opinion différente de celle du Gouvernement Portugais.

Et plusieurs autres faits arrivés en 1836 et dans les années suivantes nous en fournissent de nouvelles preuves.

Dans cette année-là eut lieu le mouvement politique, auquel on a donné le nom de Révolution de Septembre, en conséquence duquel se réunirent des Cortès Constituants, qui discutèrent une nouvelle Constitution; et le 4 Avril 1838, il fut prêté serment par la Reine D. Marie II à cette Constitution, dans laquelle, de même que dans la Charte Constitutionnelle, se trouvent décrits les territoires de Cabinde et de Molembo, comme faisant partie de la Monarchie Portugaise.

Or, la discussion de cette disposition, son adoption à l'unanimité, son insertion dans la nouvelle Constitution, la publication de cette Constitution, qui fut faite avec la plus grande solennité, furent des circonstances qui n'excitèrent pas la moindre réclamation, ni de la part du Ministre Britannique à Lisbonne, ni de la part de son Gouvernement.

Et, pour apprécier avec justesse la cause de ce silence, qui ne pouvait être autre que la conscience du bon droit du Portugal, il faut se rappeler, que ni le Ministre Anglais à Lisbonne, ni son Gouvernement n'avaient aucune sympathie pour le nouvel ordre de choses; et qu'on peut, au contraire, affirmer avec assurance qu'ils y étaient contraires, comme le montra la conduite de ce Ministre et les mouvements de l'escadre Anglaise mouillée dans le Tage, pendant tout le temps que dura la tentative réactionnaire qui eut lieu à Belem dans le commencement du mois de Novembre de 1836, et comme le montrèrent aussi plusieurs faits arrivés ultérieurement, et plusieurs réclamations et exigences du Gouvernement Britannique au Gouvernement Portugais, auxquelles servirent de fondement des motifs plus ou moins plausibles, et plus ou moins spécieux. Et cependant jamais Cabinde et Molembo ne servirent de cause à aucune communication de ce genre de la part du dit Gouvernement; ni même n'en ont servi dans le dix années suivantes, comme le prouvent: 1° La clause convenue en 1838, qui se trouve insérée dans la minute du Traité pour la suppression de la traite des nègres, discutée et approuvée par Lord Howard de Walden et par l'auteur de cet écrit; 2° La note que Lord Aberdeen adressa au Baron de Moncorvo en 1845, ci-dessus citée; 3° La note de Lord Howard de Walden au Comte de Lavradio, signée le 11 Septembre 1846.

Les autres articles de la Charte Constitutionnelle, qui sont transcrits ci-dessus, montrent que le Gouvernement Portugais ne pourrait céder les droits qu'a le Portugal sur les dits territoires, sans y être autorisé par une Loi passée en Cortès avec toutes les formalités constitutionnelles; et ils montrent aussi, que, d'après la législation actuellement en vigueur, il est tenu de considérer ces territoires comme partie intégrante de la Monarchie Portugaise.

SECTION IV.

NOTICES DIVERSES RELATIVES A LA DOMINATION PORTUGAISE,
A LA TRAITE DES NÈGRES, ET AU COMMERCE LICITE SUR LA CÔTE AFRICAINE.
CONSULTATIONS DU CONSEIL D'OUTRE-MER,
PROPOSANT L'OCCUPATION D'AMBRIZ.

Le Gouvernement Portugais n'a pu, pendant quelques années, depuis la Convention de 1817, prêter que peu d'attention à ses possessions Africaines, parce que différentes causes ont exigé que son énergie se dirigeât d'autres côtés. A cette époque la guerre sur la Banda Orientale de la Plata continuait, et les troupes Portugaises avaient occupé Montevideo. A Pernambuco il éclata dans la même année une insurrection, qui, pour être subjuguée, exigea l'emploi de forces considérables. En 1820 eut lieu en Portugal la grande révolution libérale, qui décida le Roi D. Jean VI à transférer, en 1821, de Rio de Janeiro à Lisbonne le siège du Gouvernement Portugais. En 1822, le Brésil se déclara Etat indépendant, et commença la guerre avec la métropole. En 1823, une contre-révolution supplanta les institutions libérales, et les Chefs de cette contre-révolution exécutèrent en 1824 une tentative contre la personne du Roi; mais à la fin l'autorité Royale prévalut. En 1825 se termina la guerre entre le Portugal et le Brésil; et l'indépendance du nouvel Empire fut reconnue. D. Jean VI mourut en 1826. Le 29 Avril de la même année, le Roi D. Pedro IV, son fils et son successeur, decreta à Rio de Janeiro la Charte Constitutionnelle de la Monarchie Portugaise. Vint ensuite une longue guerre civile, qui, à peu d'intervalles près, où l'en put jouir d'un instant de repos, ne finit qu' en 1834; année dans laquelle le système de Gouvernement représentatif obtint un triomphe complet. En 1836, il y eut une nouvelle révolution, qui fut suivie, en 1837, de la guerre civile.

Ce fut seulement en 1838 que le Gouvernement Portugais put s'occuper avec plus d'attention des affaires des colonies. Cette année-là on nomma Gouverneur Général d'Angola le Vice-Amiral Antoine Manuel de Noronha, qui par sa probité et sa capacité méritait toute la confiance du Gouvernement. Il reçut du Ministre de la Marine et d'Outre-mer, charge qu'occupait alors l'auteur de ce Mémoire, des instructions datées du 4 Octobre de la même année, par lesquelles il lui fut ordonné de mettre en exécution, avec la plus grande rigueur le Decret du 10 Decembre 1836, qui avait aboli la Traite des nègres, et, afin d'éviter que ce commerce, étant persécuté à Loanda et à Benguella, fût transféré dans les ports de cette partie de la côte, qui, par la Constitution de la Monarchie, et d'après les Traités, appartient au Portugal, de faire occuper les ports d'Ambriz, du Zaire, de Cabinde et de Molembo, ainsi que celui de Mossâmedes, dans lesquels il établirait des Autorités Portugaises responsables de la persécution de ce commerce, autrement, il ne serait pas possible d'éteindre.

Il fut aussi ordonné à ce Gouverneur Général, de permettre et de protéger dans ces mêmes ports, quand ils seraient occupés, le commerce des Nations Étrangères.

Des circonstances particulières exigèrent le retour du Vice-Amiral en Europe, et quant aux ordres qu'il avait reçus, il ne fut exécuté après son départ que celui de l'occupation de Mossâmedes, où il y a à présent une petite ville européenne, dans le district de laquelle on cultive la canne à sucre et le coton, tandis que la traite des nègres augmenta dans les autres susdits ports, dès qu'elle fut efficacement persécutée à Loanda et à Benguella : et il est bien probable qu'elle y aurait cessé aussi si l'occupation ordonnée, il y a dix-sept ans, s'était effectuée, et que des colonies agricoles existeraient aujourd'hui dans ces lieux.

Les extraits suivants feront voir quel a été l'état des choses par rapport à la traite des nègres à Ambriz et ailleurs dans ces dernières années.

Le 23 Août 1843, le Capitaine J. Foot, Commandant de la station navale britannique, se trouvant à Loanda, écrivait au Président du Conseil du Gouvernement d'Angola :

« J'ai l'honneur d'informer Votre Excellence, que pendant mon séjour à Ambriz, la semaine passée, j'ai appris par des ren-

seignements exacts, qu'il y a, à cinq milles dans l'intérieur de cette baie, trois ou quatre grandes barracons pleins d'esclaves; qu'on n'attend que des navires pour les embarquer, et que quelques Portugais de cette ville y séjournent, et y achètent des esclaves; et que les marchandises nécessaires pour leur achat sont portées, dans des bateaux, de cette ville à Ambriz, directement à ces barracons; de manière que l'observation du nouveau Traité entre nos Gouvernements respectifs au sujet de ce commerce diabolique, se borne à ce que les marchands d'esclaves ont abandonné le territoire immédiat d'Angola pour se transporter dans son voisinage, et que les moyens, pour cet atroce commerce, leur sont fournis de S. Paul de Loanda. Je ne hasarde point d'opinion sur ce lamentable état de choses, les faits parlent d'eux-mêmes. »

Le Conseil du Gouvernement répondit à cette communication le 24 du même mois :

« en assurant néanmoins à Votre Seigneurie que les marchandises pour le dit commerce, si elles existent dans cet endroit-là, ne partent pas de cette ville, mais y sont directement importées par des bâtiments Anglais, Américains, et autres que des Portugais; et qu'au contraire il arrive souvent qu'elles sont apportées de là dans ce port. »

Et le Conseil, dans une autre dépêche au même Commandant en date du 29 Août, ajoute :

« Quant à la seconde partie de la dépêche de Votre Seigneurie, relative à l'exportation de marchandises de cette ville pour Ambriz, nous devons déclarer que dans notre dépêche antérieure à celle-ci sur cet objet nous avons voulu, et nous y insistons encore, faire connaître à V. S. que, si l'on y fait la traite des nègres, on y emploie le plus souvent des marchandises importées directement d'Angleterre, de France et d'Amérique; sans que nous prétendissions nier qu'il en soit exporté d'ici clandestinement, et même légitimement, tant qu'il n'est point défendu par la loi d'en accorder l'expédition.

Le 22 Mars 1847, à la prière du Gouvernement Britannique, le Ministre de la Marine ordonna au Commandant de la station navale d'Angola de détruire promptement les barracons qui existaient sur la côte d'Afrique, et que les Commandants des bâtiments de la croisière Anglaise lui indiqueraient officiellement,

comme destinées à la traite des nègres, une fois que ceux qui seraient chargés de détruire ces barracons, et qui devraient toujours être des Portugais, y trouvaient des esclaves, ou des objets évidemment destinés à ce commerce.

Le 1^{er} Juillet suivant le Ministre de la Marine réitéra cet ordre, enjoignant aussi de mettre promptement en liberté les esclaves qui seraient trouvés dans les dits barracons.

En 1848 le Commandant de la station navale Portugaise d'Angola, à la prière du Commodore Britannique de la station respective, alla à Ambriz où il débarqua et brûla plusieurs barracons, où il trouva des chaînes avec des colliers de fer, et autres objets qui servent pour le commerce des esclaves : il brûla plusieurs autres barracons sur différents points de la côte, et dans une autre située à deux milles au Sud-Ouest d'Ambriz on trouva à la chaîne plusieurs esclaves, qui furent conduits à bord des navires Portugais pour être mis en liberté; et dans d'autres de ces dépôts on trouva des pipes d'eau, et autres objets nécessaires à bord des navires négriers; mais on en avait retiré les esclaves avant l'arrivée des équipages Portugais.

Le 25 Juillet de la même année, le Ministre Britannique à Lisbonne, à l'occasion d'un bateau à vapeur Brésilien, qui, à Mayumba (Côte Occidentale d'Afrique), avait chargé 800 esclaves, dit au Gouvernement Portugais que l'Escadre Anglaise se prêtera de bon gré à coopérer à toutes les expéditions que l'on prétendra faire, dans le but de détruire les dépôts d'esclaves existants à Ambriz, ou pour éviter qu'il en soit établi de nouveaux.

Le Commodore Hotham, Chef de l'escadre Britannique de la Côte d'Afrique, écrivait, le 18 Décembre 1848, au Gouverneur Général d'Angola :

« Le Gouvernement de Sa Majesté (Britannique) sait que les principaux dépôts pour la traite des nègres existent à Mossulo et à Ambriz... Je ne fais donc que remplir mon devoir en priant Votre Excellence de prendre les mesures convenables pour la destruction des barracons, et l'affranchissement complet des esclaves qu'ils contiennent; et j'ai reçu spécialement l'ordre d'offrir à Votre Excellence les services d'escadre Britannique à cet effet. » (1)

(1) Slave Trade — Correspondance — Class A = 1850.

Le Commodore donna ordre en même temps au Commandant Wood, porteur de cette dépêche, d'exprimer au Gouverneur Général son désir sincère d'obtenir la permission de prendre part à toute opération destinée à la destruction de ces barracons.

Le Gouverneur Général d'Angola annonça au Ministre de la Marine et d'Outre-mer, en date du 19 Décembre 1849 « qu'il avait appris extra-officiellement, que les nègres d'Ambriz avaient brûlé le 25 du mois précédent le magasin appartenant à la maison de Hatton et Cookson de Liverpool, dont était facteur le Sujet Britannique A. Perry, qui faisait le commerce licite, et qui dans cet incendie avait perdu une grande quantité d'ivoire et de marchandises, dont on calculait la valeur à 3:000 livres sterling. »

Le même Gouverneur Général annonça le 29 Janvier 1850, que cet événement avait donné lieu à ce que des navires de guerre Portugais et Anglais allassent à Ambriz, et que ceux-ci avaient obligé les Roitelets à indemniser la maison qui avait été lésée, en exemptant du paiement des droits de déchargement, qu'on y appelle *Coutumes*, un certain nombre de navires appartenants à la dite maison; et que le Commandant de la station navale Portugaise, voulant assurer les propriétés des Sujets Portugais qui s'y trouvent établis, et qui y font le commerce licite, avait porté les chefs des Roitelets d'Ambriz à déclarer, au nom de ces mêmes Roitelets, qu'ils se considéraient vassaux de Sa Majesté la Reine, et qu'ils continueraient à traiter, comme ils l'avaient fait jusqu'alors, les Portugais.

Le Ministre des Affaires Étrangères, écrivant à celui de la Marine et d'Outre-mer, le 23 Février 1850, lui disait que le Consul de S. M. B. à Lisbonne lui avait communiqué le contenu de la dépêche du Vice-Consul à Loanda, où il annonçait en détail l'incendie des deux magasins à Ambriz avec les marchandises appartenantes à une maison de Liverpool, dommage que l'on évaluait à 10:000 livres sterling, quoique l'établissement de ces magasins eût été permis par les Roitelets du pays; il ajoutait que trois navires de guerre y étant allés, avaient menacé les Roitelets d'un blocus, et avaient à la fin négocié l'admission de dix charges de marchandises adressées à la susdite maison, franchises de droits, qui ne montaient pas, dit la dépêche du Consul, d'après ce qui était établi, au-delà de 200 livres; et que cette condition,

quoique très inférieure au préjudice calculé, avait été promptement acceptée par cette maison; et qu'il avait été célébré une convention entre trois Roitelets, le Commandant de la force Britannique, et les chefs des maisons Anglaises qui y sont établies; il ajoute enfin que lui-même, Vice-Consul, avait été très étonné de ce qui s'était passé, comme d'un attentat à ce qui était dû à la Couronne de Portugal.

Le Capitaine E. Wilmot, Commandant de la Division du Sud de la station navale Anglaise sur la Côte Africaine, dans une lettre imprimée, datée du fleuve du Congo, le 19 Janvier 1853, et adressée à Lord Palmerston, Secrétaire d'État des Affaires Étrangères, où il est question de l'état présent de la Traite des nègres, fait quelques observations au sujet des Traités avec les Roitelets de la Côte Africaine pour la suppression de la Traite, et dit :

« Qu'ils signeront le papier quand ils trouveront quelque intérêt à le faire, mais pas sans cela; excepté si l'on emploie la force, et si l'on bloque strictement toute la ligne de la côte dans le sens rigoureux de ce mot; qu'un étroit blocus serait le moyen d'effectuer cet objet, vû que les nègres de ce pays-là sont habitués aux denrées et aux manufactures de l'Europe, sans lesquelles ils ne sauraient vivre; que les négociants Européens, qui ont leurs agents sur cette côte en souffriraient, mais que ce sont eux qui soutiennent indirectement la traite des nègres; que l'Américain, de même que l'Anglais, fournit toutes les denrées dont le Chef nègre a besoin quand il veut vendre ses esclaves, et que, quoique à Ambriz, à Loango et dans un ou deux autres endroits, il se fasse un grand commerce en ivoire, en gomme, en cire, en orseille, etc. on ne peut toutefois se dissimuler, que l'homme blanc établi dans ce pays est en faveur de la traite, et n'ose rien dire, lors même que les esclaves sont embarqués en sa présence; que de fait, plus la traite des nègres est active, plus il en tire de profit, puisque l'argent donné en échange d'esclaves, revient à sa factorerie en échange de denrées de toute espèce. »

Il dit encore « que le pavillon américain est employé pour le plus vil objet; — qu'il arrive sur la côte d'Afrique des bâtiments de la Havane, de Baltimore, de la Nouvelle-Orléans, avec le pavillon américain, des papiers américains, des Capitaines et des équipages américains, et qu'il y en a très peu qui apportent un charge-

ment;—qu'ils sont destinés pour la traite des nègres, et qu'ils l'avouent ouvertement, quand ils arrivent sur cette côte;—qu'ils tiennent tout prêt pour l'embarquement des esclaves;—qu'ils portent jusqu'à des planches pour faire un pont pour l'arrangement des esclaves à bord, ce que l'on reconnaît exactement lorsqu'on leur fait la visite des papiers de bord;—que les croisières Anglaises n'ont pas l'autorité d'y faire la fouille, ni de saisir ces navires, quoiqu'ils sachent, puisque les Américains le disent eux-mêmes aux Officiers Anglais, qu'ils vont être vendus, en indiquant même le prix de la vente; et que malgré cela les dites croisières ne peuvent rien faire tant que le pavillon américain flotte sur leurs mâts, et tant que les papiers américains qu'ils présentent sont en bonne forme;—que tout se conserve dans cet ordre jusqu'au dernier moment;—que, quand ils croient que l'occasion est arrivée de changer de maîtres, parce que les croisières ne sont point en vue, et qu'il n'est pas probable qu'elles puissent entraver leurs opérations, la vente se fait; le nouveau capitaine et le nouvel équipage vont à bord, le pavillon américain est amené et détruit avec les papiers, et le navire cesse de jouir de la protection américaine, reste probablement sans aucun pavillon, et met à la voile avec sa cargaison vivante, comptant sur sa bonne fortune pour arriver sain et sauf à l'endroit où les esclaves sont consignés; et enfin, que le Capitaine américain se moque (des Officiers) des croisières, en disant—qu'ils le touchent, s'ils l'osent. »=

Et le Capitaine Wilmot s'écrie avec raison: «Voilà un navire négrier sous notre artillerie, mais nous ne pouvons le saisir, ni même ouvrir ses écoutilles!»

Il dit ensuite que sous ce pavillon la traite des nègres est encore considérable sur cette côte, et que cela continuera jusqu'à ce que le Gouvernement Américain juge à propos de prendre cette cause à cœur avec le même esprit et la même activité que l'Angleterre l'a prise, et donne aux croisières britanniques la permission de retenir les navires suspects et de les envoyer aux Etats-Unis.»

Il dit encore: «Que les Américains retirent tout d'une fois toutes leurs croisières, et qu'ils nous permettent d'agir à leur place, s'en reposant sur l'honneur britannique.»

Et il ajoute que les Officiers choisis pour commander les croi-

sières américaines sont des hommes des Etats du Sud de l'Union, qui ne sont pas contraires à l'esclavage.

Le Capitaine Wilmot, en parlant spécialement de cette partie de la côte, qui s'étend depuis le Cap de Lopo Gonçalves, jusqu'à la baie de Mossamedes, c'est-à-dire, depuis 36 minutes, jusqu'à 15 degrés, 12 minutes de latitude Sud, dit : « Que, en 1853, il y avait à peine trois bricks et un bateau à vapeur dans la station navale Anglaise, destinée à garder contre la traite des nègres cette ligne de côte, qui a près de mille milles d'étendue, tandis que pour ce service il faudrait neuf navires, dont quatre à vapeur. » Et enfin il dit, que si le nombre des bâtiments de l'escadre était diminué, toute la Côte Occidentale d'Afrique serait fréquentée par les navires négriers, ce que l'on ne pourrait éviter ; car tant qu'il y aura la plus légère probabilité de pouvoir faire la traite des nègres, l'homme blanc agira de concert avec l'homme noir, pour rendre vains tous nos efforts. »

Nous allons maintenant rapporter des faits d'un autre genre.

Depuis la fin de 1852, si même cela n'a pas eu lieu antérieurement à cette année, quelques Commandants de navires de guerre Anglais ont tâché de faire des Traités avec les Roitelets d'Ambriz, de Cabinde, et d'autres endroits de cette partie de la Côte, sur laquelle la Couronne de Portugal a des droits, qui ont été reconnus par l'Angleterre.

Ces tentatives, réitérés avec grand empressement, ont été sans résultat près des Roitelets.

Le 24 Janvier 1854, le Capitaine Wilmot, le même dont nous avons parlé ci-dessus, alla à Cabinde, et s'adressant au Mambuco, Chef principal du port, et délégué du Roi, qui réside dans l'intérieur du pays, exigea que lui et les d'autres Chefs signassent un Traité pour la suppression de la traite des nègres, et pour d'autres effets. Ces Chefs refusèrent de signer, malgré les offres et les menaces qui leur furent faites. Le Capitaine Wilmot se retira alors : mais il y retourna le 10 Février suivant, et il paraît qu'il obtint que le Mambuco, qui ne savait ni lire ni écrire, fit une croix sur le papier, qu'on lui présenta ; et c'est ce papier que le Capitaine appelle un Traité.

Aussitôt que cet Officier fut parti du port, le Roi de Cabinde, e Mambuco lui-même, le Gouverneur de Porto Rico, peuplade

située dans la baie de Cabinde, et les autres Chefs, envoyèrent quelques-uns des leurs à Loanda, avec un message pour le Gouverneur Général, lui faisant part de ce qui était arrivé, et déclarant qu'eux et leurs peuples ne reconnaissaient que la souveraineté de la Couronne de Portugal, comme leurs ancêtres l'avaient fait.

Ils dirent aussi que le Capitaine Wilmot avait obtenu que le Mambuco fit une croix sur le papier qu'il lui avait présenté, après l'avoir énié avec de l'eau-de-vie. Mais cette dernière assertion a été ultérieurement nié par le Capitaine Wilmot.

Le Bulletin Officiel d'Angola du 5 Mars 1853, rapporte les nouvelles de ces occurrences.

Le Gouverneur Général écrivit au Commandant naval Anglais, se plaignant que de tels actes, qui étaient un empiétement sur les droits de la Couronne de Portugal, eussent été pratiqués. Il envoya aussi des navires de guerre Portugais aux ports d'Ambriz et de Cabinde, où ils trouvèrent, à leur arrivée, le pavillon Portugais arboré par les Roitelets respectifs.

Quant au prétendu Traité, il en sera parlé plus avant.

Le 1.^{er} Avril 1853 l'Amiral de la station navale Anglaise sur la Côte Occidental d'Afrique écrivait de Loanda à l'Amirauté: « On dit que quand le *Silenus* chargea à Ambriz 600 esclaves, dans le mois de Février dernier, une chaloupe appartenante à Mr. Félix Walker, Sujet Britannique, qui y réside, en qualité d'agent de Mrs. Hatton et Cookson, de Liverpool, fut un des bateaux employés dans cette occasion au transport des esclaves à bord de ce navire. »

Ce n'est pas seulement sur les côtes d'Afrique qui appartiennent au Portugal, que la traite des nègres a continué jusqu'à présent; puisque la même chose est arrivée dans beaucoup d'autres endroits, y compris ceux où l'action des Autorités Britanniques a été la plus constante, et a pu le plus facilement être exercée.

Quelques extraits de la Correspondance relative à la traite des nègres, présentée par le Gouvernement Britannique au Parlement en 1850 et 1854, suffiront pour le démontrer.

Le Commodore Hotham écrivait de Sierra Leone à l'Amirauté en Février de 1849: « Que sur la Rivière de Gallinhas et à Sherbro on continuait à faire la traite des nègres; qu'il avait fait débar-

sières américaines sont des hommes des Etats du Sud de l'Union, qui ne sont pas contraires à l'esclavage.

Le Capitaine Wilmot, en parlant spécialement de cette partie de la côte, qui s'étend depuis le Cap de Lopo Gonçalves, jusqu'à la baie de Mossamedes, c'est-à-dire, depuis 36 minutes, jusqu'à 15 degrés, 12 minutes de latitude Sud, dit : « Que, en 1853, il y avait à peine trois bricks et un bateau à vapeur dans la station navale Anglaise, destinée à garder contre la traite des nègres cette ligne de côte, qui a près de mille milles d'étendue, tandis que pour ce service il faudrait neuf navires, dont quatre à vapeur. » Et enfin il dit, que si le nombre des bâtiments de l'escadre était diminué, toute la Côte Occidentale d'Afrique serait fréquentée par les navires négriers, ce que l'on ne pourrait éviter; car tant qu'il y aura la plus légère probabilité de pouvoir faire la traite des nègres, l'homme blanc agira de concert avec l'homme noir, pour rendre vains tous nos efforts. »

Nous allons maintenant rapporter des faits d'un autre genre.

Depuis la fin de 1852, si même cela n'a pas eu lieu antérieurement à cette année, quelques Commandants de navires de guerre Anglais ont tâché de faire des Traités avec les Roitelets d'Ambriz, de Cabinde, et d'autres endroits de cette partie de la Côte, sur laquelle la Couronne de Portugal a des droits, qui ont été reconnus par l'Angleterre.

Ces tentatives, réitérés avec grand empressement, ont été sans résultat près des Roitelets.

Le 24 Janvier 1854, le Capitaine Wilmot, le même dont nous avons parlé ci-dessus, alla à Cabinde, et s'adressant au Mambuco, Chef principal du port, et délégué du Roi, qui réside dans l'intérieur du pays, exigea que lui et les d'autres Chefs signassent un Traité pour la suppression de la traite des nègres, et pour d'autres effets. Ces Chefs refusèrent de signer, malgré les offres et les menaces qui leur furent faites. Le Capitaine Wilmot se retira alors : mais il y retourna le 10 Février suivant, et il paraît qu'il obtint que le Mambuco, qui ne savait ni lire ni écrire, fit une croix sur le papier, qu'on lui présenta; et c'est ce papier que le Capitaine appelle un Traité.

Aussitôt que cet Officier fut parti du port, le Roi de Cabinde, e Mambuco lui-même, le Gouverneur de Porto Rico, peuplade

située dans la baie de Cabinde, et les autres Chefs, envoyèrent quelques-uns des leurs à Loanda, avec un message pour le Gouverneur Général, lui faisant part de ce qui était arrivé, et déclarant qu'eux et leurs peuples ne reconnaissaient que la souveraineté de la Couronne de Portugal, comme leurs ancêtres l'avaient fait.

Ils dirent aussi que le Capitaine Wilmot avait obtenu que le Mambuco fit une croix sur le papier qu'il lui avait présenté, après l'avoir énié avec de l'eau-de-vie. Mais cette dernière assertion a été ultérieurement nié par le Capitaine Wilmot.

Le Bulletin Officiel d'Angola du 5 Mars 1853, rapporte les nouvelles de ces occurrences.

Le Gouverneur Général écrivit au Commandant naval Anglais, se plaignant que de tels actes, qui étaient un empiétement sur les droits de la Couronne de Portugal, eussent été pratiqués. Il envoya aussi des navires de guerre Portugais aux ports d'Ambriz et de Cabinde, où ils trouvèrent, à leur arrivée, le pavillon Portugais arboré par les Roitelets respectifs.

Quant au prétendu Traité, il en sera parlé plus avant.

Le 1.^{er} Avril 1853 l'Amiral de la station navale Anglaise sur la Côte Occidentale d'Afrique écrivait de Loanda à l'Amirauté: « On dit que quand le *Silenus* chargea à Ambriz 600 esclaves, dans le mois de Février dernier, une chaloupe appartenante à Mr. Félix Walker, Sujet Britannique, qui y réside, en qualité d'agent de Mrs. Hatton et Cookson, de Liverpool, fut un des bateaux employés dans cette occasion au transport des esclaves à bord de ce navire. »

Ce n'est pas seulement sur les côtes d'Afrique qui appartiennent au Portugal, que la traite des nègres a continué jusqu'à présent; puisque la même chose est arrivée dans beaucoup d'autres endroits, y compris ceux où l'action des Autorités Britanniques a été la plus constante, et a pu le plus facilement être exercée.

Quelques extraits de la Correspondance relative à la traite des nègres, présentée par le Gouvernement Britannique au Parlement en 1850 et 1854, suffiront pour le démontrer.

Le Commodore Hotham écrivait de Sierra Leone à l'Amirauté en Février de 1849: « Que sur la Rivière de Gallinhas et à Sherbro on continuait à faire la traite des nègres; qu'il avait fait débar-

quer 300 hommes sur la rive de ce fleuve, et y avait fait brûler plusieurs barracons; et qu'ensuite il avait bloqué la côte qui y correspond. »

Le 4 Mars suivant, le Commodore Fanshawe écrivait à l'Amirauté: « Qu'il avait des raisons que le portaient à croire que des facteurs espagnols s'occupaient à réunir des esclaves dans certains endroits au Nord de Sierra Leone. »

Dans une dépêche du Juge Commissaire de la Commission Mixte de Sierra Leone, datée du 12 Janvier 1854, et adressée au Comte de Clarendon, on lit :

« Que sur le Rio Pongo il avait été pris en 1853 deux navires négriers; que du port de Sherbro on avait chassé dans la même année plusieurs marchands d'esclaves, qui déjà antérieurement avaient été renvoyés pour le même motif de la rivière de Gallinhas. »

Encore dans la présente année de 1855, le navire de guerre Anglais Ferret a pris, sur le Rio Pongo, un brick qui se préparait à charger des esclaves; et sur la côte même de la Colonie de Sierra Leone, à cinq milles de la ville de Freetown, qui en est la capitale, on saisit plus de quarante esclaves qui étaient destinés pour la traite. (1)

Il faut savoir que le Rio Pongo est à peine à la distance de cinq ou six heures de navigation des îles de Loss (2); et la rivière de Gallinhas à un peu plus de distance des îles des Bananes, et que toutes ces îles sont des dépendances de Sierra Leone, et que la dernière de ces rivières est considérée par quelques écrivains Anglais comme appartenant à cette colonie. Sherbro est situé à un peu plus d'un degré de latitude de Freetown.

Or, ce que les fonctionnaires Britanniques disaient en 1849 et en 1853, relativement à la traite des nègres faite sur le Rio Pongo et la rivière de Gallinhas, est exactement ce que d'autres fonctionnaires Anglais avaient dit, relativement à ces mêmes rivières en 1838, comme on peut le voir dans la Correspondance présentée au Parlement en 1839; en sorte que la traite des nè-

(1) Slave Trade. Correspondence. 1855.

(2) Îles de Loss est la transformation que les Anglais ont fait du nom que les Portugais ont donné à ces îles, le quel est:—Ilhas dos Idolos—Îles des Idoles. De même ils ont fait Cape Coast du nom portugais Cabo Corso: et ainsi d'un grand nombre d'autres noms.

gres, dans ces ports, qui sont voisins de Sierra Leone, se continuait encore en 1855, comme dix sept ans auparavant.

La même Correspondance constate que sur la Côte de Mina, la traite des nègres a continué. Dans le volume cité ci-dessus, il se trouve une dépêche du Consul Anglais dans le port de Lagoa (ou Lagos des Cartes anglaises) adressée à Lord Clarendon, en date du 30 Juillet 1853, où il lui dit que, dans le mois de Juin précédent, il est sorti du port d'Aghwey trois navires avec 350 esclaves chacun.

Le 6 Septembre de la même année ce même Consul dit, que dans le mois de Mai précédent un autre navire était parti du port d'Aghwey avec 654 esclaves.

Le Consul Anglais à Fernando Pó, dans une dépêche adressée au même ministre, en date du 29 Mars 1853, dit que dans le Nouveau Calabar il avait été pris une goelette destinée à la traite des nègres; et le 6 Avril suivant il annonçait qu'un bâtiment américain avait pris à son bord une cargaison d'esclaves dans le voisinage de Popo.

Il faut se rappeler que sur cette Côte l'Angleterre a la forteresse de Cape Coast, et plusieurs autres; qu'elle domine effectivement dans l'île de Fernando Pó, et qu'elle exerce, de fait, une espèce de Protectorat sur les Roitelets de ce littoral. Que dans les ports de cette Côte il existe un grand nombre de négociants Anglais, dont le principal commerce est l'huile de palmier, et qu'elle est fréquentée par un grand nombre de navires de la croisière Anglaise, dont les Commandants ont obtenu des Roitelets du pays des signatures, qui sont de simples croix, sur des papiers, que ces Commandants appellent des Traités, et où les Roitelets promettent l'abolition de la traite des nègres. Et que, malgré toutes ces circonstances, cette traite continue à s'y faire.

On trouve aussi dans la susdite Correspondance, que la traite a continué avec plus ou moins d'activité sur la côte située au Nord de Loanda, et que à Ambriz il y avait des factoreries pour cet effet.

De tout ce qui a été dit, et de ce que l'on pourrait dire encore, si cela ne devenait trop long, il résulte: que la traite des nègres a été faite avec plus ou moins d'activité pendant ces dernières années, sur une grande partie de la Côte Occidentale d'Afrique: que dans des endroits voisins de la colonie de Sierra Leo-

ne elle a continué à se faire, et que la même chose est arrivée dans le voisinage des établissements Anglais de la Côte de Mina, depuis le Cape Coast jusqu'à Fernando Pó, ainsi qu' à Ambriz et sur quelques points de la côte au Nord et au Sud de Loanda; et qu'elle a été faite malgré les croisières, malgré les Traités faits avec les Roitelets nègres, et malgré le développement qu'a eu le commerce licite sur toute la Côte.

Il est également certain que rien ne constate, que dans les ports de la Côte où il existe des Autorités portugaises ou anglaises, la traite ait été faite dans ces dernières années.

Voilà la vérité. Et s'il n'y a pas lieu à faire des récriminations au Gouvernement Anglais au sujet de la traite faite sur le Rio Pongo, à Sherbro, et sur la rivière de Gallinhas, lieux situés dans la proximité de Sierra Leone, il n'y a pas lieu non plus à faire des récriminations au Gouvernement Portugais au sujet de la traite faite à Ambriz et sur quelques points de la côte d'Angola.

La conclusion de tout ce qui vient d'être exposé est que, tant qu'existeront les marchés des Antilles Espagnoles, ils seront approvisionnés d'esclaves d'Afrique, et que tant qu'ils s'y vendront à haut prix, il sera aussi impossible de mettre un terme à cette contrebande, qu'il a été impossible de mettre un terme à la contrebande qui s'est faite, et qui se fait encore, entre la France et l'Angleterre, malgré les systèmes rigoureux de surveillance, et le grand nombre de douaniers qu'il y a dans ces deux pays.

La seul moyen qu'il y a de mettre un terme à la traite des nègres sur la côte Occidentale d'Afrique, consiste à faire disparaître les marchés de Cuba et de Porto Rico. Et le Gouvernement Britannique ferait un grand acte d'humanité et d'économie, s'il appliquait l'argent qu'il dépense pour empêcher la traite, à obtenir de l'Espagne l'abolition complète de ces marchés.

A la vue de ces faits, le Conseil d'Outre-mer, dans sa consultation du 5 Avril 1853, disait au Gouvernement :

« Un des devoirs imposés à ce Conseil par le Decret de sa création est de veiller à l'exécution des lois, qui défendent la traite des nègres dans les colonies Portugaises. »

« Le Conseil est informé que parmi les ports voisins de Loanda c'est dans celui d'Ambriz que cette traite se fait sur une plus grande échelle. Il n'y existe pas d'Autorités Portugaises qui s'y

opposent; c'est pourquoi les agents de cette contrebande ont afflué dans ce port, et ont établi dans l'intérieur à deux ou trois lieues leurs dépôts d'esclaves, afin de les soustraire à la vigilance des croisières. Il est certainement du devoir du Gouvernement Portugais d'employer tous ses efforts à mettre un terme à cet infâme commerce, non seulement parce que l'accomplissement du Traité du 3 Juillet 1842 célébré avec la Grande Bretagne l'exige, mais parce que l'exécution de nos lois actuelles ne l'exige pas moins. »

Dans une Consultation du 14 Juillet 1854, il disait qu'il était urgent:

« De faire occuper au plus tôt, par une force Portugaise, le port d'Ambriz, mesure indispensable pour éviter que les négociants établis à Loanda continuent à y faire l'embarquement d'esclaves, et par la nécessité qu'il y a pour Angola, que ce marché principal d'esclaves cesse d'exister dans le voisinage de sa capitale. »

Dans une Consultation du 20 Octobre 1854, le Conseil insistait à ce que l'occupation d'Ambriz eût aussitôt lieu, et recommandait au Gouvernement d'ordonner dans ses instructions qu'il fût exercé la plus grande sévérité dans ce port contre la traite des nègres, qui devait être persécutée de toutes les manières possibles.

Le Conseil, tant dans sa consultation du 5 Avril 1853, que dans celles du 14 Juillet et du 20 Octobre 1854, proposait qu'il fut donné au commerce de toutes les nations dans le port d'Ambriz, la plus grande protection de la part des Autorités Portugaises.

On ne saurait douter qu'une des mesures les plus efficaces pour empêcher la traite des nègres, ne consiste à établir des autorités, accompagnées d'une force suffisante pour faire la police, dans les ports, où la traite a continué à avoir lieu; et à rendre ces autorités responsables.

L'avantage de ce système vient de ce que, par la connaissance que ces autorités acquièrent du pays, et par leur séjour effectif sur les lieux, elles peuvent empêcher que les agents de ce commerce ne s'y établissent; que les nègres esclaves ne soient retenus pour l'embarquement dans des dépôts situés à des distances considérables de la côte, et que les navires ne reçoivent des cargaisons d'esclaves, puisque, comme autorités locales, elles ont

le droit d'exercer la police dans les ports; et qu'ainsi les navires sous pavillon américain pourront être examinés, et même saisis, s'ils se trouvent compris dans les dispositions du Decret du 10 Décembre 1836; ce qui aujourd'hui n'arrive pas, parce que les croisières Portugaises s'abstiennent de les visiter dans les ports et sur les mers, dont le Portugal réclame la domination, mais dont le Gouvernement Anglais prétend, depuis 1846, méconnaître les droits.

Ainsi, tandis que les bâtiments des croisières ne paraissent qu'accidentellement dans ces ports, et ne peuvent empêcher que la traite des nègres se fasse sur des navires américains, tandis que les esclaves qui y sont réunis pour l'embarquement sont rapidement transférés dans l'intérieur du pays, dès qu'on aperçoit quelque navire des croisières; tandis que les Roitelets, avec qui les Commandants Anglais sont convenus de la défense de la traite, ne donnent aucune exécution à ces conventions toutes les fois qu'ils peuvent impunément tirer profit de l'infraction à leurs promesses: la même chose n'arrivera pas, quand dans ces ports résideront des autorités vigilantes, actives et responsables de tout embarquement d'esclaves qui s'y fera. Ce n'est que par ce moyen que la traite peut être abolie dans certains endroits, tant que les marchés des Antilles continueront à subsister.

L'établissement d'autorités Portugaises dans ces ports d'Afrique, où la traite des nègres se fait depuis longtemps, et où elle continue encore plus ou moins à se faire; aura en outre l'avantage de protéger dans ces mêmes ports le commerce licite de toutes les nations, dont le développement sera aussi un des moyens les plus efficaces de supprimer la traite; car les nègres pourront par ce commerce obtenir les marchandises d'Europe auxquelles ils sont habitués, et dont ils se sont jusqu'à présent approvisionnés en échange d'esclaves.

Ayant en vue ces circonstances, le Gouvernement Portugais a pris, dans ces dernières années différentes mesures pour parvenir simultanément à ces deux fins: l'une d'elles est l'occupation de quelques uns de ces ports des colonies qui se trouvaient sans garnisons; mais il a ordonné en même temps que les principaux d'entre eux resteraient toujours ouverts au commerce de toutes les nations. C'est ce que l'on a fait dans le port d'Ambriz.

SECTION V.

QUESTION SUSCITÉE PAR LE GOUVERNEMENT ANGLAIS EN 1846,
SUR L'INTELLIGENCE DES TRAITÉS.
EXAMEN DE CETTE QUESTION.

Par ce qui a été dit dans la section précédente on voit que le Gouvernement Britannique dans le long espace de plus de trente six ans, qui s'est écoulé depuis le mois de Février de 1810, jusqu'en Novembre de 1846, a toujours été d'accord avec le Gouvernement Portugais, à considérer les territoires de Cabinde et de Molembo comme étant de droit sujets à la souveraineté de la Couronne de Portugal.

Nous allons maintenant présenter, par ordre de dates, des extraits des notes du Gouvernement Britannique, qui contiennent les raisons qu'il a exposées à l'appui de la nouvelle intelligence qu'il a prétendu donner aux Traités, et d'où il tire la conséquence qu'il n'avait pas reconnu les droits de la Couronne de Portugal sur les territoires de la Côte Occidentale d'Afrique, compris entre le 3.^e degré 12 minutes et le 8.^e degré de latitude australe; et nous tâcherons de démontrer que ses arguments ne sauraient être soutenus.

Le 24 Novembre 1846, Mr. Southern, qui était alors Chargé d'Affaires d'Angleterre à Lisbonne, dans une note qu'il adressa au Ministre des Affaires Etrangères, parle d'un navire Brésilien complètement équipé pour la traite des nègres, qui avait été pris par la Corvette de guerre Portugaise *Urania*, dans le mois de Février de la même année, ayant été rencontré à 25 milles au Nord d'Ambriz; et qui, conduit à Loanda, y avait été déclaré bonne prise par le Tribunal respectif Portugais, pour avoir été trouvé employé à la traite des nègres, en dedans des limites de la juridiction du Portugal, et en contrevention aux lois portugaises; et continue ainsi:

« Quant à l'article 2.^e de la Convention du 28 Juillet 1817, additionnel au Traité du 22 Janvier 1815 entre la Grande-Breta-

gne et le Portugal pour l'empêchement de la traite illicite des nègres, Votre Excellence observera que, relativement à la Côte Occidentale d'Afrique, les territoires décrits comme possédés par la Couronne de Portugal s'étendent depuis le 8.^o degré jusqu'au 18.^o degré de latitude méridionale; mais que quant à la partie de la Côte, depuis 5 degrés 12 minutes jusqu'à 8 degrés de latitude Sud, et nommément les territoires de Molembo et de Cabinde, Sa Majesté Très Fidèle a déclaré qu'elle réservait ses droits. On voit donc, que, tandis que les droits du Portugal à la souveraineté exclusive et à la juridiction depuis le 8.^o jusqu'au 18.^o degré de latitude méridionale ont été entièrement reconnus par le Gouvernement Britannique, son droit, depuis 5 degrés 12 minutes jusqu'à 8 degrés de latitude méridionale n'a pas été reconnu. »—Et il ajoute: « Comme le navire Brésilien a été pris à 25 milles au Nord du 8.^o degré de latitude Sud, et condamné comme se trouvant dans les eaux Portugaises, j'ai des instructions qui m'ordonnent de communiquer à Votre Excellence, que s'il arrive qu'un navire de la croisière Portugaise vienne à prendre, dans des circonstances semblables, un bâtiment Anglais, le Gouvernement de Sa^e Majesté (Britannique) ne pourra permettre qu'il soit condamné par aucun Tribunal Portugais, mais qu'il demandera qu'il soit traité conformément aux stipulations du Traité de 1842. »

Il ajoute encore: « Qu'il a eu des instructions pour faire cette exposition au Gouvernement de Sa Majesté-Très-Fidèle, et que cette exposition est fondée sur la crainte que, si cette décision, qui indique la prétention à une possession territoriale exclusive, passait inaperçue, elle pourrait porter atteinte au droit, qu'il est important au Gouvernement de S. M. de maintenir dans l'intérêt du commerce, d'une communication non restreinte (unrestricted intercourse) dans cette partie de la côte occidentale d'Afrique située entre le 5.^o degré 12 minutes et le 8.^o degré de latitude méridionale. »

Dans une note datée du 30 Novembre 1846, adressée par Lord Palmerston, Ministre des Affaires Etrangères de Sa Majesté Britannique, au Baron de Moncorvo, Ministre Plénipotentiaire de Portugal à Londres, il est dit:

« Les Commissaires Britanniques (Membres de la Commission Mixte à Loanda) ont exposé leur crainte, que, si le Portugal for-

çait (forced) des droits de souveraineté sur ce territoire (depuis le 5.° degré 12 minutes jusqu'au 8.° degré de latitude méridionale) cela tendrait de sa part à s'ingérer dans la communication entre les négociants Britanniques et ces nations, avec lesquelles ils font maintenant leur commerce sans payer aucuns droits au Gouvernement Portugais. — L'arrêt du Tribunal Portugais de Loanda (du brick *Boa-União*, pris par un navire de la croisière Portugaise, dans la latitude méridionale de 7 degrés 36 minutes, et déclaré bonne prise, en qualité de négrier) indique une prétention de possession territoriale exclusive, qui peut porter atteinte au droit, qu'il est important au Gouvernement de Sa Majesté de maintenir, de communication non restreinte avec cette partie de la côte occidentale d'Afrique, qui s'étend entre 5 degrés 12 minutes et 8 degrés de latitude méridionale. — D'après le Traité de 1817, Molemo est le point extrême septentrional de la prétention Portugaise de Souveraineté non reconnue effectivement (actually) par la Grande Bretagne, mais à laquelle le Portugal déclare qu'il réserve ses droits, et Ambriz est le point extrême septentrional reconnu par la Grande Bretagne. »

Dans une note de Sir Hamilton Seymour, Ministre Plénipotentiaire de Sa Majesté Britannique à Lisbonne, datée du 9 Novembre 1850, et adressée au Ministre Portugais des Affaires Etrangères, on lit :

« Pour ce qui a rapport à la situation d'Ambriz, il paraît y avoir eu beaucoup d'ignorance en 1817, et encore longtemps après; et un document, que j'ai sous les yeux constate, que ce ne fut que vers la fin de 1847, que le Vicomte Palmerston apprit, par les Commissaires de S. M. à Loanda, qu'Ambriz est situé au Nord de cette partie de la côte, dont la Souveraineté fut admise par le Traité, comme appartenante à la Couronne Portugaise. (1) Il est donc évident qu'une expression employée par un Ministre de S. M. dans sa correspondance avec une Mission Etrangère, et

(1) Cette ignorance qu'on allègue n'existait pas en 1817, comme on peut le voir dans les anciens routiers, par exemple, dans celui de Pimentel, = Arte de Navegar, = où le port d'Ambriz est marqué à 7 degrés et $\frac{1}{2}$ de latitude Sud, ainsi que dans les modernes, comme le = Sailing Directory, = de Purdy, où ce port se trouve situé à 7° 52' L. S.

qui doit l'avoir été par suite d'une erreur géographique, ne peut être opposée avec succès ni aux termes du Traité, ni au langage du même Ministre, après la rectification de l'erreur dont il s'agit. »

Le Gouvernement Anglais ayant fait en 1850 quelques plaintes relatives à la traite des nègres, que l'on disait avoir augmenté dans l'Afrique Portugaise, le Ministre des Affaires Etrangères, le Comte de Tojal, communiqua au Ministre Plénipotentiaire Britannique à Lisbonne, que le Ministre de la Marine et d'Outre-mer allait prendre des mesures décisives pour mettre un terme à cette traite, et que la plus efficace, quant à Angola, serait la fortification d'Ambriz.

En réponse à cette communication, Lord Palmerston adressa, le 11 Octobre de la même année, au représentant Anglais à Lisbonne, une dépêche qui fut portée à la connaissance du Gouvernement Portugais, et dans laquelle il dit:— « Que le port d'Ambriz n'était pas reconnu par la Grande Bretagne, comme faisant partie du territoire Portugais... et que, quant à l'idée, que pour éviter que la traite des nègres soit faite dans le territoire Portugais, on va prendre la mesure de fortifier un point qui n'est pas compris dans ce territoire, cette proposition doit être sérieusement considérée. »

Dans une note adressée le 26 Novembre 1853 par le Comte de Clarendon, Ministre des Affaires Etrangères de S. M. B. au Comte de Lavradio, Ministre Plénipotentiaire de Portugal à Londres, on lit ce qui suit:

« Ainsi il est manifeste et notoire, que les tribus Africaines qui habitent la ligne de la côte, réclamée par le Portugal entre 5 degrés 12 minutes et 8 degrés de latitude méridionale, sont réellement indépendantes, et que le droit que le Portugal a acquis par la priorité de découverte à la fin du quinzième siècle, est depuis longtemps déchu (suffered to lapse), vu que le Portugal n'a pas occupé le pays découvert.—A la vue de ces circonstances, le soussigné a à répéter la déclaration du Gouvernement de S. M., que l'intérêt du commerce exige impérieusement qu'il maintienne le droit de communication non restreinte avec cette partie de la côte occidentale d'Afrique, qui s'étend depuis le 5.° degré 12 minutes jusqu'au 8.° degré de latitude méridionale. »

Nous allons maintenant discuter cette nouvelle interprétation des Traités, et examiner quelles sont les conséquences qui résultent du sens littéral et de l'esprit des mêmes Traités.

La nouvelle interprétation a été adoptée par le Gouvernement Britannique, sans qu'il y eut une discussion préalable avec le Gouvernement Portugais, comme la justice l'exigeait; car il ne saurait être admis, qu'une des parties contractantes, d'elle-même et sans le concours de l'autre partie, ait le droit d'interpréter les stipulations des Traités; autrement ces Traités deviendraient parfaitement inutiles, ou ne seraient profitables qu'à la partie la plus puissante.

Si, avant d'agir ainsi, le Gouvernement Britannique avait discuté la question franchement et posément avec le Gouvernement Portugais, il aurait vu qu'il ne lui était pas permis de donner la nouvelle interprétation qu'il voulait, parce que cela était en contradiction avec les actes mêmes du Gouvernement Britannique; et il aurait vu aussi que le Gouvernement Portugais ne pouvait, ni ne peut, admettre une telle interprétation, parce qu'elle est diamétralement opposée à la lettre et à l'esprit des articles du Traité d'alliance de 1810, et à la lettre de la Convention additionnelle de 1817, ainsi qu'à un article de la Charte Constitutionnelle de la Monarchie Portugaise, et à la manière dont a été pendant si longtemps entendue la stipulation de cette Convention relative à la côte d'Afrique en question.

Quant à cette partie de la note que le Comte de Clarendon adressa le 26 Novembre 1853 au Comte de Lavradio, et où il dit, en se rapportant à la partie de la côte occidentale d'Afrique, comprise entre 5 degrés 12 minutes, et 8 degrés de latitude Sud; « que les droits, que le Portugal a acquis par la priorité de découverte à la fin du quinzième siècle, étaient déchus depuis longtemps (*suffered to lapse*), vu que le Gouvernement Portugais n'avait pas occupé les pays » ainsi découverts; nous nous bornerons à observer que l'histoire des colonies Portugaises dans cette partie de l'Afrique étant peu connue, puisque on ne trouve que dans très peu de livres quelque chose qui y ait rapport, on ne peut s'étonner que le noble Comte n'ait pas eu connaissance de l'existence de faits contraires à son assertion; faits qui montrent que le Portugal n'a jamais laissé déchoir le droit qu'il avait acquis sur

cette partie de la côte Africaine par la priorité de découverte. Comme dans la Section 1 de ce Mémoire une notice a été donnée de plusieurs de ces faits, il serait superflu de les répéter ici.

Il a déjà été montré, que l'obligation contractée par l'article x du Traité d'alliance du 22 Février 1810 par l'Angleterre, au sujet des territoires de Cabinde et de Molembo, était la même que la France avait contractée envers le Portugal, par la Convention du 30 Janvier 1786, c'est-à-dire, la reconnaissance des droits du Portugal sur Cabinde, et autres côtes maritimes au Sud, comme faisant partie du Royaume d'Angola.

Maintenant nous passerons à examiner les stipulations de la Convention du 28 Juillet 1817, qui servent d'éclaircissement aux stipulations correspondantes des Traités de 1810 et de 1815.

Dans les Traités de 1810, de 1815 et de 1817, le Portugal déclara qu'il réservait ses droits sur une partie déterminée du littoral Africain. La Grande Bretagne accepta cette déclaration; et comme elle ne fut point contestée par son Ambassadeur, et que le Traité fut ratifié par le Gouvernement Anglais, il s'en suit que ce Gouvernement approuva cette réserve; et que, en l'approuvant, il reconnut le droit de la Couronne de Portugal.

Voici les termes dans lesquels cette réserve est consignée dans le dernier des dits Traités :

« Os territorios sobre os quaes S. M. F. declarou reservar os seus direitos, a saber; os territorios de Molembo e Cabinda. »

Dans le texte anglais il y a :

« Those territories over which His Most Faithful Majesty has retained his rights, namely Molembo and Cabinda. »

Ce qui se traduit en français: — Les territoires sur lesquels S. M. T. F. a déclaré qu'elle réserve ses droits, savoir; les territoires de Molembo et de Cabinde.

Pour pouvoir juger avec certitude quel était le but du Gouvernement Portugais en faisant cette déclaration, qui fut acceptée par le Gouvernement Anglais, et quelles sont les conséquences qui, en bonne et naturelle logique, découlent de cette déclaration et de son acceptation, il faut examiner quelle est la signification, dans la langue Anglaise du verbe = To Retain = et, dans la langue Portugaise, du verbe = Reservar. =

En ouvrant le Dictionnaire de Webster, on trouve que = To

Retain — équivaut à — To hold or keep in possession — Not to lose or part with — To keep back : et qu'il dérive du verbe latin — Retineo, et qui correspond au verbe français — Retenir — à l'italien — Retinere — et à l'espagnol — Retener. —

Le même verbe se traduit en portugais, comme on le voit dans le Dictionnaire de Vieira par — Reter — Guardar — Conservar — Preservar. — Reservar uma cousa que pertencia já a quem a reserva : c'est-à-dire — Réserver une chose qui appartenait déjà à celui qui la réserve. —

Et on doit bien remarquer que, dans le texte portugais du Traité de 1817, le verbe To Retain — est traduit par le verbe — Reservar — et que les phrases — To hold or keep in possession — et — Not to lose or part with — correspondent exactement à — Reservar uma cousa que pertencia já a quem a reserva. (Réserver une chose qui appartenait déjà à celui qui la réserve.)

Or, quand un octroyant déclare dans un acte public, qu'il réserve ses droits sur une chose déterminée, et que l'autre octroyant non seulement ne conteste pas ce droit, mais signe l'acte, il est évident que celui-ci a reconnu le droit que l'autre a déclaré lui appartenir ; et il est également certain qu'on ne peut avec justice contester, après plus de trente-six-ans de la date de cet acte, ce qui y a été stipulé ; car, si cette doctrine était admise, il n'y aurait aucune stipulation que l'on pût considérer comme sûre, puisque le partie contractante la plus puissante trouverait toujours moyen de donner aux actes les plus solennels l'interprétation qui lui paraîtrait convenir le mieux à ses intérêts.

D'ailleurs, cette déclaration, cette réserve qui a été stipulée dans trois Traités successivement célébrés dans l'espace de sept ans, avait sans doute quelque signification pour les parties contractantes ; autrement elle aurait été parfaitement inutile, et comme telle impropre à être insérée dans ces Traités. Or, cette signification se trouve dans les mots employés dans le Traité de 1817, qui sont le verbe — Reservar — dans le texte portugais, et le verbe — To Retain — dans le texte anglais.

Ainsi il est évident que l'ancien droit, et par conséquent le droit, non conféré mais seulement rappelé par le Traité, de retenir, de ne pas perdre — Not to lose or part with — que la Couronne de Portugal avait sur cette partie de la côte Africaine, fut

reconnu dans le même Traité par l'Angleterre: et cette stipulation exclut, par le simple fait d'avoir été établie, et d'avoir été acceptée, toute prétention que l'Angleterre pourrait élever à l'avenir sur cette même côte. — Le Gouvernement Portugais n'a jamais douté que ce ne fût là la signification que donnait à cette stipulation le Gouvernement Britannique.

SECTION VI.

OBJECTIONS DU GOUVERNEMENT BRITANNIQUE.

Les motifs, que l'Angleterre pourrait avoir pour réclamer contre l'occupation du port d'Ambriz par une force Portugaise, semblent se réduire à un, tout au plus, des trois suivants :

1° Atteinte à quelque droit de souveraineté que la Grande Bretagne considérerait avoir sur le territoire d'Ambriz.

2° Préjudices que pourrait causer l'occupation Portugaise aux intérêts des Sujets Anglais, qui y sont établis.

3° Facilité pour l'augmentation de la traite des nègres, qui a continué à se faire dans ce port.

Quant au premier: l'Angleterre n'a jamais jusqu'aujourd'hui réclaté aucun droit de souveraineté sur ce territoire, ni ne saurait le faire, à la vue des Traités qu'elle a célébrés avec le Portugal en 1810, en 1815 et en 1817.

Quant au second: le Gouvernement Anglais a déclaré au Gouvernement de S. M. T. F., qu'il prétend maintenir entre les Sujets Britanniques et cette partie de la côte une communication libre et non restreinte (a free and unrestricted intercourse).

Il est donc à propos d'examiner quel était le véritable état des relations des négociants Anglais et autres Européens et Américains dans le port d'Ambriz, et quelles ont été les mesures prises par l'autorité Portugaise dans l'acte d'occupation, et quelles sont celles qui à l'avenir devront servir de règle sur cette matière.

Les négociants, qui font le commerce dans le port d'Ambriz,

ont été jusqu'à présent sujets à différentes entraves et à différentes charges, et entr'autres aux suivantes :

1° Ils ont été obligés à faire aux Roitelets, ou Chefs nègres du pays, des présents dont le montant dépendait du caprice de ces Roitelets.

2° Ils ont payé des droits, qu'on y appelle *Coutumes* pour chaque navire qui déchargeait des marchandises dans ce port, et le montant de ces *Coutumes* dépendait aussi du caprice des Roitelets.

3° Ils fournissaient aux Roitelets des présents extraordinaires, que ceux-ci exigeaient d'eux, sous différents prétextes, dont un des plus fréquents était l'entrée de quelque navire de guerre dans le port d'Ambriz.

4° Les Roitelets ne leur permettaient de construire d'autres sortes d'habitations que des baraques de planches, de paille et de nattes.

5° Ils essayaient des vols, faits quelquefois par ordre des Roitelets, comme il est arrivé il n'y a pas longtemps.

6° Ils souffraient quelquefois des violences corporelles, ainsi que d'autres vexations de différentes espèces.

7° Ils étaient obligés d'employer les Roitelets, ou ceux qui en dépendaient, dans leurs transactions d'achat et de vente avec les nègres de l'intérieur, ne pouvant les faire directement avec ceux-ci.

Ces nègres de l'intérieur qui apportaient des denrées pour les vendre aux facteurs d'Ambriz, étaient obligés de s'arrêter dans des endroits éloignés du port, et de livrer leurs denrées à certains individus, sujets des Roitelets, espèce de courtiers, qu'on appelle dans le pays *Linguisteres*, pour que ceux-ci les vendissent aux facteurs.

On y évaluait le montant de la valeur des marchandises de différentes espèces, données en présent aux Roitelets, et à leurs nobles, afin qu'ils permissent le négoce, comme équivalent, en général, à cinq ou six pour cent de la valeur des marchandises vendues; et quand c'était pour la traite des nègres, ces présents allaient jusqu'à huit ou neuf pour cent. Mais ce n'était pas encore tout; car, quand les Roitelets voulaient des présents extraordinaires, et que les facteurs refusaient de les leur donner, ils les accusaient de quelque crime qu'ils inventaient, et qu'ils appe-

laient *Caballa*, et exigeaient des amendes pour ces crimes supposés; et si ces amendes n'étaient pas payées, ils se réunissaient au nombre de plusieurs centaines d'individus, et obtenaient enfin ce qu'ils voulaient, en poussant de grands cris, et en menaçant de mettre le feu aux factoreries; et la valeur de ces amendes allait quelquefois jusqu'à 1,200 francs.

Telle était la manière dont le commerce licite se faisait à Ambriz entre les Européens et les naturels. Et on ne saurait appeler cela une communication libre et non restreinte (a free and unrestricted intercourse). Cette communication libre n'y existait pas.

Lors de l'occupation d'Ambriz par la force Portugaise, il y avait onze factoreries, dont six Portugaises, deux Anglaises, deux Américaines et une Française. Une des Portugaises était la plus importante de toutes; après celle-là les deux Américaines réunies, et ensuite les deux Anglaises réunies.

Le Gouverneur Général d'Angola, lorsque Ambriz fut occupé, offrit des soldats aux négociants étrangers, Anglais et autres, pour garder leurs factoreries contre les attaques et les tentatives d'incendie de la part des nègres du pays, qui avaient en effet incendié quelques factoreries Portugaises; et ces négociants acceptèrent l'offre du Gouverneur.

Et celui-ci publia une Ordonnance datée du 26 Mai 1855 qui se trouve dans le bulletin officiel d'Angola du 2 Juin, où on lit:

Art. 1^{er} Ambriz est considéré comme un port-franc pour le commerce étranger de toutes les nations pendant un an, à dater du 16 Mai de l'année courante de 1855. — Pendant la susdite année, les marchandises qui y seront importées, et les denrées qui en sortiront sur des navires étrangers, ne payeront aucunes sortes de droits, et les navires étrangers qui transporteront ces marchandises et ces denrées ne seront sujets à aucune imposition.

Et le Gouvernement Portugais, ayant en vue de donner aux négociants de toutes les nations, qui ont des relations avec ce port, le temps d'agir selon leurs intérêts, a ordonné au Gouverneur général d'Angola de faire publier dans le Bulletin officiel de cette colonie, que le délai d'un an, après lequel l'importation et l'exportation de denrées pourront être sujettes au payement de quelques droits, sera compté du jour où le tarif de la douane res-

pective sera publié, et que jusqu' alors le district d'Ambriz devra être considéré comme un port franc pour le commerce de toutes les nations.

C'est donc depuis l'occupation de ce port, par une force Portugaise, que les communications commerciales sont devenues libres et non restreintes, ce qui de fait n'arrivait pas auparavant.

Quant à ce que fera à l'avenir le Gouvernement Portugais à cet égard, ce ne peut être un sujet de doute, quand il est certain que tous les ports importants des colonies Portugaises ont été dans ces dernières années ouverts au commerce étranger. Ambriz sera donc accessible à tous les Pavillons sans aucune exception; et les négociants et leurs propriétés seront à l'abri de toutes les vexations qu'ils ont souffertes jusqu'à présent; ils pourront construire des maisons, cultiver des terrains et faire tout ce qui leur est permis chez les peuples civilisés.

Il résultera de là, que la sûreté de personnes et de biens amènera à Ambriz une augmentation considérable de gens et de denrées; les transactions se multiplieront, et l'accroissement du commerce augmentera dans ce port les intérêts des négociants Portugais et des négociants étrangers. Ainsi les sujets Britanniques tireront profit de l'occupation Portugaise à proportion des capitaux qu'ils emploieront; et de cette manière les marchands Anglais et ceux des autres nations trouveront effectivement établi dans ce port le commerce libre et non restreint, que réclame le Gouvernement Britannique.

L'extrait suivant du récit fait par le Dr. Livingston de son récent voyage par terre depuis le Cap de Bonne Espérance jusqu'à Loanda, montrera encore combien l'étendue de la domination portugaise dans ces régions contribue à l'accroissement du commerce licite, en mettant un terme aux extorsions que les peuples indigènes se font mutuellement.

« Me trouvant dans la proximité du territoire portugais de Cassange (sur la frontière orientale d'Angola), dit le célèbre voyageur, la première chose qui fixa mon attention, fut le grand obstacle qui s'opposait à ce que le commerce s'étendit jusqu'aux tribus les plus éloignées des possessions portugaises, lorsqu'il est certain que les indigènes d'Afrique possèdent à un haut degré l'esprit commercial. Mais ces tribus éloignées ne peuvent mon-

trer cette spécialité de leur caractère, par les entraves qu'elles rencontrent chez les tribus qui vivent dans le voisinage des établissements des blancs, et qui, par la proximité où elles se trouvent des commerçants blancs, sont mieux armées, et plus puissantes que celles qui sont à une plus grande distance. Ce ne sont pas elles qui produisent les denrées. Mais elles empêchent les vrais producteurs de pénétrer jusqu'à la résidence des blancs; car elles leur imposent tant d'amendes sous les prétextes les plus frivoles, et exigent d'eux des rétributions si exorbitantes en échange de la permission de passer sur leurs terres, que ceux-ci leur abandonnent souvent leurs marchandises pour des prix nominaux. Mais ils connaissent parfaitement la source d'où ces peuples intermédiaires tirent les armes et la poudre dont ils sont pourvus, ainsi que les avantages dont ils pourraient jouir aussi eux, s'il leur était permis de s'avancer, plus qu'ils ne le peuvent faire, vers l'occident. »

Quant au troisième motif: nous dirons, que, pour pouvoir évaluer l'influence que peut avoir à Ambriz l'occupation Portugaise pour l'augmentation ou la diminution de la traite des nègres, il faut examiner d'abord quel a été dans ces derniers temps l'état réel des choses dans ce port relativement à cette traite.

Dès que le Decret du 10 Décembre 1836, qui abolit la traite des nègres dans toutes les colonies Portugaises, commença à être mis en exécution, les marchands d'esclaves des différentes nations commencèrent aussi à diriger vers les ports du Nord leurs transactions, et Ambriz fut un des principaux marchés d'esclaves.

Le Commandant de la station navale Britannique sur la Côte Occidentale d'Afrique, informa le 23 Août 1843 le Gouvernement ad interim d'Angola, que, ayant été à Ambriz il y avait appris par des renseignements exacts, qu'il y avait trois ou quatre barracons pleins d'esclaves, à cinq ou six milles dans l'intérieur de cette baie; qu'on n'attendait que des navires pour les embarquer; et il disait que quelques Portugais de Loanda y séjournaient et y achetaient des esclaves, *et que les marchands d'esclaves avaient abandonné le territoire immédiat d'Angola, et étaient allés dans ces voisinages.*

Cette information du Commandant de la station navale montre deux choses: l'une, que la traite se faisait avec activité, et

avait augmenté à Ambriz, où il n'y avait pas d'autorités Portugaises; Pautre, qu'elle avait diminué sur le territoire sujet à l'action immédiate de l'autorité Portugaise.

En 1845, un navire Portugais de la croisière prit dans le port d'Ambriz le brick Anglais *Lady Sale*, qui fut condamné comme négrier par la Commission Mixte de Loanda.

En 1848, le Commandant de la station navale Portugaise d'Angola, alla, à la prière du Commodore Britannique de la station navale respective, à Ambriz, où il débarqua et brûla plusieurs barracons, où il trouva des chaînes et d'autres objets qui servent à la traite des nègres; dans un de ces barracons, situé à deux milles d'Ambriz, il trouva des esclaves à la chaîne; et plus loin dans l'intérieur du pays, il y avait encore d'autres barracons, qui furent détruits.

Dans la lettre du Capitaine Wilmot, adressée le 17 Février 1853 à Lord Palmerston, dont nous avons déjà fait quelques extraits il parle des négociants établis dans les ports de cette Côte, et dit: « Ce sont eux qui soutiennent indirectement la traite des nègres; l'Américain, de même que l'Anglais, fournit les denrées dont le Chef nègre a besoin quand il vend ses esclaves; et quoique, à Ambriz et dans d'autres endroits, le commerce en ivoire, etc. soit grand, on ne peut toutefois déguiser, que l'homme blanc établi dans ce pays est en faveur de la traite, et n'ose ouvrir la bouche, lors même que les esclaves sont embarqués en sa présence; et en effet, plus la traite des nègres est active, plus il tire de profit, car l'argent donné en échange d'esclaves, revient à sa factorerie en échange de denrées de toute espèce. »

Il dit aussi que, sous le pavillon Américain, la traite des nègres se fait encore en grande échelle sur cette côte.

Les Commissaires Britanniques de la Commission Mixte de Loanda écrivaient, en date du 26 Décembre 1853, au Comte de Clarendon :

« Peu de négociants Britanniques sont allés jusqu'à présent à Ambriz pour faire le commerce licite. Nous sommes informés que les naturels de cet entroit n'ont trouvé aucun intérêt à faire le commerce licite d'aucune espèce, et il est bien à craindre, que tant que les négociants d'esclaves trouveront qu'ils peuvent impunément tenir leurs cargaisons vivantes prêtes pour l'embar-

quement, aidés et défendus, comme ils le sont maintenant, par les Chefs du pays, qui ont jusqu'à présent résisté à toutes les tentatives qui ont été faites pour leur persuader de suivre une conduite différente, il sera très difficile de déraciner entièrement dans ce pays la traite des nègres, et surtout tant qu'il existe un pavillon qui en couvre les opérations inhumaines, comme le fait maintenant celui des Etats-Unis. »

En Avril 1854, le Ministre de Sa Majesté Britannique à Lisbonne envoya au Gouvernement Portugais une liste de noms d'individus qui faisaient la traite des nègres, indiquant les endroits où ils faisaient leurs transactions; et un de ces endroits était Ambriz.

Et dernièrement encoré le Gouverneur Général d'Angola, dans l'occasion où il fit occuper ce port, y trouva quelques barracons, et des esclaves destinés à être embarqués.

De ces informations, dont la plupart sont données par des fonctionnaires Britanniques, il résulte que la traite des nègres entravée par les Autorités d'Angola, a augmenté dans le port d'Ambriz et dans d'autres ports de la côte du Nord; qu'à Ambriz elle se faisait en grande échelle, que les négociants Anglais et autres, qui y sont établis, favorisaient la traite parce que leurs profits étaient proportionnés au développement de cette traite; que quelque'un de ces négociants avait même aidé à la faire directement en y employant son bateau; qu'un navire anglais pris dans ce port a été condamné comme négrier; et que le pavillon Américain protège ces transactions.

Il est donc évident que tant qu'aurait existé l'état des choses antérieur à l'occupation, il n'y aurait pas eu moyen de faire cesser ni d'empêcher dans ce port la traite des nègres, car les navires de la croisière ne pouvaient y stationner qu'accidentellement, et il ne leur est pas permis de visiter les navires sous pavillon Américain.

D'après ces circonstances, le Gouvernement Portugais a la conviction qu'un des moyens les plus efficaces, peut-être l'unique, d'empêcher dans le port d'Ambriz la traite des nègres, consiste à y établir des autorités responsables, accompagnées de quelques forces destinées à y maintenir la police, et qui donnant toute protection au commerce licite, seront un grand obstacle pour la dite traite.

Ainsi, si le Portugal abandonnait maintenant ce port, la traite des nègres en recevrait une nouvelle impulsion, et les négociants Anglais et autres, qui y ont des factoreries, en tireraient de nouveaux profits. Ils sont, par conséquent, les plus intéressés à ce qu'il n'y ait aucune autorité, ni aucune force Portugaise dans ce même port. Peut-être se plaindront-ils que l'occupation ait fait tort à leur commerce; et ils diront probablement vrai pour ce qui a rapport aux gains qu'ils retireraient de la traite des nègres. Mais ces plaintes doivent mériter autant d'attention, que mériteraient celles d'un négrier, qu'on empêcherait de faire dans un port le chargement d'esclaves à bord de son navire, tout préparé pour les recevoir.

L'extinction de la traite des nègres à Ambriz, qui, dans ces dernières années a été un des plus grands marchés de l'Afrique Occidentale, est un objet de la plus grande importance pour la prospérité de la Province d'Angola; car ce marché y nourrit le penchant pour cette contrebande, qui n'y est pas encore éteint, et distrait par conséquent l'attention et les capitaux de quelques négociants, qui autrement les employeraient à des négociations licites.

Or, comme les croisières Portugaises ni les Anglaises ne peuvent mettre un terme à la traite à Ambriz, parce qu'elle est faite par des navires couverts jusqu'au moment convenable du pavillon Américain, il s'en suit que l'occupation permanente de ce port par une force Portugaise, est une nécessité pour le développement industriel de la Province d'Angola.

SECTION VII.

OCCUPATION D'AMBRIZ EN 1835.

PROCÉDÉ DES AUTORITÉS PORTUGAISES.

CORRESPONDANCE DES COMMANDANTS DE LA CROISIÈRE ANGLAISE.

TRAITE DES NÈGRES. COMMERCE LICITE.

CONCLUSION.

Le Gouvernement Portugais, en faisant occuper le port d'Ambriz, a eu en vue les motifs suivants :

1° De punir le Roitelet du pays des insultes et des vols commis sur la propriété Portugaise, et de l'insolence avec laquelle il a traité les avertissements et les sommations du Gouverneur Général d'Angola.

2° De mettre un terme à la traite des nègres, qui s'y est faite en grande échelle.

3° De protéger le commerce licite.

4° D'exercer le droit de souveraineté que la Couronne de Portugal a sur ce territoire.

1^{er} Motif. — Le châtement des offenses pratiquées par le Roitelet n'était pas seulement utile aux négociants Portugais; il l'était aussi aux négociants Anglais et autres, qui souffraient des insultes et des vols, comme il arriva au mois de Novembre 1849 que les nègres d'Ambriz brûlèrent deux magasins avec les marchandises qu'ils contenaient, le tout appartenant à une maison de Liverpool, dont la perte, d'après ce qu'annonça le Consul Britannique à Lisbonne au Ministre des Affaires Etrangères en Février 1850, était calculée à 10,000 Livres Sterling; et comme il est encore arrivé au mois de Mars de cette année, (1855) que le Roitelet a tiré aux facteurs les serviteurs dont ils étaient contents, et les a obligés à en recevoir d'autres en qui ils n'avaient pas de confiance; violence dont il a résulté, outre d'autres excès, un vol fait à une factorerie Anglaise de quatre-vingt-dix-neuf barils de poudre.

A fin de mettre le Roitelet à la raison, au sujet de ce dernier attentat, le Commandant de la station navale Portugaise, avec le Commandant de la Corvette Américaine *Dale*, et le Commandant du brick Anglais *Linnet*, est allé lui parler, et le reprimander; ce qui n'a eu aucun résultat satisfaisant.

Tout cela est constaté par la dépêche du Commandant de la station navale Portugaise du 20 Mars dernier, où il expose la nécessité d'infliger au Roitelet un châtement exemplaire, pour les violences et les vols qu'il a pratiqués dans ces derniers temps.

Il a été fait d'autres remontrances à ce Roitelet par le Gouverneur Général d'Angola, et également sans effet; et les choses en sont venues à ce point, que des officiers de la Marine de guerre Portugaise, qui étaient allés au lieu de la résidence de ce Roitelet, ont été insultés.

Outre ces offenses, il en avait pratiqué plusieurs autres contre des Portugais résidents à Ambriz, et la destruction de la maison de l'un d'eux est encore récente.

Le Gouvernement ayant entendu le Conseil d'Outre-mer sur cet objet, et s'étant conformé à son opinion, a ordonné au Gouverneur Général d'Angola de procéder sans délai au rétablissement de l'ancienne autorité de la Couronne Portugaise sur cette partie de la côte et du pays voisin.

Le Gouverneur Général Coelho do Amaral, pour exécuter l'ordre qu'il avait reçu, s'est embarqué à Loanda le 14 Mai de cette année avec les troupes qu'il a crues nécessaires, à bord de la Frégate *D. Fernando*, accompagnée d'autres navires, sous les ordres du Capitaine de Frégate Rodovalho, Commandant de la station navale, et a fait voile vers sa destination, où il est arrivé le lendemain.

Pour qu'on puisse juger de la manière dont l'occupation a été faite, nous donnerons ici l'extrait suivant d'une dépêche que le Gouverneur Général a adressée au Ministre de la Marine et d'Outre-mer, datée d'Ambriz le 21 Mai 1855.

« Le 15 j'ai débarqué à Ambriz avec le Commandant de la station navale, et cinquante matelots.

« Les facteurs voulaient s'enfuir dans la crainte des nègres. Je suis parvenu à les tranquilliser.

« Les nègres de très loin ont commencé à pousser de grands cris.

« 16. — Les nègres sont venus faire leur commerce comme à l'ordinaire, mais ils paraissaient très inquiets. J'ai écrit au Roitelet.

« 17. — J'ai reçu la réponse du Roitelet sur un ton ironique. J'ai écrit de nouveau au Roitelet.

« 18. — Les nègres ont paru en force considérable, et en attitude de guerre, enseignes déployées, et poussant de grands cris.

« Ils se sont tenus à une certaine distance, mais quelques-uns d'entre eux ont pu, sans être vus, s'approcher de trois maisons qui étaient hors de notre ligne, et y ont mis le feu. Comme elles sont toutes de bois planté verticalement, tapissées de nattes et couvertes de paille, il a été impossible d'arrêter l'incendie, quoiqu'il

soit sorti une force armée pour le faire. A la vue de cette force, toutes celles des nègres se sont retirées.

« Pendant la nuit le feu a éclaté dans une factorerie.

« Les pertes causées par ces incendies ont été très petites, car les propriétaires avaient déjà sauvé ce qu'ils avaient de meilleur, et la troupe a pu sauver une partie du reste.

« J'ai demandé aux maisons Américaines et Anglaises établies ici de ne pas faire d'échange de poudre avec les nègres dans cette occasion, mais elles ont poliment refusé d'accéder à ma demande. L'agent, chargé de la maison Française qui existe ici, s'y est prêté tout de suite. J'ai payé leur refus en leur offrant de faire garder leurs maisons par des soldats, afin que les nègres ne vinsent point y mettre le feu par méprise. Ils ont accepté mon offre et m'en ont beaucoup remercié.

« Les maisons incendiées étaient des factoreries Portugaises. »

Par l'extrait qui précède on pourra apprécier la manière dont furent traités les négociants Portugais et les négociants étrangers, qui résidaient à Ambriz lors du débarquement de l'expédition. Ce qu'il y a de certain, c'est que la troupe débarqua sans opposition; que le Gouverneur Général offrit aux facteurs des soldats pour garder leurs magasins, et qu'ils acceptèrent cette offre; et que quelques uns d'entre eux continuèrent, malgré la prière du Gouverneur Général, à faire le commerce de poudre avec les nègres, qui étaient armés contre les Portugais.

Ces facteurs durent éprouver un sentiment de reconnaissance envers le Gouverneur Général, des attentions qu'il eut pour eux, et de l'assurance qu'il leur donna, que leurs personnes et leur propriété seraient à l'abri de l'oppression et des vols des nègres, ainsi que de la certitude qu'ils eurent de pouvoir à l'avenir s'occuper, dans la plus parfaite liberté, de leurs transactions commerciales.

S'il y eut quelque chose de détruit, ce furent des maisons et des denrées appartenantes à des sujets Portugais, qui le furent par les nègres rebelles.

2° Motif. — On a déjà vu dans la section précédente que dans le port d'Ambriz la traite des nègres était considérable et que le seul moyen d'y mettre un terme était de le faire occuper par des troupes Portugaises.

Nous avons déjà dit que le Gouverneur Général, à son arrivée y trouva plusieurs barracons avec des esclaves destinés pour l'embarquement. Le nombre en allait au-delà de 150. Et il est à remarquer, que personne ne réclama par devant ce fonctionnaire un droit de propriété sur ces esclaves. Et ils furent tous aussitôt, selon les lois, déclarés libres ; quelques-uns furent envoyés à Loanda, et les autres restèrent à Ambriz pour y travailler à la forteresse qui y a été érigée ; et une dépêche de ce fonctionnaire constate que, trois mois après leur affranchissement, aucun de ces affranchis ne s'était enfui, quoi qu'ils fussent tout à fait libres, ce qui prouve qu'ils y étaient bien traités.

Le Gouverneur Général d'Angola, dans les Instructions qu'il donna à l'officier chargé du Gouvernement d'Ambriz, datées du 21 Juin 1855, dit : § 17° — Il est recommandé au Gouverneur du district d'employer tous les moyens pour réprimer toute tentative pour la continuation de la traite. L'intégrité reconnue, et le zèle à toute épreuve du Gouverneur m'assurent que les ordres positifs de Sa Majesté à cet égard seront ponctuellement exécutés.

Et, pour empêcher la traite des nègres dans ce port, l'occupation en était urgente, vu que ce commerce a augmenté dans ces derniers temps, puisque 11:400 esclaves africains ont débarqué à l'île de Cuba en 1854, comme le rapportent les documents présentés au Parlement Britannique en 1855 (1).

De cette occupation devra aussi résulter l'abolition complète de l'état d'esclavage dans tout le district d'Ambriz, car le Conseil d'Outre-mer a déjà fait, en date du 25 Septembre dernier, une consultation au Gouvernement à cet effet, et celui-ci l'approuvera sans doute. Et la même chose devra se pratiquer dans les territoires de Cabinde et de Molembo, quand ils seront occupés par des forces portugaises.

3° Motif. — Protection au commerce licite. — Dans les notes, ci-dessus citées, de Mr. Southern, de Lord Palmerston, et du Comte de Clarendon, il est déclaré que, dans l'intérêt du Commerce, le Gouvernement Britannique prétend maintenir le droit, qu'il dit avoir, d'une communication non restreinte avec cette partie de la côte.

(1) Anti-Slavery Reporter Nov. 1855.

Le Gouvernement Portugais ayant stipulé dans la Convention faite avec le Gouvernement Français en 1786, que le commerce serait libre dans les ports de la Côte, situés au Nord du Cap-Padron; et ayant aussi déclaré en 1791 au Ministre Anglais à Lisbonne, qu'il ne serait point mis d'entraves au commerce des sujets Britanniques dans le port d'Ambriz; et ayant en 1838 donné ordre au Gouverneur Général d'Angola, lorsqu'aurait lieu l'occupation de différents ports de cette même côte-qu'il avait ordonnée, de prêter toute protection au commerce étranger de toutes les nations, qui y devait être constamment permis; et le Gouverneur d'Angola ayant proclamé par ordre du Gouvernement, lors de l'occupation récente d'Ambriz, cette même franchise de commerce de toutes les nations, il s'en suit qu'il ne saurait y avoir de question sur ce point-là, puisque tout est décidé selon les désirs du Gouvernement Britannique. Ce principe étant ainsi établi, la manière d'en régler l'exercice, quand il y aura dans les ports des autorités Portugaises, ne pourra donner lieu à des difficultés entre les Gouvernements de Portugal et d'Angleterre.

L'occupation d'Ambriz peut n'être pas agréable à une ou deux maisons Anglaises ou Américaines, qui y faisaient des gains rapides et considérables; gains qui augmentaient en proportion de l'activité de la traite des nègres dans ce port, puisqu'elle leur procurait la vente de leurs marchandises. Mais cette occupation sera certainement très convenable à l'Angleterre et aux Etats-Unis, puisqu'elle doit faire diminuer la traite des nègres sur cette côte, et par conséquent la nécessité de croisières nombreuses diminuera aussi, de même que la dépense qu'elles occasionnent. Et elle a encore pour but d'assurer le commerce licite de tous les négociants de ces deux Nations.

4° Motif. — L'exercice d'un acte de souveraineté sur les territoires en question était un devoir pour le Gouvernement Portugais, dès que le Gouvernement Britannique, donnant une nouvelle intelligence aux Traités, a prétendu qu'il n'y avait point reconnu les droits de la Couronne de Portugal sur ces territoires; car on aurait pu inférer qu'il acceptait la nouvelle interprétation, et abandonnait des droits, dont, pendant trois siècles, cette Couronne avait été en possession. Donc, si cet acte n'avait pas eu lieu, le Gouvernement Portugais aurait commis une faute

très grave, et manqué à ses devoirs envers la Nation et envers le Roi.

Et si cet acte de souveraineté ne fut pas mis en effet, dès que, en Novembre de 1846, la nouvelle interprétation du Gouvernement Britannique fut présentée au Gouvernement Portugais, cela provint sans doute de ce que, dans le temps où cette communication fut faite; la guerre civile existait en grande force en Portugal, qu'elle ne se termina qu'en 1847, et que dans les années suivantes on ne jouit pas de la tranquillité politique nécessaire pour songer aux mesures qu'il convenait d'adopter.

Le Gouvernement Portugais s'étant décidé à faire occuper quelques-uns des ports de la dite côte, ne devait consulter sur sa délibération aucun Gouvernement étranger, car en soumettant l'approbation de quelqu'un acte d'exercice légitime des droits de la Couronne de Portugal, il aurait indiqué qu'il avait quelque doute au sujet de ces droits.

Le Gouvernement Anglais, en même temps qu'il l'a dit en 1846, et qu'il l'a répété depuis, qu'il ne reconnaissait pas le droit du Portugal sur cette partie de la côte, n'a jamais prétendu pour lui-même aucun droit de juridiction sur cette même côte, et il n'a jamais non plus fait savoir au Gouvernement Portugais que son intention était de refuser à la Couronne de Portugal la faculté d'occuper, si elle le jugeait convenable, les ports de cette côte. On peut plutôt inférer le contraire de l'argument dont fait usage le Comte de Clarendon dans sa note du 26 Novembre 1853, lorsqu'il dit que le Portugal a laissé déchoir le droit qu'il avait par la priorité de découverte sur la dite partie de la côte, en ne l'occupant pas.

Or, la conséquence logique de cette assertion est, que, dans l'opinion de ce Ministre d'État, dès que le Portugal pratiquerait le fait de l'occupation effective, il reprendrait son ancien droit, toujours avec la clause, que la communication commerciale libre et non restreinte avec les naturels de cette côte soit maintenue aux sujets Britanniques.

Si le Gouvernement Anglais avait contesté au Portugal le droit d'occuper effectivement sans son consentement préalable quelques-uns des ports de la côte sur les quels il avait réservé ses droits, il aurait élevé une prétention injuste, et contraire à

la pratique constamment suivie par les nations maritimes, même dans ces dernières années, relativement à des pays habités par des peuples barbares, pratique dont il y a eu, sur la côte Africaine même, ainsi que dans les autres parties du Globe, dans le courant du siècle actuel, de nombreux exemples, dont nous citerons les suivants :

Les Américains ont pris possession d'une portion étendue de la côte située au Nord-ouest du Cap des Palmes, et y ont fondé les colonies de Libéria et de New-Maryland.

Les Français ont fondé une factorerie fortifiée à Sed'hiou sur le bord du Casamansa en Guinée, entre les colonies Anglaises et les Portugaises; ils se sont emparés des ports de Grand Bassam et d'Assinie; dans cette partie de la côte de Guinée appelée côte d'Ivoire; et au Sud de l'Equateur ils se sont établis au grand port du Gabon, près du Cap de Lopo Gonçalves, ancienne limite des possessions Portugaises. Outre ces acquisitions, ils en ont fait d'autres très importantes, telles que Alger, l'île de Mayote dans le canal de Moçambique, les îles Marquises, Tahiti et encore bien récemment de la grande île de la Nouvelle Calédonie.

Les Espagnols, dans ces sept dernières années, ont pris possession, par la force des armes, des îles de Balanguingui et de Joló dans l'archipel des Philippines.

Les Hollandais ont continué leurs conquêtes dans le Grand Archipel Indien.

Quant aux Anglais, il serait bien difficile de mentionner avec exactitude les immenses acquisitions qu'ils ont faites depuis 1815.

Il suffira de citer celles qu'ils ont effectuées sur le vaste continent de la Nouvelle Hollande, et les grandes îles de la Nouvelle Zélande, la meilleure partie de l'empire Birman, le Punjab, le Scinde, le Berar, Aden, Sincapore, Hong-Kong, l'île de Labuan, une partie de la côte de Borneo, et autres pays; tandis qu'en Afrique, après avoir acquis la grande colonie du Cap de Bonne Espérance, ils ont occupé et colonisé, il n'y a pas encore vingt ans, la Terre de Natal; et, en 1848, ils ont augmenté la colonie du Cap bien au-delà de ses anciennes limites, déclarant possessions britanniques les vastes territoires situés au Nord des rivières Orange et-Vaal.

Les Américains, sûrement, ainsi que les Français, les An-

glais, les Espagnols et les Hollandais, quand ils se sont décidés à occuper les pays susmentionnés et d'autres, n'ont demandé, pour le faire, le consentement d'aucun Gouvernement étranger. De même le Gouvernement Portugais ne pouvait, ni ne devait, le solliciter.

Deux faits pratiqués par le Gouvernement Britannique montreront encore, que, pour être cohérent avec lui-même, il ne peut contester l'occupation d'Ambriz par le Portugal.

1^{er} Fait. — Les îles de Falkland, dans l'Atlantique Austral, ayant été découvertes dans le seizième siècle par des navigateurs Anglais, ne furent cependant pas occupées, d'une manière permanente, pendant plus de deux cents ans par des Anglais, mais le furent par des Espagnols. Et cependant le Gouvernement Britannique, alléguant le droit de priorité de découverte, en a pris possession en 1832, et y a fondé une colonie, quoiqu'il y eût dans ces îles un établissement dépendant de la République Argentine; et malgré les réclamations du gouvernement de cet état (1).

2^e Fait. — L'île de Bulama, située près de la Côte de Guinée, à l'entrée du Golfe de Rio Grande, et à peu de distance du fort Portugais de Bissao, dont elle était considérée comme une dépendance, parce que les habitants de cet établissement y avaient, et y ont encore, leurs cultures, et que depuis des temps très éloignés, on y faisait des coupes de bois pour le compte du Gouvernement Portugais, fut, il y a une soixantaine d'années, occupée, en partie, par une petite colonie, fondée par une société de spéculateurs, qui se forma en Angleterre. Mais les colons, ayant été atteints des fièvres du pays, et attaqués par les nègres des contrées voisines, se dispersèrent bientôt, et l'abandonnèrent.

Au sujet de cette île, qui se trouvait *effectivement* dans le domaine Portugais, le Gouvernement Britannique commença, il y a quelques années, à élever des prétentions fondées sur le droit qu'il disait lui provenir de cette occupation temporaire; et le Gouvernement Portugais lui contestait cette prétention, vu que Bulama avait été découverte par des Portugais, et que ceux-ci en étaient les plus anciens possesseurs. Cependant le Gouvernement Britan-

(1) Montgomery Martin. — History of the British Possessions.

nique a déclaré au Gouvernement Français, en date du 30 Septembre 1853 (1), qu'il avait pris possession formelle de cette île.

En prenant possession des îles de Falkland, le Gouvernement Britannique a tâché de justifier cet acte, en s'appuyant sur le droit de priorité de découverte, faite deux siècles auparavant, et, en prenant possession de l'île de Bulama, il s'est efforcé de justifier son procédé, en se fondant, sur la circonstance alléguée, mais non prouvée, que cette île avait été achetée par certains sujets Britanniques à certains Roitelets du pays; et aussi sur ce que des colons Anglais y avaient été établis pendant quelque temps.

Le Portugal découvrit le port d'Ambriz dans le XV^e siècle; il conquit le pays à main armée, et l'occupa par une forteresse vers la fin du XVIII^e. Il réunit donc, à l'égard de ces territoires, les deux droits distincts, dont l'un a été considéré par l'Angleterre, comme suffisant pour prendre possession des îles de Falkland, et l'autre pour se déclarer maîtresse de l'île de Bulama, malgré la réclamation du Gouvernement Portugais. Mais, outre ces deux droits, le Portugal en possède un troisième, déjà mentionné; c'est que le Roitelet ou Chef du pays, le Marquis de Mossulo, envoya expressément à la ville de Loanda, en 1792, une ambassade pour rendre hommage et prêter vasselage à la Couronne de Portugal.

La nécessité où se trouvait le Gouvernement Portugais d'exercer un acte de souveraineté sur la Côte en question, provenait aussi de ce que le Comte de Clarendon avait déclaré au Comte de Lavradio, dans sa Note du 26 Novembre 1853 — « Qu'il avait communiqué aux Lords de l'Amirauté, que le Traité conclu par le Capitaine Wilmot avec le Roi de Cabinde serait valide, et sa ponctuelle exécution, forcée. »

Considérer comme des articles d'un Traité le contenu d'un papier, où il avait été fait une croix, comme signature, par un des Chefs nègres de Cabinde, qui n'était pas même le Roitelet du territoire, soit qu'il fût dans son bon sens, comme le dit le Capitaine Wilmot, soit qu'auparavant il se fut enivré avec de l'eau-de-vie, comme l'ont affirmé les autres Chefs de Cabinde devant le Gouverneur Général d'Angola; considérer comme un traité

(1) Correspondence — Slave Trade — class B. — 1854.

conclu entre des puissances indépendentes un tel document destitué de toutes les conditions que le droit public exige dans des actes semblables; déclarer valide un acte qui aurait invalidé les droits de la Couronne de Portugal sur le territoire de Cabinde, cela rendait urgent que le Gouvernement Portugais prit les mesures convenables pour le maintien de ces droits.

Comme dernière preuve de la nécessité de cet acte de souveraineté, nous rapporterons ici le procédé du Commodore de la station navale Britannique.

Après avoir effectué l'occupation d'Ambriz, le Gouverneur Général revint par terre à Loanda; et au commencement de Juin le Commandant Need, du brick de guerre *Linnet*, eut avec lui une correspondance relative à cette occupation, dans laquelle fut maintenue la pratique usitée d'une courtoisie mutuelle. Le 15 Août entra dans le port de Loanda le navire *Scourge* avec le Commodore Adams, Chef de la station navale, qui le 17 adressa au Gouverneur Général deux dépêches relatives aux occurrences d'Ambriz, où l'on trouve les paragraphes suivants:

1° « Il est de mon devoir de protester de la manière la plus solennelle contre votre procédé, en vous déclarant, que je ne reconnais, ni ne reconnaitrai l'autorité Portugaise à Ambriz, ni dans aucun autre port de cette Côte situé entre le 5° degré 12 minutes et le 8° degré de latitude australe. »

« Vous n'avez pas cru nécessaire d'informer le Commandant Need de l'intention où vous étiez de vous emparer d'Ambriz . . . Pour déclarer mon opinion . . . il me suffit de vous dire, qu'une personne, à l'autorité de laquelle je puis me fier, m'a dit, qu'on avait gardé un secret rigoureux, et que depuis le commencement jusqu'à le fin, on avait agi dans cette affaire d'une manière clandestine, peu digne, et furtive. »

Dans son autre dépêche, en disant que dans le port d'Ambriz, et en présence d'un navire de guerre Anglais, une goëlette marchande Anglaise avait été abordée par une chaloupe d'un navire de guerre Portugais, il ajoute:

2° « Je dois exprimer la surprise que j'éprouve, qu'une insulte si ouverte ait été tentée en présence d'un navire de guerre Anglais sur des eaux que l'Angleterre ne reconnaît, ni ne reconnaitra, comme Portugaises; et je vous avertis solennellement que la répétition

d'un semblable procédé pourra me décider à prendre des mesures, qui probablement troubleront (pursue measures likely to disturb) les relations amicales qui existent entre les deux pays; et la responsabilité en restera sur votre dos (remain on your shoulders). »

Le Gouverneur Général, après avoir répondu à une partie de la teneur des dépêches du Commodore, dit :

« Quant à l'appréciation que vous faites de ma conduite dans l'affaire de l'occupation d'Ambriz, j'ai uniquement à vous dire, que je vais la soumettre à mon Gouvernement, et que j'espère qu'il jugera à propos de la communiquer au Gouvernement de S. M. B. pour qu'il décide s'il la trouve formulée en termes convenables. »

Le manière d'agir de ces deux fonctionnaires offre un contraste frappant, car, tandis que le Commodore Adams, oubliant ce qu'un homme courtois se doit à lui-même, s'adressait dans un langage insolent et grossier au délégué d'un Gouvernement allié de l'Angleterre, le Gouverneur Amaral lui donnait une réponse pleine de dignité.

Ce officier mérite des éloges pour la manière comme il a agi dans l'exécution des ordres du Gouvernement concernant l'occupation d'Ambriz; et le Capitaine de Frégate Rodvalho en mérite aussi pour les bons services qu'il a prêtés dans cette occasion.

Ce que nous laissons écrit dans ce Mémoire nous paraît démontrer avec toute l'évidence :

1° Que le Gouvernement Portugais, en faisant occuper le port d'Ambriz a agi dans les limites de ses droits.

2° Que la déclaration faite par ce Gouvernement, de que ce port sera constamment ouvert au commerce de toutes les nations; et qu'il sera franc pendant l'espace d'un an; et la protection donnée, dans l'acte d'occupation, aux négociants qui y étaient, sont des mesures qui doivent satisfaire les désirs manifestés par le Gouvernement Britannique, quant à la sûreté du Commerce Anglais dans ce même port.

3° Que l'occupation permanente de ce port est l'unique moyen d'y faire cesser la traite des nègres, qui, jusqu'au moment du débarquement des troupes Portugaises, y était faite sur un grand échelle.

Et maintenant, en terminant cet écrit, nous dirons qu'on doit espérer que le Gouvernement Britannique, examinant, comme il le doit, avec attention les documents qui concernent cette question, et les circonstances des faits, reconnaîtra que le Gouvernement Portugais a, dans le cas en question, agi comme il le devait. Et nous rappellerons aux Ministres qui composent ce Cabinet les paroles d'un homme d'État, orateur éminent du Parlement Britannique, qui, traduites en français, sont les suivantes :

« Dans les relations multiformes et complexes de l'Europe moderne, aucun homme d'état ne peut s'affranchir lui-même de ces règles internationales, qui sont fondées sur l'expérience accumulée des siècles, et établies spécialement pour la défense du faible contre la volonté arbitraire du fort » (1).

(1) « In the multiform and complex relations of modern Europe no statesman can free himself from those international regulations which are founded on the accumulated experience of ages, and are established especially for the defense of the weak against the dictatorship of the strong. » — D'Israeli. — *Thirty years of Foreign Policy*. London 1855.

La période citée se rapporte au procédé du Gouvernement Anglais envers la Grèce, où ont figuré les célèbres réclamations de David Pacífico, individu bien connu à Lisbonne.

POST-SCRIPTUM.

Au moment où l'on allait finir d'imprimer cette édition française du Mémoire, que l'auteur avait publié en Portugais, un navire arrivé à Lisbonne a apporté au Gouvernement des nouvelles officielles d'Angola, datées du mois de Décembre dernier. Ces nouvelles constatent :

1° Que l'affluence de denrées de l'intérieur de l'Afrique au port d'Ambriz a, de mois en mois, successivement augmenté depuis l'occupation de ce port par les Portugais; que, dans le mois de Novembre, cette affluence a surpassé celle de tous les mois antérieurs; et que, par conséquent, le commerce y augmente de jour en jour.

2° Que le Gouverneur d'Ambriz a commencé l'ouverture d'un canal, qui est déjà très avancée, dont le but est de dessécher un grand marais qui rend le pays très malsain, et de servir aux bateaux, afin qu'ils puissent y entrer pour charger ou pour décharger, et qu'ils ne soient plus exposés aux fréquentes avaries qu'ils éprouvent dans l'endroit où ils sont maintenant obligés à le faire.

3° Qu'un petit cutter, du port de 9 tonneaux, sans pavillon ni papiers, et ayant à bord 90 esclaves, a été pris par un navire de la croisière britannique, entre l'embouchure du fleuve Zaire et Cabinde; qu'on a appris par différents renseignements qu'il s'appellait *Effort*; que sous pavillon et muni de papiers américains, il était entré dans le port d'Ambriz dans le mois de Juin dernier, lorsque ce port était déjà occupé par des troupes portugaises; que ne pouvant, en conséquence, y charger des esclaves, il est resté sur la côte jusqu'au moment où il a pu effectuer, dans un autre lieu, l'embarquement de la cargaison avec laquelle il a été pris.

4° Que le 2 Décembre dernier le brick de guerre Portugais *Villa Flor*, commandé par le Lieutenant Oliveira, se trouvant à l'ancre dans le Zaire, un individu nommé Pechiil, employé d'une factorerie anglaise, établie à Modora, sur la rive gauche du fleuve, et appartenante à Thomas Tobin et fils, de Liverpool, est allé à son bord, et a annoncé au Commandant que sa factorerie avait

été attaquée et pillée ce jour-là même de grand matin par les Mossorongos de Santo Antonio (1), et par d'autres nègres; que, en conséquence, le dit Lieutenant est allé le même jour jeter l'ancre auprès de cette factorerie, afin de sauver quelques denrées échappées au pillage, ce qu'il a pu effectuer; et que le lendemain matin les Mossorongos étant revenus, afin d'emporter le reste du butin, ont été attaqués par les gens du brick, qui en ont tué quelques-uns, et leur ont pris cinq pirogues, qu'ils ont coulées à fond.

Ces nouvelles officielles confirment ce qui a été déjà prouvé dans ce Mémoire :

1° Que l'occupation portugaise du territoire de cette partie de Afrique, est le meilleur moyen de promouvoir l'accroissement du commerce licite; comme on le voit déjà à Ambriz, quoiqu'il y ait à peine six mois que l'occupation a eu lieu.

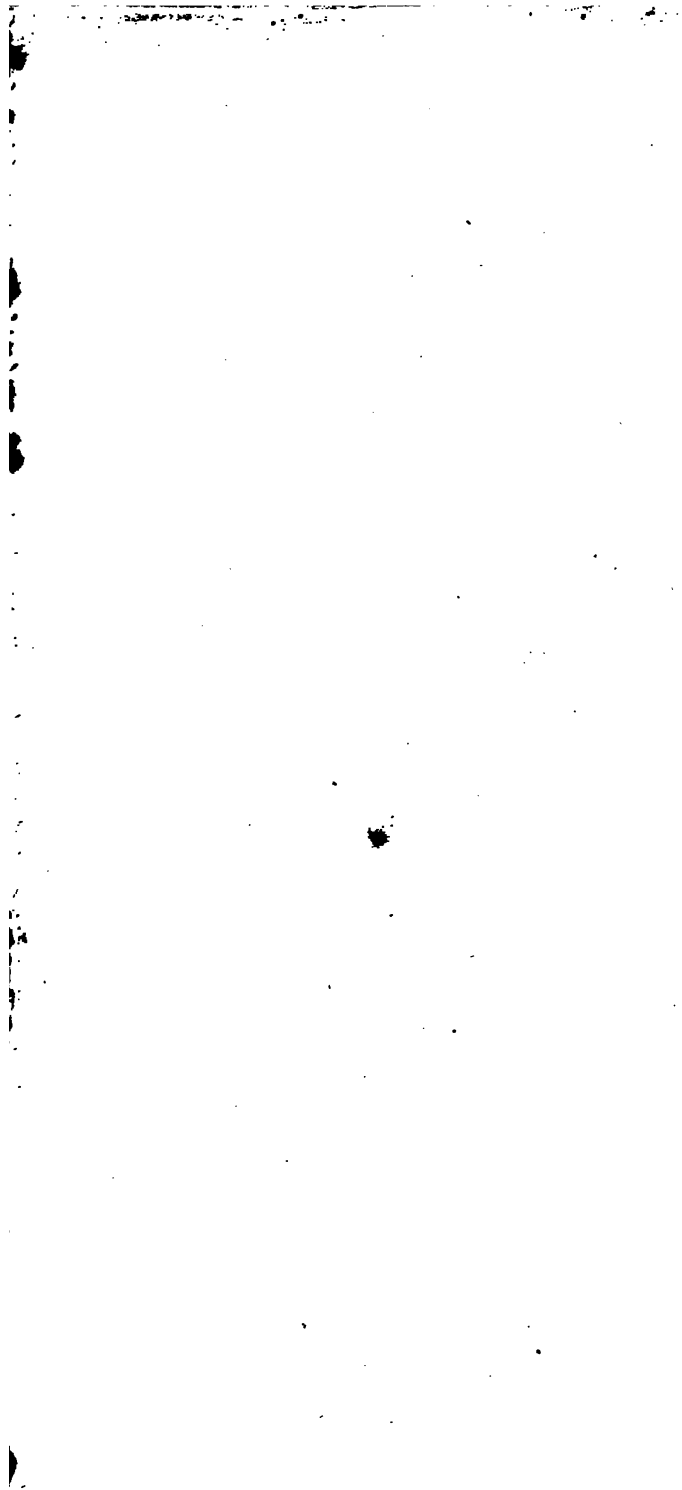
2° Que cette occupation est le moyen le plus efficace de mettre un terme à la traite des nègres sur cette côte; et de cela est encore une preuve nouvelle le fait relatif au cutter qui a été pris, lequel étant allé à Ambriz, probablement pour recevoir des esclaves, peut-être ceux-là même que les troupes portugaises y avaient trouvés dans les barracons, et n'ayant pu le faire, est allé recevoir sa cargaison dans un autre endroit de la côte, hors de la portée des autorités portugaises.

3° Que les vols faits par les Mossorongos à la maison Tobin, de Liverpool, et la prise du cutter *Effort*, sont de nouvelles preuves de la nécessité urgente qui existe, pour le Gouvernement Portugais, de faire au plus tôt occuper les rives du Zaire, Cabinde et autres lieux afin de protéger et de encourager le commerce licite, et d'extirper la traite des nègres dans cette partie de la côte africaine.

Lisbonne 24 Fevrier 1856.

FIN.

(1) Santo Antonio est le nom de l'endroit où il y avait un convent portugais, dont existent encore les murs de l'église, et dont les images et les ornements ont été recueillis dans une petite maison isolée, où les nègres en font encore aujourd'hui l'objet de leur vénération.



16 17 18
cental du Méridien de.

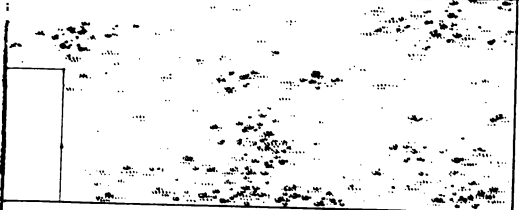
CARTE
DE LA CÔTE
ANGOLA



DU FORT
ABÎNDE

Colonel Ingenieur Pinheiro Burtado

1784.



Lith da 1.ª

